



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018 – 2022)

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 26 DE MARÇO DE 2019

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Delfim Neves

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Arlindo Barbosa
Elákcio da Marta
Adilson Managem

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 30 minutos.

Procedeu-se à tomada de posse de Deputados substitutos à Assembleia Nacional.

Deu-se continuidade ao debate, na especialidade, da Área Económica do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o Ano Económico de 2019, tendo os Srs. Ministros das Obras Públicas e Infra-estruturas (Osvaldo Abreu), da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural (Francisco Ramos) e do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria (Maria Lavres) respondido às questões dos Srs. Deputados Deolindo da Mata (MLSTP/PSD), Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD), António Quintas (MLSTP/PSD), Alexandre Guadalupe (ADI), Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD), Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), Arlindo

Ramos (ADI), Américo Pinto (MLSTP/PSD), Orlando da Mata (ADI), Cristina Dias (MLSTP/PSD), Beatriz Azevedo (MCI), Ekneide Santos (ADI), Raúl Cardoso (MLSTP/PSD), Bilaine Ceita (ADI), Amaro Couto (MLSTP/PSD), Hélder Joaquim (MLSTP/PSD), Adelino da Costa (MLSTP/PSD), Jorge Cravid (PCD/MDFM-UDD), António Barros (MLSTP/PSD), José Rui Cardoso (MLSTP/PSD), Esmael Espírito Santos (ADI), Manuel Vicente (MLSTP/PSD), Maiquel do Espírito Santo (MLSTP/PSD), Alda Ramos (ADI), José António Miguel (ADI), Filomena Monteiro (MLSTP/PSD), Paula Tavares (MLSTP/PSD), Carlos Correia (ADI) e Aérton do Rosário (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 17 horas e 35 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **d' Oliveira**

Adilson Cabral **Managem**

Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos **Ramos**

Alexandre da Conceição **Guadalupe**

Anaydi dos Prazeres **Ferreira**

Arlindo Quaresma **dos Santos**

Arlindo **Ramos**

Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita** do Nascimento

Carlos Alberto Pires **Pinheiro**

Carlos Manuel Cassandra **Correia**

Celmira de Almeida do **Sacramento** dos Santos Lourenço

Domingos José da Trindade **Boa Morte**

Ekneide Lima dos **Santos**

Esmael da Glória Espírito Santo

Flávio Pires Mascarenhas dos Ramos

Idalécio Augusto **Quaresma**

Jorge Sousa Ponte Amaro **Bondoso**

José António do Sacramento **Miguel**

Levy do Espírito Santo **Nazaré**

Mário Fernando de Jesus **Rainho**

Olinto da Silva e Sousa **Daio**

Orlando Borges **da Mata**

Paulo Jorge **Carvalho**

Sebastião Lopes **Pinheiro**

Silvestre **Moreno Mendes**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adelino Cruz José da **Costa**

Aérton do Rosário Crisóstomo

Amaro Pereira de **Couto**

Américo Cravid Pereira **Pinto**

Ana Isabel Meira **Rita**

António das Neves Sacramento **Barros**

António Quintas do Espírito Santo

Arlindo **Barbosa** Semedo

Cílcio Sodjy da Vera Bandeira Pires dos **Santos**

Cristina Maria Fernandes **Dias**

Danilo **Neves** dos Santos

Deolindo Luís da Trindade **da Mata**

Filomena **Sebastião Santana Monteiro** D'Alva

Hélder dos Santos **Ceita Joaquim**

Guilherme **Octaviano** Viegas dos Ramos

Jaime Pires Sequeira de **Menezes**

Jerónimo Lima Pires **Quaresma**

José Rui **Tavares** Cardoso

Leonilda Maria Trovoada de Andrade **Pires dos Santos**

Maiquel Jackson do **Espírito Santo**

Manuel **Vicente**

Paula Maria Fonseca **Tavares**

Raúl do Espírito Santo **Cardoso**

Coligação PCD/MDFM-UDD:

Danilson Alcântara Fernandes **Cotú**

Delfim Santiago das **Neves**

Felisberto Fernandes **Afonso**

Jamiel Joana **Segunda**

Jorge do Espírito Santo Cravid

Movimento de Cidadãos Independentes

António dos Reis Faleiro

Beatriz da Veiga Mendes Azevedo

Vamos iniciar os nossos trabalhos, passo a palavra ao Sr. Secretário, para proceder à leitura do Termo de Posse do Sr. Deputado substituto.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, bom dia. Passo a leitura do Termo de Posse dos Deputados à Assembleia Nacional.

«Termo de Posse de Deputado à Assembleia Nacional.

Aos 26 dias do mês de Março do ano dois mil e dezanove, compareceu ao Plenário da Assembleia Nacional o Sr. Deputado substituto Jorge do Espírito Santo Cravid em substituição do Sr. Deputado Arlindo Vicente de Assunção Carvalho do Círculo Eleitoral de Água Grande, tendo o mesmo prestado juramento nos seguintes termos:»

O Sr. Deputado prestou juramento nos termos constitucionais.

«E para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai ser assinado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, já assinado pelo empossado e por mim, o Secretário que o lavrou.»

O Sr. **Presidente**: — Concluído o acto de posse do Sr. Deputado Jorge Cravid, do Grupo da Coligação PCD/MDFM-UDD, peço ao Sr. Secretário que confirme o quórum.

Após a chamada dos Deputados presentes, consta que estão 47 Deputados na Sala.

Peço aos serviços que convidem os Membros do Governo para ocuparem os respectivos lugares.

Na sequência da decisão tomada ontem para cobrança de uma cotização dos Srs. Deputados para endereçar solidariamente aos nossos irmãos moçambicanos, após a passagem da lista concluiu-se que temos uma média de 45 000 dobras, faltando quatro Srs. Deputados que não estão na Sala, mas acredito que também irão contribuir. São os Srs. Deputados Olinto Daio, Celmira Sacramento, Flávio Mascarenhas e Esmael do Espírito Santo. Associado a parte do valor dos funcionários parlamentares, teremos um valor aproximado de 3 000 dólares, cerca de 60 000 dobras.

Portanto, os serviços irão proceder em conformidade e junto do Governo faremos chegar este montante aos nossos irmãos moçambicanos, como gesto de solidariedade dos Deputados e funcionários parlamentares.

Pausa para entrada dos Srs. Membros do Governo.

Bom dia, Srs. Membros do Governo, vamos dar início aos nossos trabalhos, de acordo com o programado, iremos analisar os orçamentos dos Ministérios das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente; de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural; do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria, e por fim do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

Mais uma vez, chamo atenção que estamos a analisar o Orçamento na especialidade, cabendo aos senhores Deputados fazerem propostas concretas de alteração, alocação e supressão se for o caso disso.

Vamos iniciar com o Ministério Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Deolindo da Mata.

O Sr. **Deolindo da Mata** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Como sabem, todos os meses de Agosto, os fiéis católicos deste país concentram-se em Batepá e neste período já começa a chover. Esses fiéis costumam realizar a tradicional procissão naquela estrada, em Vanguarda, com menos de 1 km. Portanto, gostaria de propor ao Sr. Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, na rubrica 6277, que realocasse esta verba para reabilitação desta estrada para retirar aqueles fiéis católicos e a população disto. Falo deste capítulo, porque Sua Excelência o Primeiro-Ministro, creio eu, disse e todos estivemos de acordo, que este Orçamento é para 7 meses, tendo em conta a circunstâncias que já foram aqui ditas. Todos os anos fazem a reabilitação dos edifícios, podíamos deixar essa questão para o próximo Orçamento e tirarmos essa população católica deste sofrimento.

Uma voz: — Qual é a página?

O Sr. **Deolindo da Mata** (MLSTP/PSD):— Sr. Deputado, na página 37 de 54.

Uma voz: — Católicos...

O Sr. **Deolindo da Mata** (MLSTP/PSD):— Ok. Sra. Deputada, não só católicos.

A segunda questão, tendo em conta que estamos na especialidade, gostaria de pedir ao Sr. Ministro das Obras Públicas, na rubrica 2776, a construção de troço de estrada de Vila Maria, que seria alterado para reabilitação da estrada e não construção dessa estrada porque essa estrada já existe. Gostaria de obter informação do Sr. Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, referiro-me a rubrica 6538, da página 38 de 54, temos cá inscrito construção da estrada de Favorita a Torres Dias. Gostaria de aproveitar para felicitar o Governo de ter reconhecido a necessidade de se construir aquela estrada, mas o valor que vejo aqui, gostaria de obter uma explicação do Sr. Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente.

Este valor é mesmo para construir ou para começar as obras? Porque está cá 500 000 dobras.

O Sr. **Presidente:**— Tem a palavra o Sr. Deputado, Líder da Coligação PCD/MDFM-UDD, Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD):— Sr. Presidente, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia. Tenho alguma dificuldade em apresentar directamente a proposta de supressão ou não, porque honestamente tentei fazer um exercício para conhecer os custos em termos de estradas, não consegui, por isso eu trago as sugestões.

A primeira tem a ver com um troço de estrada que liga Bôbo-Fôrro a Madalena e a Desejada, que está em péssimas condições, Sr. Ministro.

Gostaria de solicitar a Vossa Excelência, posso depois ir ao seu encontro, para encontrar uma forma de alocar alguma verba para uma intervenção de carácter urgentíssimo naquela via, porque está mal. Um outro troço de estrada, por enquanto parece que eu só vim falar mesmo de estradas, que clama por uma intervenção urgentíssima é...

O Sr. **Presidente:** — Estão a me informar que a Rádio Nacional não está a transmitir e peço ao Sr. Deputado para regressar ao seu lugar. Enquanto isso, peço aos técnicos para fazerem diligências neste sentido.

Pausa.

Enquanto não houver a transmissão, dentro de 5 a 10 minutos, segundo o Director da Rádio Nacional tudo estará resolvido, peço aos Srs. Deputados para analisarem o Orçamento, as verbas alocadas, os códigos e as páginas, para fazerem propostas concretas, de modo a facilitar os trabalhos.

Pausa.

Srs. Deputados, temos informações que a Rádio Nacional está a transmitir a sessão plenária, retomando os nossos trabalhos, convido o Sr. Deputado Danilson Cotú. No entanto, o Sr. Deputado Deolindo da Mata reivindica que a sua mensagem não passou na Rádio Nacional e quer repor...

Uma voz: — Passou...

Portanto, está ultrapassado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD):— Sr. Presidente, espero que desta vez estejam a passar. Como tinha dito, por não conhecer os cálculos para a reparação das estradas ou de pavimentos, ficou-me difícil, alocar, ou seja, tirar de um ponto para outro, para não colocar um valor insignificante, mas gostaria de pedir ao Sr. Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, que visse com urgência a situada da estrada que vai de Bôbo-Fôrro, passa por Madalena até a Desejada. A estrada está muito má. Ela exige uma intervenção urgentíssima, pelo que gostaria que o Governo tivesse isso em conta e, conhecendo bem o Orçamento, encontrasse uma forma de cobrir uma intervenção nesta estrada. Falo do troço de estrada que vai de Cabalo Mólê ao Cruzeiro até Milagrosa. Este troço encontra-se numa situação que nem deveria ser chamado de estrada, porque está em péssimas condições. Venho cá também preocupado com a nossa cidade. Acompanhei a sua intervenção na comunicação social, quando dizia que iria encetar diligências para conseguir recursos para ter uma intervenção directa na nossa cidade em termos de pavimento. É uma ideia excelente, acredita que estou a torcer para que tal aconteça, mas há outros

aspectos que entendo que são pequenos e que deveriam ter uma atenção particular das autoridades, neste caso, o seu Ministério.

Na nossa marginal, há casos que chamam atenção pela negativa. Temos cercado de casa a bambo, não sei se as autoridades viram isto, mas está lá. Se fosse bambo de uma forma trabalhada poder-se-ia dizer que é uma valorização do produto local, mas o que lá está, não tem qualquer tipo de cuidado. Está muito feio.

No momento em que se pretende disciplinar as vendas no espaço público, o

Governo, o País, não sei se a Câmara Distrital, terá que evoluir e exigir do cidadão, que faça pelo menos limpeza, que pinte os edifícios para dar outro colorido a nossa cidade. Todavia, acontece que no actual, figurino, as autoridades, neste caso o Governo, não terá legitimidade, para exigir nada, porque mesmo perto da nossa cidade, há construções de madeira, os quiosques, colados aos cercados de residências das pessoas. Assim, como é que essa pessoa vai ser chamada para intervir? Vai intervir para que outros possam ir lá sujar? É um ponto de venda. Quem é responsável por isso? A ideia é justamente chamar atenção ao Governo, em relação a estes aspectos, dois troços importantíssimos de estradas a nível do Distrito de Mé-Zóchi e a questão de uma intervenção para dar o novo colorido à nossa cidade.

O Sr. **Presidente**: — Temos muitos inscritos dos diversos Grupos Parlamentares. Vamos tentar fazer um equilíbrio, não vou seguir a ordem das inscrições, mas sim chamar de forma alternada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Quintas.

O Sr. **António Quintas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Caros Colegas Deputados, bom dia.

A minha intervenção neste capítulo é para manifestar ao Sr. Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas e Recursos Naturais e Ambiente a minha insatisfação, pelo facto de não ter tomado em consideração a intervenção que fiz aquando da discussão do Programa do Governo. Aliás, aquando do debate sobre o Estado da Nação referi que há uma pequena comunidade, pequena no ponto de vista de número de eleitores e de habitantes, mas significativa no ponto de vista da produção agrícola, que é a comunidade de Convento e Quime-Quime. Eu dizia que, naquelas bandas, pelo menos na zona de Convento até Madalena, se alguém estiver doente tinha que se transportar em maca esquife. Eu dizia, em pleno século XXI, era uma questão que devia constituir a preocupação de todos os dirigentes políticos, porque as populações não servem só para darem votos para ganharmos as eleições, mas tem que existir a preocupação nossa quanto ao bem-estar, quanto a sobrevivência das populações enquanto cidadãos. Por isso é que eu achava que devíamos encontrar uma verba para contemplarmos essa população. Acho que é uma questão de dignificação da vida humana. Perguntar-me-á onde cortar verbas. Tratando-se de uma zona de vocação agrícola, devíamos buscar a verba no Sector de Agricultura.

Não vou apontar agora porque não está em discussão, mas quando estivermos a discutir o capítulo de agricultura, irei sugerir uma rubrica onde se possa tirar mesmo que seja 30% do que está lá orçamentado, para podermos dar cobertura a esta zona. Também falei sobre a estrada de Santa Margarida que liga a zona de Otótó, António Soares e Mato Fora. O Governo já fez um investimento naquela zona, portanto uma estrada em calçadas. Havia um troço nem mais nem menos de 500 metros que podia ser rentabilizado se nós equacionássemos esse pequeno troço também. É o que me oferece dizer neste primeiro capítulo e depois voltarei.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Guadalupe.

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Sr. Presidente, não obstante, o Sr. Deputado que me antecedeu do Grupo Parlamentar da Coligação ter-se referido ao troço das estradas de Cabalo Mólê a Cruzeiro e Milagrosa, queria repisar.

Tratando-se de alguém que é residente de facto, é preciso que os cidadãos oiçam da minha voz para confirmar sim, que o troço que liga Cabalo Mólê a Cruzeiro está inscrito neste Orçamento.

É importante e aqui faço um apelo ao Governo se faça essas obras e também nunca é demais, não está inscrito, salvo alguma distração da minha parte.

O troço que liga Cruzeiro a Milagrosa é um troço importante e venho repisar a sua importância, não obstante, lá ter alguma infra-estrutura importante, há residentes e também tem um sítio turístico que é Bombaim e a estrada está a desaparecer.

É preciso que se faça obras de requalificação. Eu não vi neste orçamento, as obras relativamente ao sistema de abastecimento de água de Cangá. Sei porque vivo e sofro na pele os problemas dessas obras porque elas não estão concluídas, penso eu. O pessoal da EMAE reclama que as obras ainda não estão concluídas. Eu não vi cá neste Orçamento qualquer verba inscrita para conclusão dessas obras.

Acredito que elas são extremamente importantes na medida em que ela faz o corredor de Cangá, Cruzeiro, Trindade, Ôbolôngo, Caixão Grande, Riba Mato, Praia Melão e, portanto, é todo esse corredor que nós chamamos de Mé-Zóchi. É uma extensão muito importante, que acredito que é preciso que se resolva definitivamente este sistema de abastecimento de água, por um lado.

Por outro lado, já agora que estamos a falar das obras públicas e infra-estruturas, relativamente a nossa capital sobre as obras e a requalificação, reabilitação dos edifícios que podemos até dizer que brigam com a imagem da nossa própria cidade. A Casa Bachá e dentre outras casas, que dão um aspecto bastante negativo daquilo que é a imagem da nossa cidade.

Não sei se também há qualquer inscrição neste Orçamento, relativamente à reabilitação dessas obras. Quem diz isto, diz também as casas, não sei se isso tem a ver com a Câmara, mas é preciso que se faça alguma coisa para os edifícios da capital. Mesmo que haja alguma advertência aos residentes ou donos das obras para poderem fazer a pintura e reabilitação dessas mesmas casas que estão a dar muito má imagem a nossa capital. Daqui faço um apelo, estou a dirigir-me ao Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente mas também muito particularmente ao Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul porque é com quem eu trabalhei bastante próximo relativamente a algumas questões.

No primeiro semestre do ano passado, o governo cessante foi duramente advertido relativamente a algumas melhorias quanto à zona, estou a referir a porto de Neves, com relação à vinda dos petroleiros. Tanto é que nós conseguimos mitigar algumas questões que tinham sido colocadas, como sendo desafios e na altura a Sonangol dizia que não traria mais para São Tomé o combustível que tanta falta faz ao País, caso se não observassem ou melhorassem esses requisitos. Estamos a falar do rebocador que faz combate de incêndio em alto mar, isto conseguimos resolver com ajuda do senhor que na altura estava no privado e agora está público. Gostaria, sinceramente, de dizer uma palavra de agradecimento a si que deu muita contribuição neste sentido. Mas há outras questões que não foram compridas, não sei se deveria de estar no Orçamento ou das empresas públicas, no caso da ENAPORT.

Fiz uma visita ao Orçamento da ENAPORT, não vi porque precisamos até de melhorar outros aspectos inerentes até o caso que acabei de referir. Mas o Sr. Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, juntamente com o Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, é bom que se cuide desse aspecto porque é delicado e pode pôr em causa todo interesse colectivo. Estas são as minhas questões.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Alexandre Guadalupe.
Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados, bom dia. A minha intervenção é para o Sr. Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, que é muito meu amigo, quero dizer-lhe que temos uma situação em Lembá que é muito grave.

Eu não sei se pode inverter este problema. Há proposta para iniciar a estrada número 1 para Neves. Eu não sei se pode iniciar de Neves para Guadalupe, porque nós não temos mais transporte. A estrada desarrumou todo transporte. Pessoas ficam 1 até 2 dias com produtos para evacuar para cidade e estragam-se porque a estrada já arreventou todos os carros.

Esta é a minha proposta, não sei se ao invés de iniciar da cidade para Neves porque Guadalupe está mais ou menos, iniciava-se de Neves para Guadalupe para ver se favorecia essa população e os motoristas. Todos os carros estão na oficina avariados, com esta crise económica, está um bicho de sete-cabeças.

Também percorri este orçamento de investimento e a erosão de túnel à frente de Santa Catarina não está contemplado. Eu não sei se é meu lapso, não sei se me pode responder, porque a erosão pode trazer-nos grandes problemas.

Gostaria que o Sr. Ministro me desse uma resposta, porque procurei aqui e não vi. É só isto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, Excelentíssimos Srs. Membros do Governo, Estimados Colegas Deputados: Na sequência das nossas análises e discussões, eu também trago a questão que foi posta aqui pelo nosso colega Alexandre sobre a conclusão das obras de adução e distribuição de água de Manuel Jorge que passa por zona de Óbolôngo.

Repiso esta questão por diversas razões. Sabemos a importância que água tem no seio das nossas famílias, na higiene pessoal e outros aspectos.

No entanto, gostaria de propor, há uma verba, na página 47, ligada a questão de modernização do aeroporto de São Tomé que tem 45 milhões.

Reconheço efectivamente a importância do aeroporto para o nosso país, como estamos nesse espaço temporal de 7 meses, não sei se terminarão essas obras.

Gostaria de propor a imigração parcial dessa verba, ou seja, 10 milhões para a conclusão dessas obras, que se transferisse uma parte porque as obras estão na sua fase conclusiva. No entanto, era bom que se concluísse a questão das obras da água de Óbo Lôngo.

A segunda questão é que na mesma página, aliás, eu aplaudi quando se disse que o Governo iria enveredar de novo pela construção de casas sociais e vejo aqui uma verba de 20 milhões. Gostaria que me clarificasse se essas casas seriam do tipo dessas que temos em Almas e Trindade. Que modelo seria,

umas do tipo vá-plega ou não? Seria dessas mais habitáveis? Se faz favor, gostaria que me clarificasse. Finalmente aqui no plano de investimento das empresas, eu tinha abordado a questão da Autoridade Geral de Regulação (AGER). Na página 5, tentei decifrar como enquadraria a utilização do novo edifício que foi adquirido, não sei se essas verbas que estão cá são para amortizar, para saber o custo, portanto eu agradeceria que o Sr. Ministro me dissesse o ponto da situação deste edifício que foi adquirido para AGER.

Portanto, Sr. Presidente, são essas questões que me cumprem apresentar. Muito obrigado!

O Sr. **Presidente**. — Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente, Guilherme Octaviano. Há uma proposta concreta, a redução da verba destinada às obras do Aeroporto. 10 milhões para conclusão das obras de captação e conservação de água de Cangá. Agradeço que registre, se faz favor.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

A primeira questão é esperar que o Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, de acordo com aquilo que está no Orçamento, consiga fazer tudo isto neste ano. Eu não vou pedir que acrescente mais alguma coisa, porque sei que o que está cá para fazer vai ser um problema.

Mas há questões que preciso de algum esclarecimento. Porque muitas vezes, nós inscrevemos no Orçamento determinadas acções e por não estarem bem claras, no seu cumprimento, não nos dá a certeza real que essa acção pode ser feita. Falo principalmente da verba que está atribuída à construção de arruamento do Campo de Milho. Nós sabemos que Campo de Milho é extenso e o valor atribuído à essa construção de arruamento, não sei quantos quilómetros vai-se construir, porque era preciso o Sr. Ministro esclarecer, quantos quilómetros se vai fazer no Campo de Milho.

Outra verba inscrita 3282, construção de muro de contenção da subida de Hospital Central, com certeza está a falar do Hospital Ayres de Menezes, eu não sei se é construção do muro ou se é construção do pavimento? Porque o que eu vejo, portanto, como vivo naquela área, o que eu vejo lá, falta é a pavimentação. Portanto, era preciso ver realmente essa questão.

Outra verba inscrita que também me preocupa é 20 milhões de dobras para construção de casas sociais. Portanto, Sr. Ministro, eu não sei que tipo de casas sociais se refere? Que tipo de construção faz referência? Preciso de algum esclarecimento. Com os 20 milhões, quantas casas vamos construir, neste ano?

A segunda questão que também eu não entendi, mas que continua como construção, eu não sei o que falta para concluir ou construir na estrada Rio Lima a Gleba até Capela. Aqui está construção, mas é uma estrada que já está concluída, se não me enganar, a não ser que seja uma verba para pagar a dívida a empresa que fez a estrada.

Há outra questão aqui que me chama também atenção. É construção da estrada de Palha e Margarida Manuel. Também aqui, acho que não é construção, é conclusão, com a verba que está cá inscrita. Por isso, Sr. Ministro, preciso de algum esclarecimento. O que se vai fazer realmente com essa verba, em relação à estrada de Margarida Manuel?

Por último, tenho uma questão que gostaria de obter esclarecimentos. Ultimamente, na sua entrevista à Rádio Nacional, o senhor disse que tapar buracos na cidade é perder dinheiro, é gastar dinheiro em vão! Mas também neste Orçamento vem uma rubrica 6296 que diz: requalificação dos arruamentos da cidade capital e arredores incluindo drenagem e o valor é de 8 500 000 (oito milhões e quinhentas mil dobras). Eu não sei se com esse valor vai-se conseguir fazer o que está aqui inscrito.

Temos duas acções aqui inscritas que são muito importantes, as pontes sobre o Rio Água Grande, na cidade capital. Acho que se devia aproveitar, já que se vai fazer a requalificação das mesmas, devia-se aproveitar para fazer a requalificação de todo o Rio de Água Grande que atravessa a cidade.

Aproveitando a requalificação da ponte, fazia-se a requalificação de todo o rio, desde Ponte Tavares até a Baía de Ana Chaves. Quanto aos muros de contenção, nós temos aqui ao pé da Escola Preparatória uma parte do rio sem muro de protecção, isso torna-se muito perigoso porque as crianças saem da Escola e podem cair ao rio. Portanto, podia-se aproveitar, em vez de utilizar essa verba para arruamento ou melhoramento de arruamento e drenagem, para fazer a requalificação desse rio que atravessa toda a cidade. Seria muito mais visível essa acção, muito mais proveitosa do que determinadas acções que estão aqui. Por isso, eu gostaria que o Sr. Ministro me esclarece alguns aspectos sobre isso.

Não tenho proposta concreta de realocação de verba, porque não me compete aqui fazer essa avaliação, mas de acordo com as possibilidades orçamentais que existem e com a capacidade de execução do Governo, poder-nos-á brindar com alguns aspectos que realmente possam ser visíveis na acção do Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Arlindo Ramos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Américo Pinto.

O Sr. **Américo Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Caríssimos Deputados, bom dia.

Eu trago aqui algumas preocupações relativamente ao Ministério, cujo Orçamento estamos agora a analisar. Tenho, grosso modo, três preocupações. A primeira prende-se com a manutenção e reparação de estradas. Já tive a ocasião, aqui neste palco para poder falar da estrada da zona Sul, estrada nacional n.º 2. O troço da Estrada Nacional n.º 2 que liga Agripalma a Porto Alegre está numa precariedade enorme. Nós estamos a falar de uma estrada que é muito utilizada e não estou em crer que haja um turista que venha para São Tomé e Príncipe que não vá à zona Sul.

O governo cessante, durante a vigência do seu mandato, de 4 anos, sempre prometeu fazer a intervenção naquela estrada. Ela está numa situação desastrosa, o que compromete seriamente os serviços, porque há situações e problemas de saúde que ao fazer a transferência do doente de Porto Alegre a S. João dos Angolares é um risco enorme.

O País foi elegível como um dos 10 destinos mais procurados do mundo. Associando-se essa oportunidade e aquilo que eu descrevo aqui, não sei como é que o Governo ficou desatento em não considerar este troço de estrada neste Orçamento.

Se é por falta de tempo suficiente e uma questão de estratégia de dar atenção à esta estrada, no próximo ano, eu gostaria que o Governo nos brindasse com alguma informação.

Não tenho propostas concretas, mas fica aqui uma grande preocupação relativamente à essa questão.

Tenho duas preocupações, relativamente aos transportes terrestres. Temos um país que é muito visitado pelos turistas. Muitos de nós já viajamos para o exterior e sabemos o que é condução no mundo globalizado o que é a condução cá em São Tomé.

Não vejo uma rubrica na Direcção dos Transportes Terrestres, com vista a nos ajudar a aplicação das regras da rotunda cá em São Tomé. Isto cria um constrangimento enorme, sobretudo nas horas de ponta. O turista, quando vem, vem habilitado para conduzir como se conduz internacionalmente, nos outros países, e nós também precisamos, porque nós estamos num mundo globalizado, conduzimos aqui, conduzimos em Angola, conduzimos na Europa, conduzimos nos Estados Unidos da América e precisamos de estarmos actualizados.

É um desafio que o Governo deveria assumir juntamente com os Serviços de Trânsito, no sentido de criar um programa de sensibilização adequado, de forma que, depois de algum tempo, passarmos a aplicar a regra da rotunda. E como agravante, já começam a utilizar nos entroncamentos, onde há triângulos, como se fosse rotunda. Isto é muito frequente no entroncamento de Água Arroz. Com as consequências que isso poderá trazer para os cofres do Estado, em termos de acidentes e perdas de vidas humanas. Tenho uma outra preocupação relativamente ao Ministério de Vossa Excelência, prende-se com abastecimento de água na cidade de Angolares. Neste Orçamento contempla-se a construção de um Liceu, na cidade de Angolares, mas eu quero aqui aproveitar este palco para dizer que a cidade de Angolares tem uma deficiência enorme em termos de abastecimento de água. Basta dizer que há bairros que, durante o dia, só corre uma hora de água potável para a população. As infra-estruturas sanitárias e da educação não têm água. São centenas de crianças que passam ali o dia, numa situação precária de saneamento que é preciso intervir urgentemente. Se forem construir mais um Liceu, então eu pergunto: como é que vamos ter um Liceu, vamos inaugurar com pompas e circunstâncias e não há água para poder manter a higiene. Os serviços de saúde para funcionar têm que fazer transporte diário de água. Mesmo na época chuvosa. Na época seca a situação complica-se muito mais. Por causa de declive que registamos naquela região, os bairros que estão mais em baixo têm água, durante várias horas, e os bairros que estão mais a cima, quase que não têm água. É preciso fazer um estudo e dar uma atenção particular a esta problemática de abastecimento de água à cidade de Angolares. Neste momento, é a cidade que tem constrangimento de abastecimento mais marcado. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Américo Pinto.
Tem a palavra o Sr. Deputado Orlando da Mata.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Como é Caué, vocês não bateram palmas, não é?

Aplausos gerais.

O Sr. **Orlando da Mata** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Caros Colegas, bom dia.

Venho cá bater na tecla, outra vez, sobre assuntos que já foram cá falados. A questão de construção de casa social. Nessa rubrica refere-se a obras de reabilitação e instalação, 20 mil. Os problemas que já tivemos com as casas sociais, estar a gastar mais dinheiro com reabilitação de casas sociais, para mim, tendo em atenção outras rubricas como recuperação do sector energético, sugiro que nós devíamos abdicar dessa rubrica e apostar mais na recuperação do sector energético, que tem uma rubrica inferior.

Eu acho um bocado estranho, o Governo falou aqui, na generalidade, que teria uma aposta mais firme no sector energético e o que eu vejo aqui é irrisório.

Na rubrica de obras de reabilitação de instalações para o Aeroporto, também temos aqui uma média de 1.800.000,00 € (um milhão e oitocentos mil euros) na reabilitação do nosso Aeroporto. Mais uma vez, venho chamar atenção e deixar aqui uma proposta, para também tirar-se desta rubrica para apostarmos no nosso

sector energético. Temos em São Tomé problemas de energia e não vejo aqui, com os valores apresentados, uma óptica de resolução do problema a curto e médio prazo. Deixo a minha sugestão nesses 3 itens. Tenho, mais uma intervenção. Tem a ver com o programa de melhoria de indicadores de abastecimento de água em São Tomé. Estamos a falar de um estudo de viabilidade, em cerca de 330 000 € (trezentos e trinta mil euros). Acho o valor muito elevado, para um estudo de viabilidade e sugiro que aí também o Governo faça uma observação para definirmos na realidade qual a política que queremos levar. São valores, que na minha óptica, são muito elevados, tendo em conta o Programa do Governo e as pretensões que o Governo deixou aqui bem claro. No Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente há aqui outra questão também que eu queria alguns esclarecimentos. No Ministério de Obras Públicas, no Gabinete do Ministro, fala-se em assistência técnica ao sistema de saúde e a luta contra doenças transmissíveis. Não sei se é meu entender, acredito que essas rubricas deveriam estar no Ministério da Saúde que deve saber melhor o que fazer nesses casos. Para o Gabinete do Ministro, a rubrica é 3806, Luta Contra Doenças Não Transmissíveis e também na rubrica...

Uma voz: — Qual é a página?

O Sr. **Orlando da Mata** (ADI): — É a página 39 de 54, Projecto de Assistência Técnica ao Sistema de Saúde.

Uma voz: — 39 de 54?

O Sr. **Orlando da Mata** (ADI): — Sim. Está mesmo no final da página. Faz parte do projecto do Gabinete do Ministro, 2483.

Uma voz: — Isto é o Ministério da Saúde...

O Sr. **Orlando da Mata** (ADI): — Não é o Ministério da Saúde! Não. Está aqui o Gabinete do Ministro, actividade de projecto do Gabinete de Ministro

O Sr. **Presidente:** — É o Gabinete do Ministro da Saúde...

O Sr. **Orlando da Mata** (ADI): — É o Gabinete do Ministro da Saúde? De Habitação, então peço desculpa, incorri-me em erro. Deixo aqui esse meu contributo. Estamos a falar de obras de casas sociais, não construção de casas sociais. Não sei que obras de casas sociais temos? Que proveito é que essas casas sociais já trouxeram ao Estado para estar a enterrar, do meu ponto de vista, mais de 800 mil euros.

Uma voz: — Qual é a rubrica?

O Sr. **Orlando da Mata** (ADI): — Obras de reabilitação! Casas sociais, 5762, em baixo, depois diz.

O Sr. **Presidente:** — Programa de Investimento Público, Srs. Deputados...

O Sr. **Orlando da Mata** (ADI): — ...Depois em baixo diz o que é se vai fazer. Não é construção, são obras de reabilitação.

O Aeroporto também são obras de reabilitação, não é construção...

Uma voz: — Vocês tomaram casa, não pagaram! Paga a casa ao Estado!

O Sr. **Orlando da Mata** (ADI): — O Aeroporto também são obras de reabilitação, não é construção.

O Sr. **Presidente:** — Obrigado, Sr. Deputado Orlando da Mata. Fez várias sugestões ao Governo, caberá ao Governo, depois analisá-las. Já ouvimos 9 Deputados, temos mais 10 por ouvir. Sugiro que oiçamos mais um.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jamiel Segunda.

O Sr. **Jamiel Segunda** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Primeiramente, eu, em nome da população de Angolares, gostaria de agradecer, felicitar e parabenizar o Governo por ter englobado no Orçamento 2019 a construção de um Liceu em Angolares, porque é uma mais-valia para os jovens do Distrito.

Mas o que me trouxe aqui é a situação da estrada, já foi avançado, pelo Deputado Américo Pinto, que liga Agripalma a Porto Alegre. Ela está em péssimas condições e no Orçamento não há nada no que toca à reabilitação deste troço.

Como residente no Distrito, gostaria que o Governo tomasse boa nota, para, quiçá no próximo Orçamento englobasse a reabilitação da referida estrada.

Uma voz: — Muito bem!

Aplausos do PCD/MDFM-UDD e do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Deputado Jaimel Segunda.

Os Srs. Ministros querem usar da palavra agora ou preferem que continuemos com os Deputados inscritos?

Uma voz: — Agora.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente.

O Sr. **Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente** (Osvaldo Abreu): — Sr. Presidente, Caros Colegas, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Passarei a fazer este exercício de esclarecimento e dar algumas explicações, com vista a responder aquilo que foi aqui colocado pelos distintos Deputados desta Casa Parlamentar.

Em modo de introdução, gostava de dizer que temos um Programa de Investimento Público, como foi mencionado, com uma dose muito elevada de intervenção externa, quase 100%, e que as nossas capacidades para mobilizar meios próprios são poucas e têm vindo a diminuir. Daí que eu pediria um bocadinho de bom senso, razoabilidade às Sras. e Srs. Deputados, no momento de exporem as preocupações das diferentes localidades que vos preocupam, mas também vendo às nossas realidades.

Indo para alguns casos pontuais, começaria pelo Deputado e colega Deolindo da Mata, quando falava da estrada de Vanguarda e Batepá referiu que a verba era pouca ...

Bem, uma parte de estradas que está degradada e que não está aqui contemplada, estamos a assumir as mesmas na verba 2946 que tem a ver com a reabilitação de troços de estradas, tendo em conta que a degradação é extensiva por quase todo o País. Então, termos que identificar todas elas, individualmente e colocá-las no Orçamento, seria muito extenso e exaustivo para o nosso Orçamento. Vamos fazer intervenções, priorizando. Aqui mesmo na Casa Parlamentar já nos chamaram a atenção para esse troço da rotunda até o Palácio e muitas outras localidades onde requer esta intervenção. Aproveito para fazer um esclarecimento relativamente à questão de afirmação que eu fiz e assumo e foi aqui recordado pelo Deputado Arlindo, que tapar buraco é jogar dinheiro fora. Nós vivemos aqui e podemos, se queremos ver e estimar quantas vezes tapámos os buracos da nossa marginal? Quantas vezes? Eu próprio, neste segundo exercício, tê-lo-ia feito, pelo menos 4 vezes. E com um esforço bastante grande dos nossos recursos. Entretanto, estamos também concordados que não havendo uma dimensão de recursos financeiros para fazer a intervenção de fundo, nós continuaremos a jogar dinheiro fora. Por razão simples, a segurança. Há uma questão de segurança muito importante, quando há demasiado buraco na estrada. A questão de deterioração dos meios de transporte que é outra perda que nós temos.

Portanto, são um conjunto de situações, que nos obrigam a fazer alguns sacrifícios, mais temos que estar conscientes que não é o mais correcto. Mas também temos que assumir, que continuar a fazê-lo, seria retirar o dinheiro que podíamos fazer outras coisas.

E é com este discurso que vamos aos parceiros. Nós não devemos ir aos parceiros, com mensagem de tapar buracos.

Por isso, é que nós estamos a fazer abordagem muito mais, digamos abrangente, começando pela nossa cidade capital, aproveitando a boleia da reabilitação, requalificação, da nossa marginal.

Como nós sabemos, já temos a verba garantida e os trabalhos poderão começar no próximo ano.

No entanto, das conversações que tivemos com os financiadores e os projectistas, nós perguntamos, e a drenagem?

Portanto, vamos ter um tapete, uma marginal, passeios bonitinhos, e continuamos a ter águas acumuladas noutra parte da cidade quando chove. Continuamos a ter água dos esgotos sem caminho, o que vai contribuir para degradar ainda mais ou rapidamente as novas infra-estruturas.

Portanto, é necessário passarmos ou mudarmos de discurso evitando deitar dinheiro fora, com tapagem de buraco.

Esta abordagem que vamos fazer, temos estado a conversar com diferentes parceiros bilaterais, multilaterais, empresas petrolíferas e não só, para podermos fazer face a esta situação.

O troço de estrada de Bôbo-Fôrro, Madalena, enquadra-se na mesma tipologia, daquilo que dissemos sobre a reabilitação, com a verba 2946.

Como eu disse, vai depender da mobilização que estamos a fazer. Mas uma vez mais, aqueles troços onde a intervenção é mesmo necessária, e que sejam prioritárias, vamos fazer. Acreditamos que aquele troço se enquadra nesta prioridade.

Relativamente à situação da nossa cidade. Foi levantada pelo Deputado Danilson Cotú.

Os cercados menos próprios, chapas vermelhas, contentores por todos os lados, quiosques mal parados, tem sido a preocupação do nosso Ministério. No âmbito do Conselho para Obras Públicas que nós criamos agora no Ministério, estamos a identificar todas estas situações e ao nível do Conselho de Ministro, adoptar medidas necessárias, para repormos alguma, do que chamo, urbanidade da nossa cidade.

É necessário, enquadra-se no princípio de termos o turismo como motor principal para projectar a nossa economia e nesta perspectiva tudo teremos que fazer, chamar a participação da população, para a contribuição da mesma, e é fundamental esse processo de sensibilização.

Assim sendo, a pintura das faixas ou das casas e dos cercados, que fazem fronteiras com as nossas principais ruas e cidades, deverão ser tomados em conta, de forma voluntária ou deverá haver outra maneira para pressionar as pessoas de o fazerem. Neste aspecto, o Estado deve dar o exemplo.

Temos muitos edifícios do próprio Estado, que estão em condições não muito boas.

Quanto à questão dos contentores, temos inclusive contentores de venda de combustíveis em lugares, muito impróprios com muito pouca regulamentação.

Estas situações também vão ter a nossa atenção, para melhor situarmos e regularmos as mesmas.

Portanto, Sr. Deputado faz parte da nossa preocupação, estamos imbuídos numa nova perspectiva, das nossas zonas urbanas, e não só. Contamos com a participação e a colaboração não só dos Deputados, como de toda nossa população.

Porque nós vamos agir, vamos actuar, de forma inicialmente pedagógica numa primeira fase, e depois colocar tudo que é o poder do Estado, para repor estas mesmas normalidades.

Todos nós temos a memória, os que não têm, ouvem os nossos mais velhos, a dizerem que cidade de São Tomé e a cidade de Santo António, foram grandes urbes, lindas, higiénicas, com lugares agradáveis para se viver.

Hoje a nova geração não tem esta fotografia. Temos a responsabilidade de repor isto. Nós devemos isto a nós mesmos.

Aproveito para estender esta mesma explicação, para assim dizer o esclarecimento, ao que foi levantado por um Deputado, não me lembro agora, sobre a gestão da circulação. Acho que foi o Deputado Américo.

Temos um novo Código de Estrada, que não está a ser implementado.

Já se falou muito disto, desde 2014, que eu me lembro, e dura por razões várias. Temos esse código na gaveta, e temos a circulação de forma contrária daquilo que se pratica nos países homólogos, tendo em conta a troca das leis e regulamentos, com os quais nós convivemos.

Nesta perspectiva, a Direcção de Transportes Terrestres, tem as orientações, inclusive já temos preparados os sinais verticais de trânsito, para a obrigatoriedade de cumprimento de código das rotundas.

Entretanto, como também foi aqui observado, é necessário uma fase de pedagogia, sensibilização e ensinamento.

E é isto que vamos implementar agora através das redes da comunicação social, através da participação da polícia de trânsito, e os nossos próprios técnicos, para começar o mais rapidamente possível, a implementação destes códigos de estrada que inclui também as rotundas e não só.

O Sr. Deputado Quintas, falou sobre Quime-Quime, conversamos várias vezes sobre este assunto importante e vimos que se enquadra no âmbito das intervenções rurais, um bocadinho organizada e implementadas pelo Ministério de Agricultura.

É nesta vertente que vimos o enquadramento desta estrada de Quime-Quime.

Relativamente ao sistema de abastecimento de água para Obôlôngo, de facto não está orçamentado. Sabemos que faltam 10% de obras para conclusão deste projecto. Temos uma dívida de cerca de 1.300 000 € (um milhão e trezentos mil euros), e uma quantia razoavelmente próxima, por pagar para concluir as obras.

Concordamos que nas modificações que se fará, sem mudar o tecto que esta obra seja também inserida, porque é uma obra financiada pelo tesouro público, para podermos, sim, rapidamente concluí-las, porque a água já sabemos que é necessária. Este projecto faz falta a todo este corredor que foi aqui mencionado por distintos Srs. Deputados da Região de Mé-Zóchi.

Entretanto, a verba sugerida no âmbito da reabilitação dos aeroportos, o financiador é a República Popular da China.

Portanto não é compatível a rubrica, porque este é uma obra do tesouro de Estado.

Portanto, teríamos que encontrar sensivelmente uma outra, para podermos atender a este pedido legítimo.

A Estrada N.º 1, Neves, Guadalupe, Cidade Capital, Guadalupe. A nossa vontade era ter o projecto todo, desde a Cidade Capital até Neves. No entanto, o meu amigo Felisberto compreende que nós, no âmbito das nossas fragilidades e pouca possibilidade própria, dependemos dos doadores. Esta é uma obra com doação do Banco Mundial. Nem sempre as nossas vontades são completamente tidas em conta, pelos nossos doadores.

Nós discutimos, fazemos a nossa parte, mas depois temos que chegar um compromisso, para que as coisas se façam. Compromisso que chegamos é primeiro este pedaço, depois outro pedaço, e devemos ser

bons alunos, ou seja, a obra deve ter um bom começo, uma boa fiscalização, para ganharmos aquilo que está prometido, visto que o orçamento previsto é quase dobro do inicial.

Estamos a falar de uma obra que está orçamentada provisoriamente em cerca de 29 a 30 milhões de dólares e a outra previsivelmente deverá chegar aos 60, tendo em conta a protecção costeira, que requiere protecção, da parte esquerda da estrada com as pedras que caem para via e não só.

É uma obra que requiere muito trabalho. É um pouco mais difícil em termos de construção civil.

Mas já temos esse compromisso, que ela vai ser associada ao mesmo financiador, a partir de 2020.

Portanto, é o que podemos dizer e nós vamos fazer todo esforço para que a implementação desse projecto, e a sua execução, seja feita da melhor maneira possível, usando esses meios que foram colocados a nossa disposição.

Quanto ao túnel, estamos a trabalhar nisto, porque no quadro de alguns projectos do ambiente, temos atacado vários pontos relativamente à erosão, casos mais críticos vamos erguendo pontualmente. Mas queremos uma solução, mais sustentável, mais definitiva.

A doação da União Europeia nos fará melhorar a oportunidade de resolver isto.

A fissura do túnel de Santa Catarina, já foi analisado pelos técnicos, no princípio de Abril estará cá entre nós, do laboratório da engenharia civil de Portugal, que vai participar connosco na avaliação das pontes do rio Água Grande.

Nós já decidimos, que vamos convidá-los para ter também uma percepção, observação e avaliação do túnel de Santa Catarina.

Estamos a contemplar e fazer intervenção, naquela obra especificamente, com a verba de reabilitação, porque é um pequeno troço e enquadra-se na reabilitação da Estrada N.º 1.

A mesma empresa que ganhar as obras, também será chamada para fazer aquela intervenção, também um pouco mais profunda no túnel, e assim evitar eventualmente estas situações mais desagradáveis.

Esta é a proposta que trazemos para este caso específico.

A verba proposta, naturalmente não será para construção de todas as casas sociais que desejamos.

Temos um programa de cooperação com a República Popular da China e contempla a construção de casas sociais. Elas terão início este ano, nos distritos de Cantagalo e Lobata.

Portanto, não se pode fazer tudo ao mesmo tempo, inclusive temos a situação da Região Autónoma do Príncipe. Essas verbas enquadra-se na parte de são-tomense, porque sabemos que para construir as casas, a uma série de situações e actividades preparatórias que devem ser feitas, e nós temos que dar a nossa contribuição.

Essa verba está associada a este projecto, nós vamos naturalmente trabalhar conjuntamente com os nossos parceiros e mobilizar mais verbas para podermos ter muito mais casas, daquilo que está previsto.

No entanto, temos também muitas propostas de privados. Os privados com o seu próprio financiamento vieram ter connosco, fazendo propostas de construção de condomínios, urbanizações, com meios próprios.

Estamos a trabalhar com a direcção dos serviços geográficos cadastrais, identificando já lugares em todos os distritos com alguma dimensão, para fazer aquilo que nós a muito requeremos e precisamos, são novas urbes, ou seja, a não construção de casas individuais ou alguns prédios isolados, mas sim urbanizações completas.

Estes espaços já foram pré-localizados e está a ser feito o trabalho normal dessas instituições, no Cadastro, nas Obras Públicas e não só, para que em associação com o sector privado, possamos brindar a nossa população com zonas de expansão organizadas, e com todos os elementos, equipamentos, indispensáveis para uma urbanização.

O novo edifício da AGER faz parte daquelas situações que encontramos, e que estão a ser tratadas. Colocamos algum recurso humano específico e especializado. Estamos, neste momento, a fazer pouca política com isto, porque de certa forma calcinou-se o exercício de algumas instituições com elevadas dívidas.

Aquele edifício foi adquirido, numa circunstância contratual associada a um acordo de comunicação com outra empresa, cujo plano financeiro, daria eventualmente para amortizar os empréstimos contraídos.

Entretanto, vimos que o acordo que nós assinamos não é legal.

O Estado assinou um acordo, em que o Estado se coloca numa situação de ilegalidade. Trata-se de um imbróglio e temos que resolver nas telecomunicações, porque AGER não pode agir como operador, e neste contrato AGER associa-se a uma operadora.

O edifício está ali, custou-nos imenso, levou que a AGER fizesse contenção de custos, reduzisse subsídios próprios, para tentar honrar com os compromissos.

Não gostava de fazer mais comentários sobre isto, enfim.

Uma voz: — Agora como?!

O Sr. **Ministro das Obras Públicas, Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente:** — O muro e a estrada.

O Sr. Deputado Arlindo, esta situação configura-se naquela tipologia de transitar, transferir.

Transitam, transferem, de um orçamento para outro, porque as obras não estão concluídas, com a mesma rubrica, com a mesma denominação.

Por isso é que o muro está concluído, mas falta concluir outra parte para que não se mude, é justamente o que está a acontecer nesse momento.

As casas sociais e tapagem de buracos, eu já fiz menção. A questão da estrada e a possibilidade de nós requalificarmos todo rio, é uma boa proposta e podemos analisar, mas neste momento, estamos preocupados com as pontes.

É imprescindível, temos visto alguns sinais nas pontes. Limitamos a circulação naquela ponte que começou a roer, ao mesmo tempo estamos a direccionar o volume da circulação para outras pontes, e também pode não ser bom.

Por isso é bom ver isto, de forma mais transversal e rapidamente possível, como nós já dissemos, com a colaboração da Cooperação Portuguesa teremos esses nossos parceiros que nos vão ajudar a observar melhor esta situação.

A Estrada N.º 2, Agripalma e Porta Alegre, tiveram a intervenção do Governo de 98/99, lembro-me perfeitamente que naquela altura para fazermos aquele troço, demorávamos cerca de quatro horas, ou mais, não havia estrada sequer, e foi um trabalho colossal feito pela empresa de Erlinger, lembro-me bem, já tem mais ou quase 20 anos.

É necessário concordarmos que tenhamos obras de reabilitação.

No quadro daquela verba que mencionei, vamos fazer algumas intervenções pontuais, nos lugares já identificados que a circulação é quase impossível neste momento, vamos dar aquela atenção, e preparamos melhor para os próximos orçamentos.

Como é do seu conhecimento, reabilitamos outra parte, com o crédito de Portugal, da Cidade Capital a EMOLVE.

Estamos a reabilitar a Estrada N.º 1, com donativo do Banco Mundial. Precisamos mobilizar um bolo razoavelmente grande para aquele troço.

Portanto, compreenderá que tendo tomado posse em Dezembro até Março, tivemos muito pouco tempo para fazer aquela mobilização. Mas parte da nossa carteira, enquadra-se nas Infra-estruturas importantes, no pilar turismo, da nossa economia, como bem mencionou e não poderá ficar no esquecimento. É uma obra prioritária para os próximos orçamentos e tem a nossa garantia.

O Sr. Deputado da Mata falou das casas sociais, já fizemos menção.

O Sr. Deputado Jamiel falou da Estrada N.º 2, é aquilo que nós acabamos também de explicar. Não sei se ficou algum ponto por esclarecer, mas nós estamos disponíveis para continuar.

Uma voz: — O sector energético.

O Sr. **Ministro das Obras Públicas, Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente:** — Quanto ao reforço do sector energético, é de conhecimento público, se não é deve ser, que o projecto de esticar cabo, desenvolvido pelo governo anterior, foi financiado pela empresa British Petroleum (BP), que está disponível. No âmbito da verba destinada aos projectos sociais, que não é verba da BP, queria fazer um esclarecimento, porque alguns nacionais e alguns parceiros pensam que a verba, que utilizamos, dessas petrolíferas, são doações. Não são doações.

No âmbito dos contratos petrolíferos, elas têm obrigações sociais que estão orçamentadas, estão contratualmente comprometidas. Negociámos o tipo de obras sociais que vamos aplicar essas mesmas verbas.

Assim sendo, vamos continuar a utilizar as verbas de algumas empresas petrolíferas, para requalificar o sistema energético.

No âmbito dessas verbas, essas acções, não se afiguram no Orçamento.

Comtempla também, como nós já dissemos, a aquisição de uma central de emergência, que nós estamos a trabalhar nela e levar energia, com alguma sustentabilidade, a algumas localidades que ainda não as tem.

Dizemos sustentabilidade porque não queremos colocar cabos vazios, mas sim, lá onde estiver cabo eléctrico, que a população tenha energia eléctrica.

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Ministro.

O Sr. Vice-Presidente solicita esclarecimentos. O artigo 102.º, não é automático. Mas vou-lhe passar à palavra, tratando-se de Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

Murmúrios.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Caros Colegas: Eu pedi esclarecimentos, devido a um aspecto que abordou aqui, aquando da minha intervenção, quando perguntei sobre algumas questões que não vinham claramente especificadas no Orçamento, caso concreto de AGER,

tudo é contribuição da população. Também sou um dos contribuintes, eis a razão por que pedi para ser esclarecido, por detalhes, naquele capítulo que vinha mencionado. Para contrariar consigo, quando dizia que aqui não é lugar de fazer política. Pelo contrário, a Casa Parlamentar é lugar, por excelência, de se fazer política! Eis a razão por que fomos eleitos e, como tal, é necessário, para não dizer obrigatório, os Srs. Deputados pedirem esclarecimentos. Portanto, aqui é que há permuta, há o contraditório e há discussão. Eis o lugar para se fazer política.

Muito obrigado!

Uma voz: — Pai grande!

O Sr. **Presidente:** — Obrigado, Sr. Vice-Presidente. Vamos retomar a lista.
Tem a palavra a Sra. Deputada Cristina Dias.

A Sra. **Cristina Dias** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Presidente, gostaria de ter falado antes do Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, porque estive a analisar o Orçamento de 2018 e o de 2019, vi que há muitas rubricas que coincidem os valores diferentes. Antes de fazer qualquer sugestão de mudança ou alocação de verba para certas obras de reabilitação ou construção, gostaria de saber qual é ponto de situação, em termos de execução. Falou-se aqui da ponte sobre o Rio Água Grande, em 2018, tinha uma verba de cerca de 16 milhões de dobras, a modernização do Aeroporto, também havia uma verba com fonte de financiamento da República Popular da China, até agora, não vi obras que foram feitas.

Portanto, eu gostaria de saber qual é o ponto de situação da execução das obras de reabilitação, as obras que constam no Orçamento de 2018, para poder compreender e fazer sugestões sobre alguma acção. Porque eu não sei, se o que está no Orçamento de 2019 corresponde a pagamento de obras já executadas, não só o caso da ponte e do Aeroporto, mas também de estradas e construção de casas sociais. Portanto, já que estou no uso da palavra, gostaria de chamar atenção do Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente para a questão de fiscalização das obras. Temos notado, na sequência daquilo que falou o Sr. Deputado Danilson Cotú, além dos quiosques que são construídos, assim de forma desordenada, há também as próprias obras de construção, que são feitas de raiz, e que começam com um piso, logo a seguir, mais um piso, mais outro piso. Não sei se a fiscalização do seu Ministério tem funcionado na atribuição ou no seguimento dessas mesmas obras. É uma construção desorganizada, mesmo em termos de vista. Portanto, alguém que tem uma casa pequena, vem um vizinho constrói um prédio de três a quatro andares, sem ter alguma anuência da população e dos próprios vizinhos que estão à volta.

Gostaria de frisar a questão do Plano de Ordenamento do Território, porque, sem um Plano nós não vamos a lado nenhum. Sabemos que nos últimos tempos, apesar de vários investimentos nas estruturas de protecção civil, nomeadamente no combate aos incêndios, temos vindo a assistir a muitos incêndios em que as vias de acesso são difíceis, chegando mesmo a perder vidas, por causa de falta de acesso do próprio transporte de bombeiros.

Seria bom que o Governo investisse mesmo no Plano de Ordenamento do Território, mesmo que não se consiga acabar este ano, que se comesse a fazer. Porque é importante que tenhamos um Plano de Ordenamento do Território e a sua aplicação.

Estas são as questões que eu gostaria de levantar. Relativamente à adução de água potável, a zona de Bôbo Fôrro também tem problemas de água. Água escorre de em vez quando. Falo do Bairro do Hospital também onde a população vive uma penúria, às vezes têm que ir pedir favor no Centro Hospitalar para poderem conseguir catar um bocadinho de água.

Gostaria que o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, ou das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente me esclarecesse o ponto de situação da execução das obras inscritas, no ano passado, para que eu possa também contribuir com alguma sugestão.

O Sr. **Presidente:** — Obrigado, Sra. Deputada Cristina Dias.
Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI) — Sr. Presidente, Dr. Delfim Neves, Sras. e Srs. Ministros, Caras e Caros Deputados, muito bom dia.

Tomo a palavra na discussão do Orçamento na especialidade, onde estamos a ver o Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, quando vi o Orçamento submetido à Assembleia, no que toca, principalmente, ao seu Ministério, fiquei um bocado triste. Porque, quando um pai e uma mãe têm um número de filhos, temos que saber repartir o pouco que temos.

Eu revi atentamente e vejo alguns distritos com sete projectos, no caso do Distrito de Água Grande, Mé-Zóchi com nove projectos, Cantagalo com três projectos, Lobata com cinco projectos, Lembá com sete projectos e Região Autónoma do Príncipe também com os seus projectos. Em Caué não vemos nada, além

dos projectos que estão direccionados para esses distritos. Sr. Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, vejo série de gabinetes e também aquilo que se chama nacional. Sendo assim, eu não sei desde quando é que Caué deixou de fazer parte do território nacional, pelo menos os projectos ligados a alguns distritos também são de âmbito nacional. Alguns distritos são beneficiados com alguns projectos, mas têm abrangência nacional, mas de igual forma beneficiam de projectos estritamente distritais. O apelo que eu trago, Sr. Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, é tentar dividir, porque isso deixa-nos, nós a população de Caué acreditar naquilo que foi o Orçamento Participativo.

A população, desde Angra Toldo Praia até Ilhéu das Rolas, fez-se presente nesse encontro, com Sua Excelência o Primeiro-Ministro. Eu lembro-me muitíssimo bem aquilo que foi a palavra do Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro dizia que iria tomar em consideração o Distrito de Caué. Iria fazer um Orçamento com uma distribuição pela positiva! Se foi um Orçamento que tomou uma decisão pela positiva, aqui, sim, leva-nos a deixar de acreditar naquilo que foram as palavras do Sr. Primeiro-Ministro, Jorge Bom Jesus.

Em termos de casas sociais, aquilo que eu me lembro, o último projecto para o Distrito de Caué, onde a comunidade de Malanza foi contemplada, se a memória não me falha, foi desde 2009.

Aquelas obras não terminaram e como a fiscalização das Obras Públicas não funciona, os materiais que foram colocados, os aros e as janelas são de pau branco. Aquelas construções estão lá até hoje, sem as mínimas condições para o ser humano viver.

Não sei o que se passa com o Distrito de Caué, não sei se é azar, ou pouca sorte da população. Os projectos que começam, em Caué, não terminam! Temos provas concretas, o projecto da construção de estrada, única via de acesso para o cemitério de Angolares! Começou-se o projecto, não sei com quantos milhões de dólares, está lá até o santo dia de hoje sem acabar. Às vezes, quando chegamos ao cemitério, o cadáver vira-se de lado, devido aos solavancos nas estradas.

Risos gerais.

Mesmo depois da pessoa morta, não tem sossego.

Por isso, eu gostaria de pedir a essa augusta Assembleia que fizesse alguma coisa por essa população. Não temos culpa de ser minoria, o número de votos não convence os políticos ou dirigentes de São Tomé e Príncipe, por isso é que nós estamos naquela situação. Imaginem só se todos saíssem dos distritos onde estão e viessem viver em Água Grande? Então, são questões que devemos ver e tomar em consideração, Sr. Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente.

Outra questão também que me traz aqui, Sr. Ministro, tem a ver com apelos de muitas mulheres, porque quando se criou o projecto de GIME, que é manutenção de estradas, maior parte das pessoas que estão empregadas naqueles serviços são mulheres. Todos nós sabemos qual a situação vivida por elas. Elas estão a fazer o dobro papel, fazem o papel do pai. Os pais são-tomenses não assumem as suas responsabilidades e, por isso, são as mães que têm que assumir essas responsabilidades. O valor destinado ao projecto de GIME, não sei se é para pagamento das dívidas, porque hoje, quase todo o Orçamento, cerca de 50%, está direccionado às dívidas. Por isso, gostaria de dizer, Sr. Ministro, que tem que ser feita alguma coisa. Porque, há quem diga que há cerca de 4 meses que as pessoas não são pagas. Não pagando as pessoas que trabalharam como é que nós queremos que as pessoas sobrevivem? Por isso são essas situações, poderia alongar-me, mas o tempo...

O Sr. **Presidente**: — O seu tempo realmente já se esgotou. O MLSTP/PSD concedeu 10 minutos e já gastou 1 minuto dos 10...

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Sr. Presidente, então, são todas essas questões, Sr. Ministro. Faz o que o Sr. Primeiro-Ministro disse: tenta fazer a distribuição pela positiva, na realidade. Porque ao longo desses 43 anos, a população de Caué é a que mais sofre. Podia pedir conselho aos Deputados do Príncipe, que explicasse à população de Caué, a folha com que deve tomar banho, porque o Príncipe, chorava da mesma maneira como a população de Caué hoje chora. Por isso, ensinem-nos um pouco de truque ou aquilo que fizeram...

Vozes: — Feijão!

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Feijão na água? Não é? Então nós também vamos também ameaçar os nossos dirigentes. Temos o nosso Santo Budo Bachana. De forma que as coisas, na realidade, sejam feitas. Porque, com o passar dos anos, estamos na mesma situação. Não gostaríamos de continuar nessa situação, fazendo de conta que Caué é uma outra República.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Aplausos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sra. Deputada Beatriz Azevedo. Tem a palavra o Sr. Deputado Ekneide Santos.

O Sr. **Ekneide Santos** (ADI): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Caros Deputados: gostaria, antes de mais, de dar a minha contribuição. Acho que neste Orçamento faltou alguma informação relativamente aos Ministérios. Por isso que há Deputados que têm alguma dificuldade em identificar os Ministérios. Muitos deles, no início da página, não indicam os nomes dos Ministérios, portanto ficamos com alguma dificuldade em poder enquadrar neste Orçamento.

Vou entrar rapidamente naquilo que me traz aqui, o Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente. Trata-se de um Ministério importante para a estruturação do País. Gostaria de passar a informação, alguns Deputados, se calhar, não sabem. Relativamente ao Plano de Ordenamento do Território, a Sra. Deputada Cristina Dias levantou a questão. Há um Plano de Ordenamento de Território em curso e já foi aprovado aqui nesta augusta Assembleia. Gostaria de pedir mais informações, para que as pessoas pudessem entender este Plano de Ordenamento do Território que está em curso. Vou também defender o meu distrito e também falar daquilo que eu sei. Não posso entrar em pormenores daquilo que não sei, ou seja, dos outros distritos. Não tenho elementos suficientes para tal, mas gostaria de chamar atenção relativamente a algumas questões que me vêm à mente e que as pessoas já vêm reivindicando há algum tempo. Temos aqui na zona de Atrás de Cadeia a Quilombo um pequeno troço que já é de há muitos anos, com a construção da estrada de Atrás de Cadeia, a zona de Quilombo ficou por concluir. É um pequeno troço, que liga Atrás de Cadeia à zona de Quilombo, que está nesse estado há mais de dez anos. Gostaria de chamar atenção, relativamente a este troço para a sua conclusão.

Vejo na rubrica, reabilitação de estradas, 2946, gostaria que o Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, incluísse alguns troços já nesta rubrica, por exemplo o troço que liga a estrada de Vila Maria ao Edifício do Chefe de Estado Maior das Forças Armadas. Hoje, acredito que há poucos recursos, mas é melhor nós prevenirmos do que esperar que a estrada se degrade ainda mais. Temos a estrada de Almeirim a S. Marcos, Água Arroz ao Palácio dos Pioneiros, da Quinta de Santo António e também temos o troço de estrada de Atrás de Cemitério, São João da Vargem à subida de Cemitério. Portanto, esses são troços que eu trago como sugestão para serem incluídos na rubrica de reabilitação de estradas que, salvo erro, são dez milhões de obras.

Gostaria também de ver incluída neste Orçamento uma obra, que a população já reivindica há muitos e muitos anos: a drenagem da zona de Quinta de Santo António, mais concretamente na rua ao lado da TVS. Que vai dar ao edifício de Luta Contra Violência Doméstica. Esse arruamento também é uma obra de muitos anos que ficou por concluir, que já vem de Santo António, Água Arroz e quando chegou aqui na zona de TVS, a obra não concluiu e eu gostaria que pudesse dar uma atenção a esta obra.

Tem a ver um pouco com o Ministério da Educação e Ensino Superior, mas a questão da construção de estrada é ligada ao Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, através do Instituto de Estradas. Neste momento, o Governo tem, na sua fase de conclusão, uma escola secundária na zona de São Marcos a Almeirim, mas é do meu conhecimento que não está contemplada a construção de estrada. Toda a gente sabe que aquela zona, para quem tem conhecimento, a distância da estrada principal de São Marcos até a nova escola vai dificultar, na época de chuva, principalmente, a circulação de alunos e de meios rolantes. Portanto, é bom que quando fizermos essas obras, prestemos atenção também aos acabamentos. Porque vamos construir uma escola secundária, mas não temos uma via de acesso àquela escola e se pudermos visitá-la, vão de facto entender aquilo que estou a falar.

Em Água Grande, temos muitos problemas de água potável, relativamente ao abastecimento à população. Temos redes obsoletas ao nível do nosso distrito, temos um distrito que cresce todos os dias, ao nível da população e eu gostaria que o Governo incluísse uma verba nos estudos de abastecimento de água potável ao Distrito de Água Grande, mais concretamente na distribuição de água potável. Temos muitos bairros, em Água Grande, em que não temos água potável, muitos desses bairros, não por questões de próprio abastecimento, mas por questões de redes de abastecimento. Por isso, gostaria que fizesse um estudo daquilo que é a distribuição de água potável no distrito de Água Grande para que pudesse chegar à toda a população, principalmente nas zonas de Almeirim, Santo António, Oque-Del-Rei e Bairro do Hospital. São zonas mais penalizadas com abastecimento de água. Não vejo aqui incluído, neste Orçamento, no capítulo de água, o abastecimento de água, pelo menos, o estudo de abastecimento de água em Coreia, Penha e Palmar. É uma zona nova, urbanizada, que recentemente o governo anterior construiu uma estrada, levou energia eléctrica e tem iluminação. Neste momento, é um bairro que vai crescer muito e já está acima de 3000 habitantes, precisa de facto de ter água potável e não tem. Sei que os recursos são escassos, mas começando pelos estudos, já no futuro, quem sabe, poderemos encontrar orçamento para cobrir este projecto. Gostaria de levantar mais dois assuntos, relativamente à Direcção dos Transportes, para que o Ministro pudesse ver a forma de emissão de cartas de condução. Há muitas reclamações, as pessoas demoram meses em receber e ficam muito tempo na lista de espera e sempre a renovar guias. Temos que pagar sempre renovação de guias, é uma questão que gostaria de ver urgentemente resolvida, que é a emissão de carta de condução para os cidadãos.

Por último, uma questão que me preocupa bastante são as garantias das obras do Estado, as obras públicas. Todos sabemos que qualquer tipo de contrato estabelecido, no âmbito de construção, seja qualquer tipo de infra-estruturas tem uma cláusula que é a garantia das obras. Muitas das vezes, chamamos atenção, falo pela experiência própria e não há ninguém que se responsabilize. Mesmo as obras estando dentro do prazo, ninguém se responsabiliza. Tivemos o caso do Mercado de Côco-Côco, na altura, estava dentro do prazo, ninguém se responsabilizou. A Estrada Nacional n.º 1 para quem sobe de Fruta Fruta a Água Arroz, as tampas de sarjetas todas partidas, buracos em todas as estradas e a obra ainda estava na garantia, reclamámos e ninguém se responsabilizou. Quando eu falo de responsabilidade e garantias, *n* projectos. Ouvi o meu colega Deputado da Região Autónoma do Príncipe a reclamar da estrada que recentemente construíram, de certeza que, no contrato, deve estar no mínimo 5 anos de garantia, salvo erro, alguém que me corrija. Então, para que serve esta garantia? Para reabilitar? O que é que fazemos com a garantia das obras do Estado? Edifícios entregues, em menos de 6 meses, há fissuras! Estradas com buracos provocaram acidentes e morte de pessoas aqui na Fruta Fruta, vários casos de acidente. Já não me lembro nome do ex-cantor...

Uma voz: — Cardoso!

O Sr. **Ekneide Santos** (ADI):— ...a desviar o buraco, acabou por falecer. Ninguém se responsabiliza! Isso já vai há muitos anos, 2 anos, se calhar, os buracos ainda continuam na Estrada Nacional n.º 1. Gostaria que dessem alguma atenção, mas acima de tudo responsabilidade na fiscalização das obras do Estado. As empresas dão garantias e têm que cumprir. Sabemos porque é que as empresas não cumprem. Não quero tocar nas feridas das pessoas, mas sabemos porque é que as empresas não cumprem.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Deputado Ekneide Santos.
Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Caros Colegas Deputados, bom dia.

Venho cá com algumas preocupações, Sr. Ministro. O lema agora do dia mundial da água foi justamente «não deixar ninguém para trás», também já vi outros anos em que o lema foi «água para todos».

Há uma comunidade que é onde estou inserido, Monte Café, que tem um problema de água extremamente complicado. O problema é que aquela água pertenceu a empresa. Há quanto tempo desapareceu a Empresa Monte Café e o Estado não assumiu as suas responsabilidades? Se há lá uma comunidade, na minha opinião, o Estado devia já há muito assumir aquele sistema de abastecimento de água, como não assumiu, hoje o que verificamos?!

Aquela população vive 3 meses do ano sem água, Julho, Agosto e Setembro. Estava aqui a ver algumas rubricas do nosso Orçamento, quem sabe estarei a dizer algum disparate, mas quando vejo, por exemplo, para o plano nacional de ordenamento, que o valor total é mais de 482 000 euros.

Sr. Ministro, não seria possível fazer alguma coisa para aquela população?

Mas não só fazer, para mim basta ir lá e tentar remediar o mal, mas a EMAE tem que assumir aquele sistema de abastecimento de água, deve assumir, na minha óptica.

Quando falo de Monte Café, tenho necessariamente que falar da Trindade, sobre o problema de abastecimento de água.

Houve uma inauguração, creio que em Julho de 2018, com muita pompa e circunstância, mas a verdade é que Trindade continua sem água, esta é a verdade.

Acho que quando o projecto foi concebido devia-se ver que o sistema de canalização de água da Trindade era obsoleto, precisava de alguma manutenção, acho que não houve essa preocupação, só se teve a preocupação de trazer a água, agora correr durante o dia era uma vez.

Tenho outra preocupação em relação à questão das estradas. Há uma estrada que conheço, aquilo não é estrada é um caminho, de San Pojata a Cachoeira. Para quem conhece aquilo, o Sr. Deputado António Quintas, levantou o problema de Quime-Quime, eu trago aqui a questão daquela estrada para se ver no quadro da rubrica 2946, o que é possível fazer para mitigar o problema que aquela população vive em termo de acesso as suas residências.

Há uma outra preocupação que tenho e gostaria que o Sr. Ministro me explicasse que é em relação ao projecto de recuperação do sector energético, que tem mais de 780 000 euros. O que é concretamente que se vai fazer, Sr. Ministro? Aumentar a capacidade daquilo que hoje a EMAE produz em termos de energia ou recuperação de todo o sistema, este valor destina-se concretamente a quê?

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Tenho algumas preocupações, mas antes gostaria de dizer ao Sr. Ministro, sinceramente, às vezes quando recebemos certas pastas, temos que estar cientes de que

estamos a receber coisa grande, enorme. Nessa hora, digo que não gostaria de estar na sua pele, mas o Senhor vai fazer a sua parte e na qualidade de deputado vou fazer a minha que é levá-lo mais preocupações para o Senhor ficar mais uns dias sem sono.

Na verdade, ao ver o orçamento do Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, gostaria de propor isso e não sei até que ponto é válido. Aqui tem uma série de obras de reabilitação, requalificação, etc., com valores muito pequenos. De repente, tendo em conta o tempo que se tem para execução deste Orçamento e até a própria incerteza em termos de financiamento, a minha sugestão é que se visse a possibilidade de compactar, ou seja, elencaria duas ou três, mesmo cinco que são mais gritantes, compactasse esse valor e resolveria, do que ter tudo isso assim elencado e depois no momento da execução deixar muito a desejar.

É uma sugestão, o Governo é que saberá como ver isso, mas a verdade é que são muitas coisas que tenho receio que neste curto espaço de tempo seja possível fazer, mas sendo uma pessoa de fé, deixo as minhas preces para que o divino Pai do céu ajude que se consiga fazer.

Mas não há bela sem senão, diz o ditado, tenho algumas preocupações e o Sr. Ministro carrega um enorme ministério. Não podemos pensar obras públicas e ver apenas água, estradas, etc., mas o Senhor tem o sector marítimo que deve ser uma das maiores preocupações do nosso país.

Temos uma superfície marítima 160 vezes maior do que a superfície terrestre, isto obriga que tenhamos uma atenção particular ao sector marítimo.

Sr. Ministro, o Instituto Marítimo e Portuário tem, para além de outras atribuições, a obrigação de garantir busca e salvamento. Acompanhamos recentemente o que se passou nas nossas águas, se não está contemplado orçamentalmente que já fica, pelo menos, o alerta, que se busque meios porque é importante que o Instituto Marítimo seja munido de meios materiais e recursos humanos com várias formações para assegurar a busca e salvamento.

Junto a isso há um aspecto que é importante, que é a criação do porto de controlo. Isso é algo semelhante ao centro de controlo aéreo que a ENASA tem. Porque às vezes os barcos passam na nossa zona económica exclusiva tenta o contacto, mas não recebe a reacção do nosso lado porque não temos um centro vocacionado para tal e pode ser muitas vezes questões ligadas a própria vida no mar que temos a obrigação de assegurar.

Outro aspecto que me traz aqui, Sr. Ministro, tem a ver com a nossa praça de táxi. Sabe que o XV Governo já na sua fase final conseguiu adquirir e colocar a disposição dos taxistas 20 táxis, mas havia o compromisso do XVI Governo de continuar nesta senda, não o fizeram e quem olha a nossa frota de táxi, hoje, sabe o que isso representa. Daí que gostava de levar essa preocupação ao Governo, no sentido de continuar com este trabalho, que no fundo o objectivo, primeiro é garantir a circulação em segurança da nossa população, portanto a questão da renovação. E junto a isso vem um aspecto, Sr. Ministro, gostaria de desabafar, a forma que a nossa praça de táxi está com os táxis concentrados, esse amarelo não me atrai, incomoda-me esta cor amarela dos nossos táxis.

Risos.

Daí estive a pensar a possibilidade de se, quem sabe, voltar a cor antiga, o nosso tradicional verde-claro, preto, acho que daria um outro prazer visual as pessoas que circulam na nossa praça. Quem vai pagar é problema posterior, há de se encontrar uma solução.

Sr. Ministro, vejo inscrito também no orçamento e saúdo por isso a questão de verba para o GIME, junto a isso só gostaria de pedir que tivesse atenção a uma maior pontualidade no momento de pagamento desse pessoal do GIME. Ficam por vezes três, quatro meses sem receber, disse bem a Sra. Deputada Beatriz, são pais que têm responsabilidades, portanto seria bom haver maior pontualidade no pagamento dos trabalhadores do GIME.

Por fim, em termo de conselho, gostaria de chamar atenção a um aspecto importantíssimo, que briga com o próprio sucesso do seu ministério e briga de igual modo, com a garantia, a rentabilidade e longevidade dos investimentos que se faz no seu sector que tem a ver com a questão das fiscalizações.

Não é concebível que se faça enorme esforço, vá se buscar de parceiros recursos para construir e de repente, já aqui tinha chamado atenção o Sr. Deputado Ekneide, não há garantia por parte da fiscalização e o que temos visto em termos de obras de estrada, Boa Morte, Oque-Del-Rei, recente, quem circula lá sabe em que condição está.

O Sr. Deputado António Barros falou sobre a questão de obra de estrada no Príncipe, se formos a elencar seriam muitas. O fundamental aqui é chamar atenção para que a equipa de fiscalização seja mais exigente com as empresas executoras para que se possa garantir a longevidade das obras e o povo são-tomense há-de-agradecer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Bilaine Ceita.

A Sra. **Bilaine Ceita** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, bom dia.

Vi o Sr. Primeiro-Ministro falar do Orçamento e disse que era de emergência, nacional e para todos os são-tomenses. De facto, olhando aqui para o Programa de Investimento Público, no Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas e Recursos Naturais e Ambiente, vejo inscrita uma obra que é 5983, construção de estrada que liga Oque-Del-Rei a Boa-Morte. Sim, concordo! De facto, essa estrada começou há uns anos e realmente precisa de ser concluída.

Mas também vejo no mesmo Programa de Investimento Público, requalificação de estrada de Oque-Del-Rei a Gongga, vejo também construção troço de estrada de Oque-Del-Rei ao Bairro da Liberdade, e vejo ainda requalificação do troço Cruz Mami e arruamentos.

Estamos a falar de um Orçamento ao nível nacional. Como ressaltaram outros Deputados, há realmente distritos que também precisam.

Esta rubrica, Reabilitação do troço de Cruz Mami e arruamentos, Sr. Ministro, gostaria que me explicasse qual é a prioridade deste arruamento, porque temos muitas estradas onde o número populacional é bem maior. Daí que questiono esta rubrica. Caso não, em termos de sugestão, pedia a transferência desta verba para ...

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Não transfira, Sr. Ministro!

Risos.

A Sra. **Bilaine Ceita** (ADI): — É uma proposta! Apenas caberá ao Sr. Ministro decidir ou não. Devo dizer também que o povo está atento...

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Deixa a Sra. Deputada concluir, Srs. Deputados!

A Sra. **Bilaine Ceita** (ADI): — Estou a cumprir com o meu papel.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — A estrada está péssima! Toda esburacada...

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Ela vai lá fazer reunião, peguem nela!

A Sra. **Bilaine Ceita** (ADI): — A minha sugestão seria transferir esta verba para a rubrica 2946, que tem a ver com a requalificação das diversas estradas ao nível do País ou para rubrica 6296, que é a requalificação dos arruamentos da cidade capital. A verba que está cá não me parece que seja suficiente e as ruas da cidade capital estão a gritar pela reabilitação.

Gostaria que o Sr. Ministro me explicasse qual é a importância, qual é a urgência do troço de Vila Dolores a Chácara (via traseira). Eu compreendo que, de facto, as ruas ao nível do Distrito de Água Grande e não só precisam, mas gostaria de saber qual a urgência destes dois arruamentos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sra. Deputada Bilaine Ceita. Temos duas propostas concretas, a transferência de verbas de arruamento de Cruz Mami para construção de estradas, das rubricas 2946 ou 6296, feitas pela Deputada Bilaine.

Tem a palavra o Sr. Deputado Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia. Venho aqui para falar de arruamento da Quinta de Santo António. Acho que é um arruamento que cumpre plenamente a sua função económica, social, institucional, porque aí em Quinta de Santo António temos muitos serviços dessa natureza. Temos bomba de combustível, escola de formação...

Risos gerais.

Temos escola de formação profissional, universidades, instituições como Centro de Aconselhamento contra Violência Doméstica, a TVS, temos lojas comerciais, jardins de infância, discotecas, oficinas mecânicas. É um arruamento que cumpre as suas funções, quer do ponto de vista social, económico e institucional. Portanto, é um arruamento que é necessário.

Para além de grande população que vive aí, temos muita gente que entra e sai da Quinta de Santo António, porque essas pessoas vão lá à procura desses serviços. É uma população que contribui plenamente para as receitas públicas, quer no plano do imposto sobre imóveis, quer no plano de contribuição em matéria de veículos automóveis, quer noutros tipos de impostos, como imposto sobre rendimento, sobre salário, etc. É um espaço que cumpre efectivamente o seu papel de cidadania dentro do País.

O troço que liga DFL à Vila Maria está completamente degradado. Quem vai de onde é hoje o Chefe de Estado Maior do Exército para frente, o troço está completamente degradado. Quem sai do arruamento que o ex-Presidente da Câmara falou há bocado, que passa a frente do Centro de Luta Contra a Violência, está tudo degradado. Portanto, como eu disse, é uma zona que tem muitos serviços, muita gente vai à procura. As pessoas põem lá os seus transportes a circular, com riscos, etc. As crianças que estudam aí também têm transitado diariamente. O que eu pediria ao Sr. Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas e Recursos Naturais e Ambiente, é para tomar em consideração a necessidade de reabilitação desses troços e talvez, se fosse possível, ter isso em consideração na rubrica 2946, relativo à reabilitação de troços de estradas.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Líder do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Joaquim.

O Sr. **Hélder Joaquim** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Ministros, ilustres Deputadas e Deputados, bom dia. Quero, antes de tudo, agradecer a este Governo por ter lembrado de Cantagalo e lançando três grandes obras. O projecto de abastecimento de água, de Água Izé até Algés, grande projecto, o projecto de construção de um liceu para Cantagalo e projecto de casas sociais.

Que continue assim, dando sinais de descentralização e devida capacidade de encontrar soluções a nível de todo o País.

Quero também apresentar aqui uma sugestão. Quando passamos de Cantagalo, notamos que a estrada está muito boa, excelente. Escutamos alguém dizer que a cidade de São Tomé, as estradas parece que o País saiu de guerra.

Em Santana, o troço está lindíssimo. Mas quando entramos para as localidades de Cantagalo, a coisa não está nada boa. Há um lugar de Cantagalo que é altamente rústico. Cantagalo é um distrito muito turístico. Quando vamos para Boca de Inferno, a estrada que vai para Plano de Água Izé está totalmente degradada e pode desaparecer. Por isso, não só esse troço como o que vai para Praia Messias Alves, o que passa do Marginal de Ribeira Afonso. São alguns lugares altamente turísticos. Estamos a falar em desenvolvimento de turismo, temos que criar infra-estruturas para albergar esse desenvolvimento. Acredito que na rubrica 2946 que o Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas e Recursos Naturais e Ambiente dê atenção a essas obras. Esta é a minha preocupação.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Hélder Joaquim.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, gostaria de pedir desculpa daquilo que vou dizer sobre as casas sociais. Temos neste Orçamento vinte mil contos para casas sociais, a não ser que essa rubrica seja já um compromisso. Se não for um compromisso, gostaria de propor a sua eliminação, usando essa verba para outras coisas que aqui foram levantadas, de carácter urgente. Porque é que eu digo, suprimir essa verba? Até hoje, sejamos honestos, as chamadas casas sociais servem a quem? São distribuídas a quem?

Uma voz: — A quem já tem!

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Porque as casas sociais significam dar àqueles mais carenciados. Aqueles que não têm! Quando temos casas sociais, o Estado constrói e distribuir às pessoas, com uma obrigação de pagar e não pagam! E o Estado volta a querer fazer, novamente casas sociais. Quero pegar naquilo que disse o Sr. Ministro. Há muitas iniciativas privadas para a construção de condomínios. Então deixe que os privados façam as casas que quiserem fazer. Que as casas sociais sejam da responsabilidade dos privados. O Estado não pode continuar a fazer casas sociais a dar de graça às pessoas. As pessoas que já têm, as pessoas que pegam duas casas e transformam em uma! As pessoas que arrendam casas sociais.

O Sr. **Jorge Bondoso** (ADI): — Não pagam!

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — As pessoas que tomam casas sociais e nunca vivem nelas. Fecham-nas!

Uma voz: — Cotú!

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — É preciso avaliarmos, se há uma necessidade do Estado continuar...

Aplausos do ADI.

... a construir casas sociais. Esta é a minha proposta, tendo em conta o tempo para o presente ano económico que resta ao Governo, para execução deste Orçamento. Gostaria que essa verba fosse

redistribuída para as questões que aqui foram levantadas por diferentes Deputados, que eu acho serem de carácter urgente.

Outra verba que gostaria também que fosse suprimida tem a ver com a reparação do muro de protecção costeira em S. Gabriel. Temos um projecto da requalificação da Marginal, que vai desde Pantufo até ao Aeroporto. Portanto, a requalificação deste muro não faz sentido, tendo em conta que está dentro deste projecto. O muro está reabilitado, mas a pavimentação não está concluída. Por isso, são dois itens que eu acho que o Governo não precisa dessas verbas para fazer. Por isso era bom transferir essa verba para outras questões que aqui foram levantadas, como os troço de estrada entre outros.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sr. Deputado, Arlindo Ramos. Fez proposta concreta de eliminação de duas verbas e a sua redistribuição para os projectos urgentes. No entanto, deve fazer essa redistribuição por escrito. Para análise e deliberação do Plenário.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Quintas.

O Sr. **António Quintas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, estamos numa fase em que os Deputados estão a defender as obras que são importantes nas suas zonas de influência. Mas vou falar de um tema que vem no quadro das Grandes Opções do Plano, no sector das Infra-estruturas, tema esse que já foi tocado pelo Sr. Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas e Recursos Naturais e Ambiente, referindo-se à questão do Ordenamento do Território. Esta questão de Ordenamento de Território devia constituir a preocupação de todos os Deputados, na medida em que é uma questão que toca transversalmente a todos os distritos. Um dos grandes problemas que temos de facto neste país é uma questão da gestão do nosso parco espaço do nosso país, gestão do nosso território, é uma questão que briga não só com os presentes, mas com a futura geração. Por isso é que, em jeito de apelo, peço ao Sr. Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas e Recursos Naturais e Ambiente, que deite olhos a alguns trabalhos já feitos nesta matéria, para permitir que, desta vez, tenhamos ideias claras de como é que queremos desenvolver o nosso país e numa vertente, digamos, nacional, passando por todos os distritos.

Ouvi a Deputada de Caué aqui a falar, há a questão do Distrito de Mé-Zóchi, que levantei na reunião anterior, cidade da Trindade.

Porque estamos com problemas de espaço, quando olhamos apenas para Água Grande e para a cidade capital, mas nós ainda temos espaço que não estão aproveitados. Só que esses espaços estão desenquadrados, estão fora de qualquer perspectiva sociológica, em termos da concentração da nossa população. Por isso é que eu fiquei surpreso em não ver aqui nenhuma verba que pudesse já nos orientar para o estudo, ou para a recolha das infra-estruturas existentes.

Eu já tive a ocasião de conversar com um quadro são-tomense que tem informações precisas sobre essa questão de ordenamento territorial. É o engenheiro Henrique Costa. O engenheiro Henrique Costa tem estudos, tem levantamentos, tem imagens, tem fotografias que ilustram este país. É uma pena isto estar concentrado única e exclusivamente no seu gabinete. Penso que o Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas e Recursos Naturais e Ambiente, tem que encontrar formas de obter essas informações e enquadrá-las nesse processo de ordenamento de território. Esta questão de ordenamento de território vai ajudar nos também a pensar sobre a questão de habitação, a questão de reorganização da nossa população.

Eu não estou de acordo que se retire a verba da construção das casas sociais. Acho que ela precisava ser aumentada e mais! Precisamos ter políticas certas na área de habitação. Quem vos fala é quem não beneficiou de nenhuma casa do Estado. Nunca tive casa do Estado, consegui construir a minha, mas olho para a nossa juventude, para a juventude deste país, que a dificuldade que tem de contrair créditos pela inexistência de uma linha de crédito para a juventude. Aí, alguém tem que assumir! Se alguém tem que assumir, é o Estado, por enquanto.

Vamos evoluir, naturalmente, para o futuro em que as pessoas poderão de facto, dirigir-se ao Banco, assumirem os riscos, construir as suas casas. Mas não é hoje e não é para essa juventude. Por isso é que eu ainda, tendo em consideração as dificuldades que temos em matéria de ordenamento de território, o Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas e Recursos Naturais e Ambiente fez muito bem colocar uma verba para construção de casas sociais e, se possível, retirar verbas de outra rubrica e aumentar, enquanto nós pensarmos o País, da forma mais estruturante.

Mas há outra questão aqui que não se falou, que tem a ver com alguns patrimónios do Estado.

Estamos a ter essa discussão aturada, porquê? Porque o País não tem receitas, tem dificuldades! Mas o País tem patrimónios e alguns dos quais não estão a ser bem aproveitados. Outros também foram dados de forma malbaratada às pessoas, que muitas das vezes, nem sequer fazem o bom uso. Outros patrimónios do Estado foram transformados em moradias. É preciso vermos tudo isto. Daí que, sem querer entrar em detalhes, muito embora eu seja daqueles que acha que há questões que têm que ser aqui discutidas abertamente, quando passarmos para outras rubricas, iremos fazê-lo. Falarei de alguns patrimónios do Estado, da forma como foram distribuídos e se necessário falaremos também de nomes de pessoas que beneficiam desses patrimónios, porque nem todos tivemos essa possibilidade, mas é preciso vermos isto.

Isto não é uma questão que toca um Grupo Parlamentar. É uma questão que toca transversalmente os Grupos Parlamentares, gentes de todos os quadrantes.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Bom debate!

O Sr. **António Quintas** (MLSTP/PSD): — Eu também veria de bom-tom, Sr. Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas e Recursos Naturais e Ambiente, se inscrevesse no seu orçamento, ou caso tenha ideia, um programa de reestruturação das empresas públicas. As empresas públicas que temos, não são muitas, por acaso. Estamos a falar da ENASA, da ENAPORT, dos Correios e estamos a falar da...

Uma voz do MLSTP/PSD: — EMAE.

O Sr. **António Quintas** (ADI): —...EMA! Essas empresas têm o seu orçamento autónomo, gostaria de priorizá-las. Vamos falar da EMAE. A EMAE é das empresas que mais beneficia de investimento do Estado. E mesmo neste Orçamento, nós vamos ver, cerca de 20 biliões de dobras antigas, ou seja, vinte milhões de novas dobras, para trabalhos de produção energética. Nós que somos os contribuintes, que pagamos, somos os consumidores do produto da EMAE, não sentimos, muitas das vezes, os resultados desses avultados investimentos. Antes pelo contrário, as cortes energéticas que assolaram o nosso país...

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Assolam...

O Sr. **António Quintas** (MLSTP/PSD): —... nos últimos dois anos e que há preocupação do Governo, no sentido de tentar diminuir, levá-nos a concluir que é preciso deitarmos um olhar crítico a esta empresa, no sentido de transformá-la numa empresa mais colaborante no processo de desenvolvimento do País.

Mas digo mais, a mesma coisa se refere à ENAPORT, à ENASA, que são empresas que tiveram a oportunidade de beneficiarem desses investimentos do Estado, os Correios muito pouco, muito menos. Os Correios, apesar das dificuldades que têm, devido às novas tecnologias, continuam a sofrer dessas mudanças. Mas essas três empresas podem contribuir um pouco mais e eu voltarei ao assunto, quando entrarmos na questão do turismo e na questão da cultura. Essas empresas podem, não obstante as dificuldades que têm, dar um pouco mais, e contribuir para o desenvolvimento social e cultural do povo são-tomense, sobretudo beneficiando das faculdades, das facilidades que têm tido em continuar a dever os impostos...

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Uma proposta, Sr. Deputado!...

O Sr. **António Quintas** (MLSTP/PSD): — ... farei a proposta concreta, quando entrarmos no sector da Cultura. Mas se houver enquadramento aqui, fá-lo-ei agora, no sentido de essas empresas darem um pouco para o desenvolvimento da cultura são-tomense.

Que essas empresas inscrevam nos seus orçamentos alguma verba para o desenvolvimento da cultura. Isto é, da música, dos músicos, dos nossos artistas e não me venham dizer que as empresas não têm condições...

O Sr. **Presidente:** — Estamos no capítulo de obras públicas, Sr. Deputado!

O Sr. **António Quintas** (MLSTP/PSD): —... que as empresas têm dificuldades, porque aí nós diremos onde cortar para poder atender a esses pressupostos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Presidente António Quintas. Ainda temos sete inscritos, encerramos as inscrições, nesta primeira etapa dos nossos trabalhos. Vamos ouvir os sete Deputados e, por fim, o Sr. Ministro para concluirmos o Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas e Recursos Naturais e Ambiente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Adelino da Costa.

O Sr. **Adelino Costa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. e Sras. Deputadas, boa tarde. Tomo a palavra devido a questão da rubrica 5978, que fala do troço de estrada de Palha a Margarida Manuel, que citou aqui o colega Deputado Arlindo Ramos. Esta é uma rubrica que transferiu de um Orçamento para outro, mas a pressa com que a coisa estava a ser feita no Orçamento de 2018, provavelmente o governo cessante, na altura, esqueceu-se de um troço de estrada, que era de Cabeça Cal a Bom-Bom. Há necessidade de interferir nesse troço devido ao seu estado de degradação. Gostaria de pedir ao Sr. Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas e Recursos Naturais e Ambiente que fizesse alguma coisa por esse troço, porque além do troço estar todo degradado, há a questão das máquinas pesadas, a cada dia que passa isso está a deixar de ser estrada e está a parecer um caminho ou

uma estrada de laço, como se diz em São Tomé. Gostaria de referir a algumas estradas, que colocasse na rubrica 2946, citadas pelo meu colega Raúl Cardoso. A estrada de terra batida de Cachoeira e San Pojata, a estrada de Bugué a Riba Mato, provavelmente, se não se fizerem intervenção nesse sentido essas estradas correm o risco de desaparecer.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado Adelino Costa.
Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cravid.

O Sr. **Jorge Cravid** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Srs. Ministro, Caros Deputados, bom dia.
É a primeira vez que tomo a palavra nesta augusta Assembleia. Tomo a palavra porque me senti tanto quanto ofendido, na medida em que eu sou do Círculo de Oque-Del-Rei. Não sei o que a população de Oque-Del-Rei fez a Deputada do ADI...

Risos.

A Sra. Deputada do ADI tomou a palavra para pôr em causa as obras inscritas em Oque-Del-Rei, ela fez a leitura de duas a três obras, e solicitou a supressão das obras de reabilitação de Cruz Mami.

Não sei o quê que a população de Cruz Mami fez a senhora, gostaria e faço questão que estas obras continuem inscritas no Orçamento Geral do Estado. Gostaria que a senhora explicasse a população de Cruz Mami, o porquê que a senhora pretende que essas obras não sejam feitas.

Murmúrios.

O Sr. **Jorge Cravid** (PCD/MDFM-UDD): — Eu não tenho proposta concreta, mas o certo é que esta obra, atende os objectivos sociais da população de Cruz Mami.

A Cruz Mami tem vários arruamentos, na minha opinião essa obra deve continuar inscrita no Orçamento Geral do Estado.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado Jorge Cravid.
Srs. Deputados têm que manter a serenidade e não perturbar os Deputados enquanto estiverem em uso da palavra.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bilaine Ceita, para esclarecimento.

A Sra. **Bilaine Ceita** (ADI): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer, que perdoou o Sr. Deputado que me antecedeu. Não tenho a culpa de o Sr. Deputado não entender aquilo que eu disse.

Fiz uma proposta concreta, estamos numa discussão dum assunto bastante importante para o País.

O que eu disse na altura, e volto a repetir, é que são vários projectos ao nível da zona de Oque-Del-Rei. Eu não tenho nada contra a população desta zona, pelo contrário.

Temos lá obras da estrada principal, enumerei outras obras, essa que esta em curso e outras que estão inscritas, o que eu pus em causa é o arruamento em Cruz Mami.

Sabemos que lá a população é menor, nós já temos uma estrada da zona principal...

Murmúrios.

A Sra. **Bilaine Ceita** (ADI): — Srs. Deputados, estou no uso da palavra.

Eu não estou a dizer que tem direito. Pedi uma explicação, ao Sr. Ministro.

Questionei ao Sr. Ministro. Será que esta obra é realmente importante, dadas as outras necessidades que temos no País?

A Sra. Deputada Beatriz referiu que, por exemplo, em Caué, a estrada do cemitério está com sérios problemas.

Vamos por numa balança, a estrada do cemitério de Angolares, e o arruamento de Cruz Mami, qual é o mais importante, Srs. Deputados?

É esta a minha preocupação. Eu não falei nada que pusesse em causa a população de Oque-Del-Rei.
Muito obrigada!

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sra. Deputada Bilaine Ceita.
Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, boa tarde a todos.

Serei breve, porque esse Ministério tem sido longo, as questões que têm sido levantadas são importantes.

Sr. Ministro, eu só tomo a palavra, porque quando deu aqui a explicação, sobre a questão de extensão da rede eléctrica, essa questão de puxar fio, levar fio, falou de um fundo, se não me enganei, de petróleo que se usa para fazer essas extensões. Mas o conselho que queria dar ao Governo, se é que não entendi mal, os sucessivos governos sobretudo o MLSTP/PSD, a nível nacional em São Tomé, e também no Príncipe, deu início e fez muita extensão da rede eléctrica. Fomos nós que demos início a maior extensão que se verificou para norte e sul.

A verdade é que passando alguns tempos, quando os outros na continuidade do Estado vieram fazer essas obras, fizeram-no como se ninguém tivesse feito e pela primeira vez.

Uma vez apareceu na televisão, uma senhora descontrolou-se e disse que há quarenta anos que não bebia água. Não sei como é que a senhora viveu esses quarenta anos!

Se eu levanto essa questão, é porque queria dar um conselho ao Governo, que de forma responsável desse continuidade a esta política de extensão. Digo de forma responsável porque assistimos a extensão exagerada do anterior governo, que não foi sustentável, tendo em conta que isso provocou o consumo maior do que a produção e aconteceu o que aconteceu.

Mas o conselho que quero dar ao Governo, é que se existe um fundo para continuar esse processo de extensão. Nessa fase, não havendo condições em termos de produção para atender a necessidade de todas essas zonas, mas que não deixem de fazer a obra de extensão.

O Governo pode fazer as obras de extensão e parar. Essa zona fica à espera da criação de capacidade na central, para terem energia.

Isto certamente obrigará o Governo a ter um plano daqui a um ou dois anos. Um plano que eu sei que o Governo tem, que é o de aumento da produção.

Mas meu o conselho, é para que o Governo desse atenção a política de extensão, para que nós tenhamos um São Tomé e Príncipe totalmente iluminado.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado António Barros.
Tem a palavra o Sr. Deputado José Rui Cardoso.

O Sr. **José Rui Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Sr. Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas e Recursos Naturais e Ambiente, ouvi bem a sua explicação, relativamente à Estrada N.º 1, que vai ao Distrito de Lembá, mas lamento que neste momento a população deste distrito, não esteja a escutar a nossa discussão aqui na Assembleia.

Porque não apanhamos a rádio, não temos a televisão, então por essa razão essa população não está a ouvir essa explicação que me convenceu, que é relativamente a estrada de Neves.

Gostaria de dizer, Sr. Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas e Recursos Naturais e Ambiente, que devia também ver a estrada de via de acesso a Ana Bom. Ana Bom foi um lugar onde se descobriu São Tomé e Príncipe, e está na situação que sabemos.

Todos os turistas que vêm para São Tomé, tentam visitar a Ana Bom, porque é um lugar onde foi descoberto São Tomé e Príncipe.

Acho que se devia dar uma atenção especial a esta estrada.

Agradeço porque vem no Orçamento Geral do Estado, a via de acesso de Água Tomá, pelo valor que vejo aqui inscrito, devia também contemplar, via de acesso a Bom Sucesso.

O Distrito de Lembá tem muita pedra e fazer uma estrada de calçada, o valor que está aqui era suficiente, para que pudesse incluir a estrada de Bom Sucesso.

Gostaria de dizer ao Sr. Ministro que no ano passado, foi inaugurado a água da Cidade de Neves, com muita pompa e circunstância. Acontece que, neste momento, em Neves escorre a água um dia e dois dias não tem água. Gostaria que o Sr. Ministro pudesse dar alguma explicação relativamente a este assunto.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, o Sr. Deputado José Rui Cardoso.
Tem a palavra o Sr. Deputado Esmail Espírito Santo.

O Sr. **Esmail Espírito Santo** (ADI): — Sr. Presidente, bom dia a todos.

Sr. Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas e Recursos Naturais e Ambiente, tenho duas preocupações. A primeira reside na perspectiva de o senhor estender mais o olhar para Cantagalo.

Vejo inscrito neste orçamento muito pouca coisa.

Gostaria de lhe dizer, o que consta no item que faz referência ao abastecimento de água da Cidade de Santana, que este valor constava no orçamento anterior. As casas sociais, também já foram aqui discutidas, em princípio há financiamento e as empresas já estão no distrito nos trabalhos muito antes de o vosso Governo tomar o poder.

Comparei dois ministérios, para o senhor não me dizer que não tomou em conta, porque está no outro ministério. A estrada que liga Água Izé a Claudino Faro, não sei se o senhor passou daquela estrada. Ela está em péssimas condições.

Gostaria de pedir ao Sr. Ministro que tomasse em conta a situação desta estrada, preocupa-me bastante! Conhecemos a importância daquela via de acesso, não sei porque neste orçamento, não se tomou em conta a situação daquela estrada que liga muitas comunidades com importância que tem para a nossa economia.

Dizer-lhe também que vi e comparei alguns distritos, não quero mencioná-los, mas a verdade é que o senhor olhou o País em parcela. O Sr. Ministro pecou um bocadinho, porque olhou o País em parcela. São Tomé e Príncipe é um todo e deve tomar em conta o pouco que tem para dividir a todos os distritos.

Não estou aqui para defender Cantagalo porque nasci lá, sou filho daquele distrito. Sou um bocado como sou. Inscreveu para alguns distritos quase todas as estradas, se calhar, felicito-lhe por essa coragem. Há distritos que vejo quase todas as estradas inscritas, vai fazê-las, também esperaria que o Distrito de Cantagalo tivesse da vossa parte mais atenção no capítulo de estrada.

Sabemos que o anterior governo teve essa atenção. Construímos o troço de Pinheira, de Colónia a São Lourenço, se a memória não me falha, começamos, não sei se terminou, a estrada de Pedroma. Tomamos em conta o troço que liga Santo António a Ponta das Palmeiras, não sei se o Sr. Ministro, no capítulo de estrada, deixou Cantagalo como deixou, mas peço-lhe que reveja a sua posição porque o Orçamento ainda está connosco, ainda está na altura.

Quero também felicitar o seu Governo por continuar com o projecto de água da Cidade de Santana, as empresas estão lá. Esta coragem que o senhor teve de manter a linha do anterior governo no capítulo da água de Santana, está de parabéns!

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Vicente.

O Sr. **Manuel Vicente** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Serei breve na minha intervenção. Quero dizer que tive alguma dificuldade em separar as infra-estruturas rurais e urbanas, mas o Sr. Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas e Recursos Naturais e Ambiente, já abordou a questão ali e o Sr. Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, talvez possa responder por infra-estruturas rurais.

Tenho registado algumas preocupações na rubrica 2923 onde se fala sobre o GIME. Alguns Deputados que me antecederam já falaram sobre isso, mas devo dizer que essa questão de GIME é um fardo deixado pelo anterior governo, desde que a União Europeia (UE) deixou de assumir esta responsabilidade.

Fiz as contas em relação a essa questão de GIME, temos cerca de 1600 pessoas a nível nacional, somando com uma média de cinco pessoas por família, teríamos cerca de 8000 pessoas com problemas de salário.

Havia uma dívida com o GIME, cerca de 7 meses, já pagaram 3, ainda restam 4 e acredito que há muitas famílias a passarem fome. Se as pessoas que têm salário mensal têm muita dificuldade, imagine as pessoas que estão sem salário há 4 meses, muita dificuldade ainda têm passado.

Outra questão tem a ver com o esticar de cabos. No Distrito de Cantagalo ainda existem duas comunidades, nomeadamente Castelo e Santa Clotilde que precisam de beneficiar deste produto. Também vi aqui na rubrica, mais em baixo de 2923, troço de estrada que liga Zandrigo a comunidade de Quimpo, são cerca de 500 mil, não sei se este valor para 1.5 Km dava para reabilitar aquele troço de estrada.

São essas as minhas preocupações e espero o Sr. Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, para depois fazer a minha intervenção em relação às comunidades rurais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Maiquel Espírito Santo.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Queria reforçar a rubrica 3282, onde diz «construção de muro na subida de Hospital Central Ayres Menezes». Gostaria de dizer que aquilo já há tempo que está neste estado, às vezes os carros, as ambulâncias trazem doentes e têm que contornar, isto tem criado constrangimentos. É um caso emergente. Se pudermos resolver essa situação será uma mais-valia para situação de emergência no Hospital Ayres de Menezes. Gostaria de reforçar a construção da estrada de Oque-Del-Rei a Bairro da Liberdade, também na reabilitação de estrada de Lucumi e quero centralizar aqui a execução e drenagem de pavimento da Rua Padre Martinho Pinto da Rocha. É um local onde não tem muita gente, naturalmente, mas isso está assim há muito tempo. É importante darmos uma atenção especial e que seja mesmo resolvido. Eu vivo lá, às vezes tenho que sair de botim, é complicado, não tem tanta gente mas entretanto dá acesso a várias outras ruas.

Dizer que na rubrica 5762 «construção de casas sociais», quero dizer que seria bom que estivesse também uma dizendo «construção de habitação jovem» porque já sabemos o destino que as casas sociais ...

Murmúrios.

... daí que quero reforçar que haja mesmo habitações para os jovens e a minha proposta seria das 20, 10 seria habitação para jovem.

O Sr. **Presidente**: — Encerramos as inscrições, temos apenas 4 minutos, não sei se o Sr. Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas e Recursos Naturais e Ambiente quer esclarecer os assuntos para encerrarmos às 13 horas e retomaremos às 14 horas com outros ministérios.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente.

O Sr. **Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — Sr. Presidente, voltamos para fazermos esse exercício de esclarecimento. Queria aproveitar para concordar com o Sr. Vice-Presidente, Guilherme Octaviano, sobre a questão de política. Não queremos fazer politiquice, é este o esclarecimento.

Em modo de esclarecimento, gostaria de dizer que o edifício custou a AGER 47.834.900 dobras, equivalente a 2.150 000,00 de euros, e não consta o reacondicionamento interno, ou seja, são *open space*. Faltam aproximadamente mais 300 a 400 000 dólares para acondicionar o edifício, ou seja, AGER tem uma dívida de cerca de 38 500 000 euros por pagar e outro montante foi pago com um fundo de Telecomunicações.

É este o esclarecimento que gostaria de passar as senhoras e senhores Deputados, tendo em conta aquilo que foi aqui solicitado.

Sobre a modernização do nosso aeroporto, da ponte, levantado pela Sra. Deputada Cristina Dias, são aquelas situações que dizemos de transição de um orçamento para outro, mas gostaria de reafirmar uma vez mais que temos todo interesse em fazer uma reabilitação do nosso aeroporto.

Embora não tenhamos as condições nesse momento para fazermos as obras completas, de expansão da pista, a placa de estacionamento, mas na aerogare vamos fazer intervenção.

Já dissemos isso várias vezes, está equacionado, o projecto de arquitectura que solicitamos está no fim, como dissemos, voltamos a repetir, vamos fazer estas obras, elas são extremamente necessárias para o nosso turismo.

Quanto à questão de fiscalização, já aqui dissemos várias vezes, as instituições estão vocacionadas para isso, tanto a INAE como as Obras Públicas, e precisamos de apetrechá-las, de formar e actualizar os nossos recursos humanos, precisamos também dar algumas condições e dignidade aos nossos técnicos, principalmente isso.

Quando comparo os engenheiros e os economistas, sou engenheiro, vejo os quadros das Finanças que cobram impostos e são gratificados por isso, têm uma percentagem porque têm que ser estimulados para fazerem o seu trabalho. Os engenheiros são chamados para fiscalizarem obras de milhões e têm um salário de 5 a 6 000 dobras por mês, esta é a verdade.

Não significa a deterioração de alguns, em termos de modo de fazer as coisas, mas que é imprescindível tomarmos em atenção esta classe que joga com a vida de todos nós, é, e tem que ser repensado de forma global esta situação.

No nosso ministério, repito, as medidas estão sendo tomadas para darmos um melhor corpo a essa questão de fiscalização até pela nossa própria honra como técnico, e dignidade, precisamos e vamos agir.

A Água potável em Água Grande, também foi repetido pelo Sr. Deputado Ekneide Santos, em outras localidades, principalmente quando temos zonas com declives diferentes, obriga a EMAE a fazer algumas engenharias para que todos tenham um bocadinho de água.

Vou só explicar um bocadinho como é que os técnicos da EMAE trabalham de madrugada até o final do dia, com este sistema.

Os tanques têm que ser fechados, a uma dada altura do dia, para atingirem o máximo da sua capacidade, porquê?

É a única forma de se dar alguma água a zonas mais altas porque todo o nosso sistema de distribuição é feito por gravidade. Portanto, não se pode levar água de um local mais baixo para mais alto. Os tanques têm que estar na sua máxima capacidade para poder servir as zonas mais altas, Bôbô-Fôrro, por exemplo. Por isso é que essas zonas só têm água de manhã cedo, depois fecha-se.

De manhã cedo têm uma quantidade que se justifica, abre-se. Quando a água passa o nível em que essas localidades já não conseguem ser fornecidas abre-se para outras localidades mais baixas e isso faz-se quase todos os dias, dia sim, dia não, para que todas as zonas tenham um bocadinho de água.

Sabemos que, por vezes, o volume não é suficiente para enchermos o depósito. Quando isso acontece todos ficamos em *deficit*, tanto as zonas altas como as baixas porque temos de encher os depósitos, para que as zonas mais altas não fiquem continuamente sem fornecimento de água, por um lado.

Por outro lado, temos a questão da falta de alguns reservatórios que estão sendo equacionados, alguns em Mesquita, outros em Guadalupe, para aproveitarmos o fluxo de água que é tratada no sistema que temos actualmente, para termos mais depósitos e assim servir as zonas como Bairro do Hospital, Oque-Del-Rei e outras que aqui foram mencionadas. Estas intervenções não estão aqui mencionadas porque também fazem parte daqueles investimentos feitos pelo fundo das empresas petrolíferas, por isso é que não aparece aqui no nosso orçamento, mas estão equacionadas em termos da nossa política para a água.

A Sra. Deputada Beatriz Azevedo, como dissemos, temos a nossa verba na rubrica 2946. No âmbito desta mesma verba, vamos também ter em atenção o alerta que nos fez em relação à entrada e degradação daquela estrada para o cemitério.

Sobre as casas sociais, uma vez mais esclarecemos, temos um compromisso este ano com a República Popular da China. Não podemos simplesmente tirar esta verba porque são casas que vão ser feitas pelo nosso parceiro e temos também responsabilidade de intervenção e o Estado tem de orçamentar alguma coisa para fazer esta intervenção. É pouca, é verdade! Queremos, ao longo deste mandato de quatro anos, fazer várias intervenções de construção de casas sociais, casas para juventude e para aqueles que deveras precisam. Está no nosso Programa do Governo, é um programa para quatro anos e tencionamos cumpri-lo.

O GIME foi aqui repetido várias vezes. Tivemos uma intervenção muito rápida, logo no início, quando fomos confrontados com situação de dívidas de cerca de 6 a 7 meses dessas famílias, recorrendo ao fundo rodoviário tentamos minimizar a pena daquelas famílias fazendo alguns pagamentos e usando também uma parte daquela mesma verba para diminuir o nível de degradação e outros custos que todos já tínhamos, relativamente à profundidade de alguns buracos que tínhamos na nossa marginal.

Todos estamos recordados daquele buraco que estava ali ao lado do Tribunal Supremo e outros tantos que fomos chamados a corrigir. No entanto, estamos a assistir uma vez mais novamente buracos a surgirem no tapete da marginal, mais verbas para deitar fora.

Drenagem das localidades específicas que joga não só com a questão da estrada como tal, mas também com a saúde. Conjuntamente com o Sr. Ministro da Saúde, que não está entre nós agora, não só em Santo António como também em S. João da Vargem onde estivemos e fizemos um trabalho com a população. Em Budo-Budo, existe uma situação bastante crítica relativamente à drenagem. Estamos a convidar os nossos parceiros de diferentes fundos de ambiente que existem em como pormos alguma atenção mais específica, tendo em conta a acumulação da água, o paludismo e não só.

É uma área que nos preocupa muito, seleccionámos a mesma como a prioridade do nosso ministério e dissemos que a energia é emergência, drenagem e saneamento é prioridade número um.

Sobre a carta de condução, vimos essa situação, os técnicos diziam que tinham falta de materiais e alguns elementos aqui em São Tomé por carência orçamental para terem aquelas cartas e assim servirem a população. Recentemente tentamos resolver esta situação para que esses pedidos que datam de algum tempo possam ser respondidos, mas tratava-se de questão de meios. É uma direcção que de facto tem tido muito pouca atenção institucional e vamos tentar modificar, até porque ela própria carece de um novo corpo legal e estamos a tratar com as soluções devidas para que ela seja transformada num instituto e não numa direcção com é actualmente, devido a importância que ela tem e possui meios suficientes para a sua autonomização.

O Sr. Deputado Raúl Cardoso falou de água para as antigas empresas agrícolas. É uma situação antiga, não só para Monte Café como quase todas as outras antigas empresas agrícolas que tinham um sistema autónomo, de electricidade, água, hospitais e não só.

Sucedem porém, que muitas delas ainda permanecem com aquele sistema autónomo, fora da rede da EMAE e os investimentos consentidos até agora não têm contemplado estas localidades e é uma situação que temos que pôr cobro.

Para a nossa dimensão, não convém agora criar pequenas EMAE, mas sim dar condições suficientes para que a EMAE possa intervir nestes sistemas que datam da época colonial.

Sabemos que aqueles sistemas não têm todas as condições de potabilidade da água e é preocupação para todo o País pela questão de saúde principalmente. De facto, é verdade, são sistemas de nascente, sem reforço nenhum, na época seca os depósitos ficam vazios e essas populações passam por situações bastante difíceis.

Relativamente à questão do acompanhamento das obras, já falamos, e da importância do Instituto Marítimo Portuário (IMAP). Concordamos plenamente, temos uma dimensão marítima, que todos sabemos, de 160 000 Km² e a política que temos, virada para o mar, nem sempre compadece com a dimensão e a importância que o mar tem entre nós. Já tive a ocasião de fazer intervenções nesse sentido, de darmos mais importância e meios humanos e materiais para que o IMAP possa exercer as funções que é chamado.

O Sr. Deputado mencionou algumas, concordamos, e como deve saber temos várias instituições que são reguladoras, fiscalizadoras, como a AGER, a ANP-STP, INAC, agora IMAP, todas elas têm tido intervenções de parceiros internacionais e o mesmo não acontece com o IMAP.

Portanto, temos que chamar atenção dos nossos parceiros tendo em conta a nossa exiguidade em termos de recursos e a dimensão de meios que é necessário para que o IMAP de facto cumpra o seu objectivo e tenha todos esses equipamentos para termos uma navegabilidade mais segura e uma vez mais evitar que as nossas populações principalmente as da Região Autónoma do Príncipe estejam menos

vulneráveis em termos de transporte de pessoas e bens. Mais detalhes será necessariamente sectorial onde estamos a trabalhar nesse sentido.

A Sra. Deputada Bilaine fez uma intervenção interessante, tentou um bocadinho contestar as intervenções das Obras Públicas na localidade de Oque-Del-Rei e arredores. Gostaria que tomasse em atenção um pequeno detalhe, a segurança. Talvez não tem ideia da velocidade que os carros circulam entre Manga e Budo-Budo, daí a importância de ter ruas alternativas.

O Sr. Deputado Amaro Couto, arruamento de Santo António insere-se na verba que mencionou, é uma grande responsabilidade para o Instituto Nacional de Estrada, é verdade! É uma grande responsabilidade para o Governo na mobilização de fundos para reforçar a mesma verba e estamos empenhados em fazê-lo para responder ao longo do ano essas mesmas necessidades.

Casas sociais e conceitos, Sr. Deputado Arlindo Ramos, uma vez mais. O conceito é o mesmo, são casas para servir a população e a necessidade de constar no orçamento, já explicamos e esperamos que seja suficiente, caso não, estamos aqui para continuar a dar todos os esclarecimentos.

Concordamos consigo relativamente aos critérios. Talvez tenhamos de refazer os critérios de atribuição das casas sociais. Talvez devemos refazer até o orçamento para as casas sociais porque o problema não é só a quem se destina, é também o preço.

Não vamos fazer uma casa que custa 40 a 70 000 dólares e dizer que é casa social, também está neste pormenor.

Para além disso estamos também empenhados em tomar as medidas necessárias para que essas casas sejam feitas com o menor uso dos inertes possível, o Estado tem de começar por aí. Já falamos vezes sem conta da degradação das nossas paisagens pela forma que utilizamos os nossos inertes. E planificando a construção de centenas de casas, perguntamos a onde é que vamos tirar areia e pedra?

Não é tanta assim como pensamos, inclusive se associarmos o porto em águas profundas, não porto de águas profundas e a extensão da pista de aeroporto. Precisamos de volumes grandes de inertes e, conseqüentemente, estamos a fazer todas as *démarches* junto a aqueles que nos aproximam no sentido de que as propostas de construção tenham em conta esta vulnerabilidade e que tenham propostas de edifícios que sejam feitos mais em alumínio, metais e menos uso de areia, pedra e madeira.

O Sr. Deputado António Quintas falou sobre ordenamento do território, não podíamos estar mais de acordo consigo, vivemos num pedaço de terra abençoada, separada por mar, 142 km² a Ilha do Príncipe e cerca de 800 Km² é de São Tomé.

Nestes pedaços de terra, temos de conviver com uma série de actividades que não são necessariamente compatíveis, agricultura, outras formas de economia como o turismo, habitação, lazer, desporto e não só e precisamos de terra para toda essas actividades e ordenamento do território vem nos dar um instrumento para acautelarmos o uso mais adequado, razoável e mais planeado possível das nossas Ilhas em termos de terra.

Temos de fazer tudo e concordo que devemos chamar todos os nossos quadros que têm experiência, conhecimento, informações que nos ajude a fazer melhor o nosso trabalho. Estamos abertos para isso, mencionou um cidadão que é sobejamente conhecido, haverá com certeza mais, independentemente da origem e da cultura religiosa desses mesmos cidadãos, estamos abertos para trabalhar com todos.

A extensão da rede eléctrica, Sr. Deputado António Barros, vamos continuar o processo de forma sustentável, repito, sustentável. Temos de apostar na sustentabilidade dos nossos sistemas para não arrebentar aquilo que já temos.

Estamos a preparar todas as condições para que seja instalada a central de emergência e, concomitantemente, vai entrar também em acção, já começamos, os projectos de energia renovável, tanto fotovoltaico como das hídricas.

A Rua Padre Martins Pinto da Rocha, mencionado pelo Sr. Deputado Maiquel dos Santos, está equacionado, é uma estrada importante embora não seja um local habitado por muita gente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Desculpa Sras. e Srs. Deputados voltar a intervir novamente, mas há algum esclarecimento que preciso ter.

Sr. Ministro, há um ligeiro engano no capítulo da fiscalização, que fez referência, porque o nosso maior problema não está no pagamento, naquilo que os engenheiros ganham de salário. Está na forma como os contractos são feitos e as empresas responsabilizam-se pelo pagamento da fiscalização, esse é que é o maior problema. Porque não posso ser o patrão e pagar a um meu subordinado para eu ser fiscalizado, isso é o que acontece. A equipa de fiscalização recebe através das empresas a verba correspondente a fiscalização, isto é que é a verdade.

O que o governo tem que fazer, acho, é uma sugestão, deve mudar isso para garantir a maior credibilidade a fiscalização.

Outra questão que o Sr. Ministro não me respondeu é em relação ao muro de protecção costeira de S. Gabriel. Não sei se vai continuar com a mesma verba para ser feita ou vai entrar no quadro da requalificação da marginal?

Outro pedido de esclarecimento que gostaria de ter e na minha abordagem esqueci-me de abordar é sobre uma casa de experiência piloto que o PNUD fez no Distrito de Lobata e essas casas estão abandonadas, queria saber mais sobre elas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente.

O Sr. **Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — A primeira questão, não deixa de ter razão, mas há um acompanhamento sempre pelas Obras Públicas ou pelo INAE ou seja, há instituições vocacionadas que ganham concurso para fiscalização de obras de grande vulto, mas há sempre um trabalho de acompanhamento dos nossos técnicos. Sucede porém, que é difícil colocar aqueles técnicos a fazer esses trabalhos como deve ser pelas condições de trabalho que têm.

Temos que salvaguardar e proteger o nosso investimento, tanto aqueles que constroem como aqueles que fiscalizam e estamos em cima de eles todos, sucede que esses técnicos que devem fazer isso passam por esta situação, tipo, se não tenho condições nenhuma para fazer,... e temos que rever tudo isso, aquilo que disse é verdade e outra situação também.

O muro de S. Gabriel faz parte daquelas transferências das rubricas de um orçamento para outro, falta concluir. Não mudamos porque a estrada não concluiu.

Sobre as casas de Lobata o Sr. Deputado ficou quatro anos com aquelas casas de Lobata, mas entretanto, o Senhor sabe como aquilo está. Seja como for está no nosso mapa, é um local privilegiado do Distrito que foi designado para aquela experiência, não correu bem e temos que reequacionar tudo isso e principalmente fazer bom uso do espaço que temos.

O Sr. **Presidente**: — Não sei se o Sr. Deputado está satisfeito, não? Quer fazer a réplica?

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Ministro, peço desculpa! Posso estar no poder há quatro anos, só que aquelas casas e o senhor também sabe que elas estiveram sempre na tutela de Projecto de Mudanças Climáticas, nunca foram entregues ao Governo, sabe disso. Para o Governo intervir tinha que as receber e não recebeu.

O Sr. **Presidente**: — Está esclarecido, algumas propostas não bem elaboradas deram entrada na Mesa, portanto, podemos considerar lista das reclamações e não uma proposta concreta porque não tem verbas elencadas.

Sr. Deputado Arlindo Ramos quer fazer apresentação da proposta?

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Eu não vou fazer apresentação da proposta, porque na intervenção do Deputado Maiquel, se não me engano, pediu que transformasse casas sociais em casa jovem e também o Sr. Ministro explicou que é um compromisso, portanto não há necessidade de alterar a questão, portanto eu retiro a proposta.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, retirada a proposta, nem mais palavras. Efectivamente, concluímos na hora. Iniciámos às 9 horas e 30 minutos, o término deve ser às 13 horas e 30 minutos. Vamos retomar às 14 horas e 30 minutos, para concluir. Temos ainda três ministérios, ainda que ultrapasse das 16 horas e 30 minutos.

Está susoensa a sessão.

Eram 13 horas e 30 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Estão 29 Deputados na Sala, há quórum, portanto, declaro reaberta a sessão.

Eram 14 horas e 30 minutos.

Na sequência do trabalho que havíamos feito na primeira parte da sessão, concluímos o Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas e Recursos Naturais e ambiente. Vamos dar início a discussão do Orçamento, na especialidade, no sector da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural. Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, boa tarde. A minha intervenção vai ser muito precisa, no âmbito do Orçamento e no Programa

de Investimentos, nas páginas 6 e 7. Há um conjunto de questões que eu queria abordar e que me suscitam alguma dúvida, a rubrica 1520, formação em zootecnia e veterinária, formação em produção agrícola animal e recursos florestais. Não sei até que ponto essas questões seriam tão específicas, porque necessário se torna a questão do apoio aos criadores de animais, tendo em conta que há um grupo de criadores que compraram, na altura, o gado nelore, se não estou em erro. Ao nível da Pecuária não houve apoio a esses pequenos agricultores e estiveram a manifestar o seu desagrado, mas com base nisso, eu queria saber como é que o Sr. Ministro vê esse enquadramento. Além de um fundo que já existe neste sector.

Segunda questão, Sr. Ministro, tem a ver com os agricultores, em termos de lojas de vendas de pesticidas. Eu, numa das vezes, ouvi o Sr. Ministro abordar que naquela loja, (deram uma palmada), houve desvio de fundos e com base nisso, os novos produtos que foram importados estão encarecidos e com isso também, encarece os produtos, porque os agricultores ao comprarem, os custos são mais elevados. Eu perguntar-lhe-ia, qual é o destino que se deu a esses senhores (artistas), os que desviaram esses fundos. Portanto, qual foi o destino, porque não podem ficar com a pele fria.

Outra questão que me preocupa e que eu não consegui decifrar, muito embora eu tivesse visto neste ponto, a formação de produção agrícola e recursos florestais.

Sr. Ministro, caros colegas, nós a nível do nosso país, somos dos poucos que não temos um parque natural. Temos crianças, alunos a nível do ensino e eu conheço a nível aqui da Boa Entrada, árvores que têm mais do que duzentos anos. Hoje em dia, há essa questão de associação de madeireiros, é uma coisa que me faz espécie. Eu não sei se eles plantam ou se só abatem?

Associação, em português menos falado, não sei, de abatedores! No entanto, mas não se planta! E ainda cria associação! Eu pergunto, que vantagem isso tem para o nosso país? Vamos ser realistas! Estamos em mês de Março, o calor costuma haver, não sei se os Srs. Deputados lembram? Mais é em meses de Dezembro e Janeiro. Agora, o calor está a continuar na auto-estrada, até mês de Março. Portanto, são questões que incomodam. No entanto, não se tomam medidas, fica-se com isso aqui, ajeitando, mas prejudica toda a comunidade. Por isso, Sr. Ministro, devia haver um parque natural, sei que há um privado interessado em apoiar o Estado, dando esses passos...

Não sei qual é o ponto de vista do Sr. Ministro? Pelo menos seria uma boa marca, uma boa referência que nós deveríamos ter.

Vou ficar por aí.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Vice-Presidente!

Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Felicito o Governo por esse bolo que deu à agricultura. Há muito tempo que eu não via uma tal percentagem.

O Ministério de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural é um dos mais carenciados, incluindo os próprios técnicos, por isso agradeço o Governo por ter dado essa possibilidade.

Gostaria que me prestasse um esclarecimento, Sr. Ministro de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, falo da rubrica 4954.

Sr. Ministro, é global os 12%? Qual é a garantia desse financiamento? Qual é a fonte?

Uma voz: — Qual é a página?

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Está aí, 4954! Qual é a fonte?

15 milhões de dólares, qual será a reserva para o investimento? Qual vai ser a reserva para o sector privado, principalmente para agricultura, pesca e pecuária?

Levanto esta questão, porque no programa deste Governo, o sonho é, principalmente, o aumento da produção e da produtividade do “diamante verde” que exportamos.

Temos problemas. Constata-se que já morreram muitas plantas e as que sobreviveram, são em muito menor número.

Se continuarmos com a quantidade da planta que temos, não vamos aumentar a produção e produtividade. Temos que introduzir plantas nessas partes onde já havia aquelas que morreram.

Temos problemas de irrigação. O governo anterior começou, interrompeu, mas tem de haver continuidade, por isso queria que o Sr. Ministro desse atenção!

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Felisberto Afonso.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI):— Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Sr. Ministro de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, Sr. Ministro que nos alimenta, gostaria de entender uma questão: diz-se que este ano, 2019, aumentou-se a fasquia para este ministério, portanto saiu de 10 para 12. Mas acredito que saiu de 10 para 12, tendo em conta que o Sector das Pescas está inserido agora no Sector de Agricultura. Acrescentou-se 2%, mas não chega para o Sector das Pescas. É pouco.

Tendo em conta que em determinadas épocas do ano, temos muito atum, muito maxipombo, em grande quantidade, seria bom, Sr. Ministro, que nós pensássemos na criação de uma infra-estrutura para processamento de pescado.

Se formos a Cabo Verde, temos uma grande unidade de transformação de pescado, bons atuns! Talvez, não pensemos ainda na exportação, mas vamos processar para o nosso consumo interno. Somos ilhas, temos muito peixe. É necessário pensarmos em transformação de pescado, atum em lata. Isso vai-nos ajudar também a fortalecer o Sector do Empreendedorismo, principalmente o empreendedorismo jovem. Sr. Ministro é que sabe onde pode ir buscar esta verba, mas gostaria de propor, nas páginas 51 de 54, no item 5925, onde diz: projecto de melhoria das condições higiénico-sanitárias de produtos de pesca. Temos aqui um valor de 8 575, não sei se é possível. Só o Sr. Ministro poderá saber, se se podia tirar alguma verba daqui, e, se calhar, aumentar no ponto 6146, que é programa de apoio sectorial de pescas.

Neste programa, se não fosse possível encontrar meios para construção ou instalação desta infra-estrutura, que está a fazer-nos falta, talvez, para elaboração de um estudo, de forma a darmos resposta a esta preocupação.

É preciso que se pense nisto junto à União Europeia ou outros parceiros para instalarmos mesmo uma unidade de transformação de pescado.

Quanto ao projecto suíno, não estou a ver neste momento em que página, gostaria de dizer ao Sr. Ministro que é necessário começarmos a pensar no projecto de gado bovino. Não podemos estar a consumir bovino, só na quadra festiva. É preciso melhorarmos a segurança alimentar. É só na quadra festiva e a um preço bastante elevado ou temos que consumir bovino importado. Penso que é preciso começar a pensar nisto, porque temos que consumir carne de vaca todo o ano.

Outra questão tem a ver com a infra-estrutura para conservação de produtos hortícolas ou agrícolas. Portanto, o sector da transformação não tem sido suficiente para absorver o excedente de produção. Logo, justifica termos infra-estruturas para conservação desses mesmos produtos. Não sei dizer ao Ministro donde é que podemos tirar a verba. No entanto, sei que em Mesquita já existiu infra-estrutura para conservação desses mesmos produtos que talvez tivesse uma durabilidade de 6 ou 7 meses. Não sei em que estado se encontra estas infra-estruturas.

De momento, fico por aqui e muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sra. Deputada Alda Ramos.
Tem a palavra a Sra. Deputada Cristina Dias.

A Sra. **Cristina Dias** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados, boa tarde. Estive a ver o orçamento destinado ao Ministério de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, constatei que há uma verba destinada à indemnização do pessoal do PAPAC. Mas também há verba de funcionamento do PAPAC. Gostaria de saber o porquê desta indemnização e se o pessoal foi despedido. Se o PAPAC existe, porquê é que o próprio projecto não absorve essas pessoas para continuarem a trabalhar ao termos que indemnizá-las?

Se foi o caso de despedimento sem justa causa, não é o Estado que tem que assumir, quem fez isso é que devia assumir as consequências. É verdade que há continuidade de Estado, mas alguém cometeu um erro e deve pagar por isso.

Também não vi, gostaria que o Sr. Ministro me fizesse o ponto da situação. A Deputada Alda falou aqui de transformação, nós temos pescado. O nosso pescado não tem autorização de ser exportado, pelo menos aquele que vem para terra, por causa da questão do laboratório de referência e de certificação. Portanto, gostaria de saber em que pé é que isso está? Procurei e não vi no Orçamento. Pode ser que esteja, não é?! A pessoa não consegue esmiuçar tudo, gostaria de saber porque é um problema que temos. Não podemos exportar o nosso pescado. É verdade que os navios vêm, ficam no alto mar, fazem pesca e não vêm para terra. Aquele que nós conseguimos pescar aqui não é possível exportar por causa da certificação.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sra. Deputada Cristina Dias.
Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. e Sras. Ministras, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde. Tomo a palavra para tentar perceber, porque no Orçamento não vi cá nada que se relacionasse com o projecto de abastecimento de água à comunidade agrícola de Vila Moura. Dá-me a impressão que é um projecto já tinha sido iniciado pelo governo anterior, se eu estiver errado, peço ao Sr. Ministro que me esclareça! Tentei dar vista de olhos no Orçamento, não vi. Não sei em que pé está este projecto, porque a comunidade agrícola de Vila Moura tem uma associação.

O Sr. Ministro, se calhar, deve conhecer, não é? Queixam-se da falta de água para irrigação e pretende que se consiga encontrar uma forma de ajudar essa comunidade.

Também vi cá, inscrito no programa de investimento público, no Ministério de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, uma rubrica que faz referência à aquisição de carro frigorífico. Precisamos! Gostaria de saber quem é que vai gerir este carro frigorífico? Como é que vai ser a gestão disto? Vai ser entregue ao Ministério, vai-se criar uma cooperativa ou uma associação?

Gostaria que o Sr. Ministro nos explicasse como é que vai ser a gestão desse carro frigorífico e quero lembrá-lo do projecto de abastecimento de água à comunidade de Vila Moura.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado José António Miguel.
Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Vicente.

O Sr. **Manuel Vicente** (MLSTP/PSD): — Boa tarde a todos. Sr. Ministro de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, na rubrica 6169 está ali: a requalificação das casas comboios nas comunidades rurais. Portanto, não está a especificar em que zona isso iria ser feito, mas está aí um valor de 3 328, para reabilitação dessas casas. Felicito o Governo por isso, tendo em conta a fase de degradação dessas casas. Essas moradias dos pequenos agricultores são construções já antigas e exigem mesmo essa reabilitação. Do meu ponto de vista, deixávamos de fazer casas em posição horizontal, mas sim vertical. Portanto, sabe-se que as casas na posição horizontal ocupam muito espaço, e, nas comunidades rurais já não existe espaço para construção. Aquelas zonas que chamamos de áreas de expansão que delimita as parcelas dos agricultores com aquelas áreas já não existem, porque os agricultores já ocuparam esses espaços com as suas casas.

No que diz respeito à infra-estrutura, também estrada, estou a falar directamente para Distrito de Cantagalo, é uma zona onde passo todos os dias, portanto, é o troço da estrada que liga Água-Izé a Claudino Faro.

É uma estrada com cerca de 18 quilómetros, que também já entrou num estado de degradação muito avançado.

Em 1128, no Programa de Investimentos Públicos, BAD, está aqui inscrito cerca de 30.899, eu não sei como é que o Governo iria fazer a gestão do valor, para também beneficiar esta estrada.

É preciso ver prioridade, porque essa estrada liga cinco comunidades da zona de Água-Izé, há muita dificuldade em transitar naquela estrada.

Portanto, quando há problema de saúde, as senhoras em trabalho de parto, a ambulância tem dificuldades de ir buscar ou não vai mesmo. Quando há algum problema de agressão, polícia não consegue lá ir, devido à situação da estrada, também está complicado.

Por isso, gostaria de apelar ao Governo, para que essa estrada fosse beneficiada.

Se formos ver o nível de ensino naquelas zonas, as crianças que se deslocam de Claudino Faro até via pública, portanto, onde passa o autocarro, essas crianças fazem cerca de 36 quilómetros diários, 18 para irem à escola e 18 para regressarem.

Então é preciso ver essa questão, em relação a reabilitação daquela estrada.

Sr. Ministro, a agricultura é maioritariamente fonte de subsistência e emprego. Emprega mais de um terço da população e o cacau representa mais de 80% do total das exportações são-tomense. Aquela é uma zona produtora de cacau. Ainda no Distrito de Cantagalo, temos as cooperativas portanto não vejo aí, são cooperativas que já deram provas, o senhor sabe disso, não vejo nenhuma rubrica que as apoie.

Por isso, gostaria que o Sr. Ministro pudesse elucidar-nos com a sua explicação.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado Manuel Vicente.

Temos mais alguns inscritos, vamos fechar quando completarmos dez inscritos e o Sr. Ministro poderá responder às questões.

Já agora, peço a indulgência dos Srs. Deputados. Na sequência do que dizia o Sr. Deputado Manuel Vicente, vemos no orçamento Infra-estruturas de Apoio a Segurança Alimentar, mas não está a especificar. Sabemos que pistas rurais são muito importantes, para garantir a Segurança Alimentar.

Já agora, quando o Sr. Ministro responder, veja como está a questão da Pista Rural que liga a Estrada Nacional N.º 1 a Santa Luzia/Praia das Conchas/ Canavial, também a questão de Boa Entrada.

Eu não estou a participar no debate, mas é um alerta apenas...

Risos.

...para que Sr. Ministro venha responder.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, obrigado pela ajuda.

Risos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Já não vou falar das estradas e das pistas rurais, mas vou falar da irrigação.

Sr. Ministro, o governo anterior fez uma captação em Santa Clara, concretamente em Monte Carmo, água de irrigação para Santa Luzia.

Como sabe, o depósito que alimenta todo corredor de Santa Luzia com água de irrigação, não houve cuidado de se tirar um ramal para Santa Clara. O quê que acontece?

A Santa Clara não tem água para irrigação. Os camponeses reclamam dessa água. Portanto, era preciso ver essa questão.

Segundo os trabalhadores da Santa Clara, dizem que é preciso que seja construído um depósito alternativo.

Por isso, é preciso ver, porque os horticultores aqui reclamam muito.

Outra questão é sobre Poiso Alto, que também tem um depósito de água de pouca capacidade, que podia ser aumentado a capacidade desse depósito, para alimentar também Água Coimbra e a Casa do Campo.

Portanto, sabe que esta em curso a pista rural de Caldeiras a Água Coimbra, mas aquele troço entre Água Coimbra, Poiso Alto e Boa Esperança, também não está contemplado.

Por isso, era bom ver essa questão.

Gostaria que o Sr. Ministro tomasse em conta, já que fala em reabilitação da Casa Comboio, eu não sei se já visitou a Roça Boa Esperança, depois de Caldeiras, para ver as condições daquela Casa Comboio. Se tiver que reabilitar a Casa Comboio, é uma das casas muito prioritárias.

Eu não vou falar das pistas, mas vou falar aqui da Direcção das Pescas.

Há muito pouco investimento na Direcção das Pescas, com esse orçamento. Não vejo assim grandes investimentos, e a Direcção das Pescas, felizmente com aumento da capacidade operacional do Ministério da Defesa e Ordem Interna, permitiu que a Direcção das Pescas, também aumentasse o volume das suas receitas.

Eu falo concretamente do fundo de desenvolvimento das pescas. Esse fundo é alimentado, para além das receitas das multas por pesca ilegal, é alimentado também pela atribuição de licença e de pesca.

Essas licenças de pesca, nos últimos meses aumentarem consideravelmente, devido o aumento da capacidade de fiscalização marítima do Ministério da Defesa e Ordem Interna.

O que acontece é que, não obstante o Ministério da Defesa esta a prestar esses serviços a Direcção das Pescas, o Ministério da Defesa, não tem nenhuma comparticipação desse fundo de pesca. Porquê?

Eu digo isso porque, na altura, falando como membro do governo anterior, lutamos muito para ver se a Direcção das Pescas, pelo menos, financiasse o tal subsídio de embarque aos militares.

Temos os inspectores de pesca, que vão a bordo no navio militar, e que recebem 50 euros por dia, comem e dormem no navio.

Portanto, é preciso que o Sr. Ministro dê uma contribuição ou decisão sobre essa matéria, de forma que o Ministério da Defesa, também seja beneficiado com uma parte desse fundo.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado Arlindo Ramos.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Quintas.

O Sr. **António Quintas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, permitam-me que eu faça um desabafo. Esse desabafo, se calhar, não tem nada a ver com esse governo, que esta no início das suas funções, mais é um desabafo arque que carrego comigo, e que andei a procura duma oportunidade para fazer.

Temos um orçamento de 12%, em que contemplam o gasto de 12% com agricultura.

Tinha-se pessoas que fazem agricultura, que estão no terreno, que trabalham, não se contemplam, não se vislumbra, nenhuma verba de apoio directo. Isso não é só de hoje.

Por isso, julgo que é preciso conscientizarmos e atendermos quem esta a produzir.

Hoje no nosso mercado se formos ver, não há alface, e mais produtos agrícola, os que contribuem para melhoria da nossa dieta alimentar. Num país onde há todas as condições para se produzir, não há, porque justamente as pessoas que produzem não beneficiam desse apoio.

Por isso, é que eu quero aqui propor, porque dei uma olhada nas rubricas todas, não vi um apoio aos horticultores, por exemplo. Não vi nenhum apoio aos produtores, aos médios empresários. Porquê?

Com essa crise que assolou o nosso país, esse médios empresários têm trabalhadores. Eles fizeram um esforço, de não meterem as famílias no desemprego. No entanto, no programa orçamental do Governo, não se vislumbra nada para essa gente.

Penso que aqui há uma verba, no código 6507 «Inventário das espécies endémicas», com uma verba de 2300, tira-se uma parte daqui, 1300 em proposta concreta, para o apoio aos horticultores. Sobretudo àqueles que já deram provas, na zona de Monte Café, por exemplo.

Há uma verba «Projecto de apoio ao melhoramento de produção animal», de 5 bilhões, quatrocentos e cinquenta.

Quem produz os animais?

Quem produz o que se consome hoje?

São os médios empresários. Que se dê apoio directo a essa gente.

Há duas verbas de reabilitação de infra-estruturas de apoio a segurança alimentar.

Use essa verba para atender às pessoas que directamente estão a fazer agricultura.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado António Quintas.

Mas tem que apresentar propostas concretas.

O Sr. **António Quintas** (MLSTP/PSD): — Mas eu apresentei.

Uma voz: — Não tem nada a ver!

O Sr. **Presidente**: — A última não. De qualquer modo vamos avançar.

Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Monteiro.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Caras e Caros Deputados, boa tarde.

Tomo a palavra, Sr. Presidente, para que o Sr. Ministro me explique, porque nós temos no âmbito do orçamento, na página 6 de 7, «Financiamento para reabilitação de infra-estruturas de apoio à segurança alimentar».

Então, no momento que der resposta para nos explicar que infra-estruturas, que pistas rurais, serão reabilitadas com esse valor, tendo em conta que esta escrito nacional.

Por outro lado, vejo aqui, no código 1020 «Comparticipação do Estado para os projectos», na página 6 de 7.

Mas eu, depois nas linhas abaixo, vejo que cada projecto já tem financiamento.

Então se já tem financiamento, porquê que esse valor, não vai apoiar para fazer as outras coisas.

Também preciso de explicação quanto a esse aspecto.

Por outro lado, vejo também, «Compromisso com as datas marcantes».

Sabemos que o País não tem dinheiro, recorde, parece que nós estamos a regredir, anos atrás já participávamos para o Orçamento Geral do Estado, com uma fatia de 7%, sete vírgulas tal, agora estamos a dois, vírgula tal, e vamos gastar dinheiro com festas. Que festas?

Mais vale comprar fertilizantes, com esse valor, para os pequenos agricultores, porque há momentos que eles não têm.

O Sr. **Manuel Vicente** (MLSTP/PSD): — 30 de Setembro!

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Todo esse valor para 30 de Setembro?!

É muito dinheiro! É muito dinheiro!

Vejo também o Programa PAPAC-PA. Só vemos assim, é nacional. Para nos brindar também com algumas informações sobre esse Programa PAPAC-PA...

Uma voz: — PAPAC!

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — ...PAPAC, não é? Temos Banco Mundial, BADEA, financiamento para quê? Nós não sabemos, só está nacional.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sra. Deputada Filomena Monteiro.

Tem a palavra o Sr. Ministro de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, para esclarecimento das questões que foram levantadas na primeira parte.

O Sr. **Ministro de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural** (Francisco Ramos): — Sr. Presidente, Caros Deputados, meus colegas, muito boa tarde. Venho aqui para dar resposta algumas questões levantadas e ainda bem!

O Deputado Guilherme Octaviano falou da formação da zootecnia e outros técnicos da Pecuária. Gostaria de dizer que o nosso parque dos recursos humanos carece de técnicos. Ninguém mais quer ir para agricultura. Tenho técnicos que disseram: “mal-empregado de ter feito a formação ligado à agricultura.” Portanto, vamos fazer tudo para ver se retribuimos a auto-estima aos técnicos de agricultura. Como disse alguém: “técnicos agrícolas são muito mal pagos”. São, portanto, a família pobre do Governo. Temos os extencionistas rurais do Centro Agrícola Desenvolvimento Rural (CADR), que estão há dez meses sem salário. Portanto, estamos a enganar um a outro. Eles fingem que vem ao trabalho, nós também fingimos que estamos a pagar.

Risos.

Para acrescentar, o combustível que é atribuído ao Sector Agrícola, talvez seja só para os directores irem para casa e ao trabalho e vice-versa. Portanto, temos que pegar a agricultura a sério. Agricultura poderá ser alavanca, se nós quisermos.

Levantou-se a questão de criadores de bois nelores. Sim, o Governo importou bois nelores, talvez em 2012-2013. As pessoas, que adquiriram, pagaram uma contribuição. Com essa contribuição, constituiu-se um fundo destinado à esta associação, para poder dar assistência técnica e medicamentosa. Acontece que essa associação está moribunda e esse dinheiro existe. Tive um encontro com os dirigentes e os criadores de bois nelores, portanto, ficou o compromisso de reactivar a associação, para podermos colocar o dinheiro à disposição dessa associação. Temos o dinheiro, felizmente. Ficou intocável, mas a associação está moribunda. Esta é uma das formas de apoiar o sector privado. É necessário que os privados se sintam merecedores desse apoio e reactivem, neste caso concreto, para podermos avançar. É verdade que, como disse a Deputada Cristina, que só comemos carne de boi no dia de festa, não é?

A Sra. **Cristina Dias** (MLSTP/PSD): — Alda Ramos!

O Sr. **Ministro de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural**: — Ah, foi Alda! Ok.

Efectivamente queremos incentivar a cria de bois e não só, porque neste momento a proteína animal é deficiente. Bem, não podemos levar a estratégia para tudo ao mesmo tempo. Temos que definir alvo e etapas.

Hoje o mais fácil é agarrar na produção de porcos. Pois, já temos um centro que nos produz leitões e já tivemos um doador que nos financiou algumas pocilgas, então, estamos virados para aumentar a proteína animal, através dos porcos. Posteriormente, para atacarmos a produção de galinha e animal bovino.

Para responder ainda a questão do Deputado Guilherme Octaviano sobre a loja Laina. Tenho a impressão que, nem os agricultores têm a visão de quanta falta essa loja os faz. Aqui nesta Sala, não sei também se as pessoas têm tanta visão?

A loja Laina é responsável pela importação de sementes, de produtos fitofármacos de que os agricultores precisam para poderem ganhar o seu pão e o da sua família. Neste momento, não temos sementes na loja Laina.

Temos uma dívida nessa mesma loja que ronda 116 000 euros. Independentemente disso, não havia estruturação para importação de sementes, nem produtos fitofármacos, portanto, importam sementes na contra estação, quer dizer, não na própria estação que se deve fazer essa sementeira. Portanto, uma série de desorganização e, felizmente, quando chegámos, encontrámos que ia chegar e estamos a geri-lo. Fui mal-entendido, infelizmente, na sexta-feira, dia 22, quando propus que nós temos que criar um fundo para agricultura.

Srs. Deputados urge criar esse fundo. Sem um fundo agrícola, não vamos a parte nenhuma. Portanto, propus mais 2, como também podia ser, mantendo e subtraindo 2 no arroz, mesmo se nós levássemos o arroz a 8 dobras, como disse a Deputada, mas sempre temos que tomar em consideração que temos que subtrair alguma coisa para agricultura. Com esse fundo, haveria, certamente, semente neste momento na loja Laina. Imaginem um horticultor que vive do cultivo de hortaliça. Não há semente de hortaliça na loja Laina, ele está de braços atados. As palaiês que vendem o produto deixam de ganhar dinheiro. Os filhos desses agricultores e das palaiês não vão para a escola, porque os pais não têm dinheiro para comprar pão. Os consumidores, que vão para o mercado comprar, compram mais caro. Portanto, imaginem, como a falta de uma semente influencia na economia de toda gente. Portanto, é necessário termos um fundo. E se houvesse um fundo agrícola, seguro que colmatávamos essa situação, há muito tempo. Temos que criar o fundo agrícola! Portanto, sobre o destino que se deu ao fundo que havia na loja Laina, estamos a fazer uma auditoria e, no fim, saberemos que destino dar.

Sobre os recursos florestais, efectivamente, temos na zona de Boa Entrada, uma parcela, uma média empresa que foi devolvida pelo Sr. Gastão Cardoso, o qual aqui deste palco felicito e gostaria que houvesse mais gente com essa postura.

O Sr. Gastão Cardoso recebeu aquele espaço, cortou duas árvores, porque uma caiu e outra constituía perigo, o que nós já não fazemos. Já não existem árvores nos lotes. Há muita pressão nessa parcela de terra. Inclusive os dirigentes incentivam a população de Boa Entrada para invadirem o espaço. Isto é grave! No entanto, recebemos a parcela, tivemos um encontro com a equipa de ECOFAC-6 e pedimos para nos apoiar a formar uma barreira, porque aquelas árvores são centenárias. Aí queremos transformar isso num parque, onde os estudantes vão lá fazer estudo, onde as pessoas podem aproveitar par lazer, e, assim que a ECOFAC nos der a luz verde, vamos fazer uma barreira e a outra parte vamos entregar aos residentes de Boa Entrada para a construção das suas habitações. Ainda não fizemos isso, porque se o fizermos essa parcela será altamente invadida.

Portanto, eu quero pedir as pessoas de Boa Entrada que tenham calma, que estamos super-preocupados com toda essa situação.

Já respondi parte da pergunta do Deputado Felisberto, sobre técnicos de agricultura, que são muito mal pagos, inclusive convidei colegas meus, economistas e gestores para assumirem algumas pastas do

Ministério de Agricultura. Disseram-me, oh! Aqui paga-se muito pouco. Portanto, eu não estou interessado. Para terem só a noção.

Estamos aqui a discutir: troca daqui passa para ali, troca de lá, passa para acolá. Tudo isso está no ar! Não há garantia de nenhuma verba.

Murmúrios.

...Não há! Nós só temos 2,7% a 2,8%. 97,2% estão no ar! Estão nas mãos dos doadores. Portanto, têm que entender isso. Na Agricultura, se repararem, puseram a base de financiamento aos financiadores que geralmente não têm tradição de dar dinheiro. Está lá! Portanto tudo isso está no ar. Mas, não podemos cruzar os braços. Vamos encontrar forma de construir um fundo para desenvolver a agricultura.

A Deputada Alda Ramos falou das Pescas. Portanto, eu não posso dizer 2% vêm para pescas ou não. A verdade é a opção e a visão que temos. A pesca podia ser alavanca para este país, se fossemos corajosos em endividar e criar infra-estruturas para as pescas. Portanto, é um sector que, em pouco tempo nós recuperaríamos e pagaríamos a dívida. Acho que temos que ter coragem de endividar este país e investir no Sector das Pescas. Investindo nas Pescas, na compra de barcos, na construção de uma infra-estrutura, como deve ser, teremos emprego para jovens, pagaremos dívidas, sem sentir. Teremos outros sectores, teríamos apoio, porque com as vísceras de peixe podíamos fazer farinha que íamos alimentar os nossos gados. Alimentando os gados, íamos ter estrume para colocar nas nossas plantas. Portanto, seria uma cadeia terrível. É preciso que tenhamos coragem de saber o que queremos.

O projecto de melhoria sanitária, portanto, é um projecto apoiado pela FAO. Há muitas coisas que não podemos mexer, porque os financiadores colocam e não temos margem de manobra, ou perdemos tudo, ou ficamos com pouco.

Mas não quer dizer que temos que aceitar tudo. Portanto, aquilo que não nos convém, achamos que interessa-lhes mais e não teremos nenhum proveito, nós colocaremos de parte.

Portanto, o projecto suíno está sendo apoiado, neste momento, pela China Popular e temos tido bons resultados.

A Deputada Cristina falou na indemnização do pessoal de PAPAC. Sim! Em 2016, o então Ministro de Agricultura devia trabalhar para a aquisição de mais um fundo para reforçar PAPAC. Não o fez. Em 2017, vimo-nos com os braços atados. Não havia verba para garantir a continuidade das pessoas no PAPAC. Aí, o Ministro solicitou o FIDA que reduzisse o pessoal. Mas já havia um contrato feito até ao final do projecto. Essas pessoas, nessa situação, foram ao Tribunal e, portanto, não é só isso que aparece no Orçamento. Portanto, são quase 8 bilhões de dobras que o Estado tem que pagar.

Logo, no início, houve um acordo de cavalheiros de quase 3 milhões, mas as pessoas foram ao Tribunal e agora há uma sentença de quase 8 bilhões de dobras para pagar.

Murmúrios.

Uma voz: — Negócio lá do Tribunal está a dar cabo do País, pá! Tribunal, o Estado perde dinheiro...

O Sr. **Ministro de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural:** — Temos que ter um laboratório de referência. Estamos a trabalhar para aquisição de um laboratório de referência para certificarmos os nossos produtos.

O Deputado António Miguel, eu encontrei um estudo de irrigação. Pedi a FAO para transformar-me este estudo em um projecto bancável e a partir daí vamos encontrar financiamento para poder instalar o sistema de irrigação. Se conseguirmos, dentro de 14 a 15 anos, teremos o problema de irrigação resolvido. É um projecto que tem três fases, sendo 5 anos cada fase.

O Sr. Deputado Manuel Vicente falou sobre a requalificação da casa comboio. Nós não identificamos que casa comboio. Porque temos que requalificar, numa perspectiva da interactividade de tudo. Temos que ter um projecto integrado. Vamos requalificar casa comboio onde lá a produção é grande, onde podemos também requalificar as estradas. Portanto para ser algo integral. Nesse momento, ainda não identificamos qual é a casa que podemos reabilitar.

Sobre a estrada de Claudino Faro, pelo seu estado avançado de degradação, portanto, ultrapassa, o valor que existe no PRIASA não é suficiente para poder reabilitá-la. É estrada que tem ponte. Geralmente quando tem ponte, já sai da capacidade do Ministério de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural.

Tenho pouco tempo! Sobre a irrigação de Santa Clara e outras, acho que com o projecto de irrigação que está em estudo, poderemos colmatar toda essa situação.

A Deputada Filomena falou de infra-estrutura. Temos necessidade de várias infra-estruturas. E muitas vezes construímos infra-estruturas, não adquirimos equipamentos. Então, quer dizer que algo fica sempre a faltar.

Sobre o PAPAC que é um programa de apoio à pequena agricultura comercial, está quase no fim. Trata-se de um Projecto financiado pelo FIDA cujo término está previsto para este ano.

Não sei se respondi. Saltei as perguntas, já me disseram que o tempo acabou.

O Sr. **Presidente**: — Pistas rurais, Sr. Ministro?

O Sr. **Ministro de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural**: — Algumas estão contempladas, outras não. Aquelas, cujos estudos já foram realizados, estão contempladas. Aquelas que ainda não foram objecto de estudo, aliás, nem são só as que foram aqui mencionadas. Há o Rio de Ouro Pequeno entre outras.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Ministro, muito obrigado pelo esclarecimento, mas eu fiquei com uma certa dúvida. O Sr. Ministro disse dentro de 14 a 15 anos?

Risos.

É melhor esclarecer isso à comunidade agrícola de Vila Moura, porque eles não vão perceber, quer dizer, dentro de 14 a 15 anos é que se vai poder ter água para irrigação nessa comunidade?

Faz favor, muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado José Miguel.

O Sr. Ministro quer esclarecer?

O Sr. **Ministro de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural**: — Temos um projecto para irrigação de âmbito nacional, em três fases curto, médio e longo prazo. Portanto, já temos definido as áreas para curto, médio e longo prazo, quer dizer, dentro de 15 anos, teremos todo o projecto concluído. Vamos começar agora. Começamos o estudo, vamos encontrar financiamento para curto prazo, quer dizer que curto prazo será dentro de 3 a 4 anos. A partir de 2019 a 2020. Ok? Não sei se me fiz entender? Portanto, em 2020, vamos começar a parte que se insere a curto prazo.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, Vila Moura estará dentro de curto prazo. Será isto, Sr. Ministro?

O Sr. **Ministro de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento**: — Temos a opção de escolher. Temos uma gama de localidades para curto, assim como médio e longo prazo. Vamos contar com as barragens de Rio de Ouro, Manuel Jorge, Yô Grande. Cabe-nos nesta fase identificar quais são as comunidades, ou quais são os locais que vão ser beneficiados a curto prazo.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro. Quer fazer réplica?

Tem a palavra o Sr. Deputado José Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, gostaria de dizer que a própria comunidade vai perceber isso. Repara! O Governo tem um mandato para 4 anos. O projecto a curto prazo do Governo são 4 anos? É um bocado complicado! Se o mais curto prazo para atender a irrigação de uma comunidade forem 4 anos, não vou falar mais.

O Sr. **Presidente**: — Mas o Ministro disse que inicia em 2020.

Uma voz: — Continuidade de Estado!

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ekneide dos Santos.

O Sr. **Ekneide Santos** (ADI): — Sr. Presidente, trago aqui mais a minha contribuição relativamente a esse Ministério. A minha preocupação vai para a área das florestas. Todos nós sabemos, conhecemos a realidade em São Tomé e Príncipe, hoje, nem tanto para a Região Autónoma do Príncipe, mas para a nossa ilha de São Tomé. Gostaria de sugerir, com todos esses problemas, que temos, hoje, ao nível das florestas, se existe ou não alguma verba para fazermos reflorestação, diria que seja uma proposta para todo o ano. Ou se calhar na época chuvosa. Eu não sou técnico da Direcção das Florestas, mas não estamos a plantar para o futuro de São Tomé e Príncipe. Isto é muito importante. Tenho assistido na Comunicação Social, fazermos plantações pontuais, quando se fala na semana da floresta. Portanto, estamos à altura de termos um programa regular. Todos os anos temos que plantar um número de árvores, não sei quantas, e nós devemos envolver todos os parceiros: as Câmaras Distritais, se calhar as Forças Armadas, as escolas, as igrejas e entre outros. Gostaria de ver alguma verba inscrita nesta área, Direcção das Florestas, para que o

futuro de São Tomé e Príncipe não seja comprometido, como disse aqui o Sr. Vice-Presidente Guilherme Octaviano. Hoje, sente-se muito calor e nós sabemos porquê! Sem falarmos da questão da água.

A outra minha contribuição e preocupação que trago esta relacionada com as Pescas. Tenho falado com algumas pessoas, tenho assistido algumas reclamações, inclusive, bem recentemente assisti uma reportagem na televisão são-tomense sobre a questão do pescado. Inclusive, há pessoas que dizem que brevemente ou daqui há mais algum tempo, se não tivermos alguma contenção relativamente às licenças de pesca, os contratos que fazemos aqui ao nível nacional, não teremos peixe para o nosso próprio consumo. Estou a falar de algo que é importante para todos os são-tomenses. Inclusive, há pessoas que já disseram que daqui a pouco nós que temos o nosso mar, o nosso peixe, vamos começar a comer zanzé, vamos a começar a comer bicas, e já não teremos outra espécie de peixe para o nosso consumo. A minha preocupação vai no sentido, Sr. Ministro, mais uma vez, se calhar, não hoje, mais daqui a mais algum tempo que nos esclarecesse a questão da emissão de licenças para pesca. O que é que o País ganha? Será que o que o País ganha com a emissão de uma licença é mais importante do que própria a nossa alimentação? Isso é que temos que ver. Eu não sei, não tenho a noção de quanto é que pode custar uma licença de pesca para um navio. Será que essa licença de pesca vai justificar ou colocar em causa a própria alimentação do nosso país? Ouço falar, não tenho a certeza! Não gosto de falar daquilo que eu não sei, mas pelo que vimos na comunicação social, algumas coisas que são emitidas, licenças de pesca e em contrapartida recebemos algo em troca não sei se é arroz, se é feijão, mas gostaria que isso ficasse claro. Temos que saber de facto aquilo que assinamos, aquilo que coloca em causa a própria sustentabilidade do nosso país e a pesca é fundamental. Porque a base da nossa alimentação é a pesca, todos nós sabemos e não podemos fugir. Ultimamente, desloquei-me à Região Autónoma de Príncipe no navio. Fui e voltei no navio. Ao regressar vinha uma embarcação arrastada porque avariou-se na Região Autónoma de Príncipe. Fui falando com o marinheiro que estava naquela embarcação e questionei o porquê de irem pescar até a ilha do Príncipe. Ele simplesmente respondeu que nós aqui nesta região perto já não temos peixe em quantidade e nem em qualidade mais para consumir. Então têm que sair muito fora. Portanto é uma questão importante e vou tocar sempre neste assunto aqui na Assembleia. Temos que saber, os contractos que são assinados são divulgados? Será que são em benefício do nosso povo? Os contractos de pesca que nós assinamos, as licenças que são emitidas, os arrastões que temos no nosso mar que não são poucos, será que é isso que queremos para o nosso futuro? A outra questão é relativamente a formação, como disse aqui o Sr. Ministro e reconhece que não deve ser uma preocupação só do ministério e do Ministro porque os jovens hoje já não querem seguir área de agricultura e, se calhar, de pesca. Devemos encontrar uma forma de incentivar de facto essas duas áreas. Pesca e agricultura não podem, de forma alguma ser um ministério ou uma área que devemos deixar para o segundo plano. Portanto, devemos encontrar mecanismos de formar as pessoas nas áreas de pesca e agricultura. Sei que CATAP tem vindo a fazer algumas formações, relativamente à agricultura, mas pesca também é muito importante. Hoje consumimos frango e peru importados, entre outros tipos de carnes, como disse aqui o Sr. Ministro, não sabemos a origem. Inclusive, hoje existe coxa de frango mol, rija e já inventaram outro modelo que é meio mol, ou seja, não é rija nem é mol. Se calhar, para consumir, as pessoas perguntam qual é que vocês querem? Mol ou quem vai comprar sabe. Quer mol, rija ou meio mol?

Risos gerais.

Uma voz do MLSTP/PSD: — Ou de plástico?

O Sr. **Ekneide Santos** (ADI): — Ah! De plástico, né! Estamos a rir, mas é um algo muito importante. Sou uma das pessoas que gosto de comer frango às vezes. Sei de facto aquilo que estou a dizer. É preocupante esta questão. Nós, de certeza, não temos o controlo da entrada desse tipo de produto no nosso país. Todos nós conhecemos mais ou menos a dimensão de um frango. Há frangos que deixam de facto a duvidar, se realmente é! Há coxas que quando vejo em minha casa, questiono: isto é mesmo frango ou tem outro nome? Mas isso é sério! Qual é a minha contribuição nesse sentido? Temos vários produtores de frango em São Tomé e Príncipe, inclusive vi mais uma equipa que veio e encontrou-se com o Primeiro-Ministro e disse que queria fazer investimento. Devemos produzir aquilo que é possível em São Tomé e Príncipe. Aquilo que é possível o Governo apoiar a classe média empresarial, deve apoiar, produzirmos e sabermos aquilo que estamos a comer ou apoiamos os que já existem. Continuamos a importar frangos que não sabemos, duvido que fazem teste desses frangos aqui em São Tomé e Príncipe. Em qualquer país do mundo, quando chega contentores em condições normais, antes desses produtos saírem para mercado, devem fazer teste e devem ser regulares. Não deve ser teste feito só numa caixa ou senão eles colocam caixa de frente com os melhores produtos e o resto já se sabe. Portanto, a minha contribuição, Sr. Ministro, vem no sentido de se fiscalizar mais esses produtos. Fiscalizem e façam maior aposta no produto local ou interno. A minha última contribuição vai para os agricultores, apesar de Água Grande ser um distrito tão pequeno, temos alguns produtores que reclamam por alguma atenção, refiro-me aos agricultores de São Gabriel, Blublu, a zona de Mesquita e Correia se poderem dar alguma atenção Sr. Ministro, eu agradeço.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, é só para complementar o que falamos sobre a irrigação. Sr. Ministro, no seu orçamento aparece aqui um item que diz construção de represas, isto é, pequenas barragens para irrigação. Lembro-me que em 2006, no governo da coligação MDFM-PCD, iniciou-se um processo de reabilitação de antigas pequenas represas coloniais. E uma dessas represas existia no corredor entre Queluz e Monte Macaco que é Moinho, senhor conhece muito bem, e Boa Entrada que tinha um tanque também reservatório que permitia a irrigação de todo esse corredor até Água Casada. Em outras localidades também existem pequenas infra-estruturas de irrigação que estão abandonadas. Se nós reabilitamos essas infra-estruturas podia facilitar ao invés de nós construirmos essas represas. Temos uma represa que era utilizada para central hidroeléctrica, por exemplo, de Agostinho Neto, que já não está a funcionar. Essa água está a perder e perde para dentro de Agostinho Neto. A água está a infiltrar em todo o sistema estrutural da estrada de Agostinho Neto, e parte da estrada já começa a dar sinais de derrocadas. O que é que vamos fazer com aquela água? Aquela represa não está a ser utilizada. Se pudéssemos construir uma represa paralela a ela, que permita desvio de água para outro lado, para não permitir que água infiltre dentro do quintal de Agostinho Neto porque já constitui um perigo. Por isso, temos infra-estruturas com água que podíamos reabilitar e aproveitar para irrigação porque essa verba para construção, devíamos iniciar este ano, com a requalificação dessas pequenas represas e passar à frente.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, já não temos inscritos nesta fase de discussão do Ministério de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, salvo se o Governo quiser esclarecer ou responder mais alguma questão. Houve algumas sugestões que carecem de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Ministro de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural.

O Sr. **Ministro de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural**: — Srs. Deputados, temos três projectos de reflorestação. Sendo reflorestação paisagística, ECOFAC6 e tesouro de Ôbô. Ao mesmo tempo que vamos plantar, vamos também criar actividade económica para as pessoas que lá vivem. O projecto de reflorestação paisagística é um projecto para 5 anos. É verdade que o Governo tem 4 anos de mandato, mas não vamos fazer o projecto só para este período, porque temos que pensar no País e na continuidade do Estado. Sobre a irrigação ainda não definimos as zonas. Há uma estratégia nacional de irrigação. Estamos a fazer isso, logo ainda é cedo dizermos se Vila Mora vai estar contemplada ou não. Sei que vamos começar. Quando acabarmos toda gente terá água em quantidade e em qualidade para fazer as suas actividades agrícolas. Concordo plenamente consigo, Sr. Deputado Ekneide Santos, quando fala de frangos. Efectivamente, se as pessoas importam frango é porque consumimos. Nós não podemos morrer com fome, é verdade, mas sabemos que os comerciantes não vão buscar de qualidade porque o povo não tem recursos financeiros, ou seja, o poder de compra. Portanto, se rejeitarmos o consumo desse frango talvez podemos dar uma amostra de outro lado. Mas é verdade que está no nosso programa produzir frangos aqui em São Tomé e Príncipe. Só que muitas vezes fazemos algumas tentativas com alguns grandes produtores e falha. Quando isso falha para encontrar financiamento para repor...

Mas estamos a trabalhar nesse sentido. Sobre a construção de represa eu concordo com o Deputado que colocou a questão, vamos resolver a questão.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro, já não há inscrito para este Ministério, podemos encerrar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ekneide Santos.

O Sr. **Ekneide Santos** (ADI): — Sr. Presidente, é só um pedido de esclarecimento. Eu levantei a questão sobre as pescas. O Sr. Ministro não respondeu a questão sobre a licença.

O Sr. **Presidente**: — A questão de licença de pescas, Sr. Ministro?

Tem a palavra Sr. Ministro de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural.

O Sr. **Ministro de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural**: — Sr. Deputado, a licença das pescas, portanto entra no tesouro público. Neste momento, temos 16 navios que foram atribuídos licenças e pescam nas nossas águas...

Vozes do MLSTP/PSD: — Só!

O Sr. **Ministro de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural**: — ...Os legais. Certamente existem muitos ilegais. A licença entra directamente no tesouro público. Não sei se dei a resposta.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Ministro devia pedir informações à Direcção de Pesca sobre número de navios que pescam nas nossas águas. 16, nem são a terça parte dos navios que pescam nas nossas águas.

Estamos a falar de licença de pesca que são atribuídas aos navios fora de quadro europeu. Fora do acordo geral com a União Europeia. Só a União Europeia são à volta de três centenas de navios. Temos que saber, fora do quadro da União Europeia, há os outros navios que se atribui a licença de pesca. É preciso esclarecer isso.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Arlindo Ramos.
Tem a palavra o Sr. Ministro de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural.

O Sr. **Ministro de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural**: — Sr. Deputado Arlindo Ramos, neste momento, ainda não assinamos acordo com a União Europeia, logo os navios que estão a pescar, estão a pescar ilegal. Neste momento, temos

16 navios atribuídos a licença. É verdade que encontramos na guarda costeira, no sistema que têm, outros navios a pescarem, mas temos que dar formação e criar condições para poder operacionalizar tudo isso.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural.
Tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul** (Osvaldo Vaz): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde. Gostaria de dizer que, no ano passado, o Governo cessante não assinou o contrato de pesca com a União Europeia. No ano passado, perdemos os 700 e tal mil dólares, porque não foi assinado o contrato. Estamos agora a negociar com a União Europeia, para voltarmos a assinar o contrato. Não sabemos se é por causa disto que a União Europeia, não nos deu o apoio orçamental dos 3,5 milhões dólares, em Dezembro. Desde Junho do ano passado que não se assinou o contrato com a União Europeia.

O Sr. **Presidente**:— Muito obrigado, Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul. Temos dois pedidos de esclarecimento e uma intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Quintas, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **António Quintas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, acabamos de ouvir uma informação do nosso colega Deputado Arlindo Ramos. Dentre nós, é um Deputado com muitas informações. Aliás, quem prestou informação é um ex-Ministro da Defesa. Daí que gostaria de pedir encarecidamente ao Governo que levasse até as últimas consequências esta informação.

Em primeiro lugar, no sentido de aquilatar a verdade, porque de facto há qualquer coisa, que não está a bater bem no domínio das pescas em São Tomé e Príncipe.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado António Quintas.
Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI):— Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, gostaria que explicasse todo o contorno do acordo geral de pesca, com a União Europeia que não foi assinado. O Sr. Ministro está informado de causa da não assinatura. Portanto, é preciso avaliarmos o que nos dão e o que realmente merecemos. Neste sentido é que o País analisou o que a União Europeia nos dá e aquilo que leva. Não se assinou, porque se está na fase de negociação. Não vamos receber 700 mil dólares por 20 ou 30 toneladas de peixe.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Arlindo Ramos.
Tem a palavra o Sr. Deputado Ekneide Santos.

O Sr. **Ekneide Santos** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a minha intervenção sobre essa matéria, não é para fazermos politiquice. É algo do interesse de todos nós. É uma preocupação, disse aqui o Sr. Deputado Arlindo Ramos, precisamos saber, somos Deputados e representamos o povo, não sou a único a ouvir que não temos peixe na nossa costa.

Os nossos pescadores constantemente estão a ficar nos outros países, estão a perder porque vão atrás do peixe para sua própria sobrevivência e da sua família e para alimentar-nos. Preciso saber, porque o peixe deste mar também me pertence, sou são-tomense! Quantos navios temos a pescar? Estou de boa fé, vou continuar a insistir. Creio, se esta questão não for bem esclarecida vou pedir a todos os Deputados, somos são-tomenses, que haja suspensão destas licenças, até que se esclareça definitivamente quanto

navios temos. Não podemos ter pescadores que vão ao mar, voltam de manhã e não trazem peixe para comer...

Aplausos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Ekneide Santos!

O Sr. **Ekneide Santos** (ADI): — Sr. Presidente, pedi para fazer uma intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Vamos começar a contar o tempo.

O Sr. **Ekneide Santos** (ADI): — Sim, Sr. Presidente. É importante falarmos disso. A pesca é a fonte da nossa alimentação. Além disso estamos a matar os pescadores são-tomenses, estamos a matar a economia local de cada região de São Tomé e Príncipe. Estamos a dar cabo de nós mesmos. Como é que não conseguimos peixe para comer e há mais de 300 navios no nosso mar a pescar...

Uma voz: — Desordem!

O Sr. **Ekneide Santos** (ADI): — Como disse bem o Sr. Deputado Arlindo, penso que é uma questão de informação. Creio que o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul pode estar de boa fé e não saber realmente as informações. Não podemos assinar só por assinar. Muitas pessoas sabem. Assinamos para um barco e pescam com 10, 20, 30 e 40. Peço aos Ministros do Planeamento, Finanças e Economia Azul, de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural e da Defesa e Ordem Interna que tem sobre a sua jurisdição a orla costeira toda a fiscalização da orla marítima. Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna, qualquer navio que esteja ilegal prenda! Cheguei a uma conclusão, se continuarmos naquilo que estamos a fazer, vamos ser refém de qualquer outro país e continente, vamos morrer na pobreza.

Aplausos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Ekneide Santos.
Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, nesta matéria de pesca, estamos preocupados, mas precisamos de ter informações correctas, para não ser desta Casa Parlamentar a lançar o mal-entendido. Creio que o Sr. Ministro de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, não tem todas as informações, mas certamente terá. Partindo do princípio lógico das licenças e das suas características, não creio que é por aí que teremos à falta do pescado no mercado. Essas licenças são atribuídas a grandes palangreiros, que fazem pescas selectivas a 30 a 40 milhas da Costa, onde os nossos pescadores não vão. Se calhar, o problema está aqui em casa, na forma como praticamos a pesca artesanal.

Esses grandes migradores, como atum, se calhar, podemos incluir espadarte. Não os pescamos. Não sei se já houve record de pescarmos um atum de 60, 70 ou 80 quilos. É impossível! Esta pesca é selectiva, não é de toda espécie. A falta de peixe está no erro que cometemos na pesca artesanal. Vamos ver a pesca de voador panhá. Como é que fazemos?

Simplemente para se ter a ideia, porque quando dizem que não há peixe por causa das licenças que estamos a vender. Acho que não é por isso.

Ademais, a única forma que São Tomé e Príncipe tem para ganhar dinheiro, neste tipo de pesca, é vender licenças.

Estamos na especialidade, realmente não tenho aqui margem para explicar detalhadamente isto, porque entendo um pouco disto. Espero que o Sr. Ministro inteire um pouco mais da questão técnica para explicar as pessoas, porque senão ficamos numa confusão. A falta de peixe no mercado, não tem a ver com a venda de licenças aos grandes migradores.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Carlos Pinheiro. A Mesa foi condescendente em deixar que o Sr. Deputado Ekneide Santos fizesse a sua intervenção mais abrangente e esclareceu, mas não vamos abrir o leque para politizar isso. Se houver mais intervenções têm que ir directamente ao assunto que estamos a tratar. Falando da especificidade ligada à agricultura.

O Sr. Deputado Carlos Cassandra retira a sua inscrição. Não temos mais inscritos. Está tudo dito e esclarecido.

Está encerrado o Ministério de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural.

Vamos apreciar o Ministério do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria. Srs. Deputados estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Paula Tavares.

A Sra. **Paula Tavares** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Caros Colegas Deputados, muito boa tarde. Tomo a palavra porque estava a ver o roçamento na parte do turismo, Sra. Ministra, no código 5517, marca de São Tomé, aqui pude ler atentamente e vi construção de memorial de 3 de Fevereiro, da estátua Rei Amador, subsídio de comemoração de 3 de Fevereiro, preservação e valorização da cultura nacional. Depois vi um valor estipulado de 1675. Fico triste, porque se é marca de São Tomé, o nosso Ana Bom também o é, porque é a partir daí que se descobriu São Tomé e Príncipe.

Sra. Ministra, sugiro que deste valor, 1675, porque de todos os governos que já passaram eu nunca vi nenhum que comemorasse o dia 21 de Dezembro, mas todos dizem que é dia de São Tomé, porque foi descoberto neste dia, mas é só para comer e beber, e Ana Bom lá está. Sugiro que se retire 400, para comemoração desta data, porque é importante. Em 2014, eu era vereadora da Câmara de Lembá, tínhamos no nosso orçamento um valor para comemorar essa data, mas saímos neste ano e não se tomou em consideração nos anos seguintes. Gostaria que este governo reativasse essa data porque ela é importante. É onde foi descoberto o nosso São Tomé poderoso.

O Sr. **Presidente**: — Estão abertas as inscrições.
Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, é só para dizer que eu subscrevo a intervenção da Sra. Deputada que me antecedeu, porque eu tenho ouvido muitas reclamações das pessoas com relação ao estado de Ana Bom, que é uma zona de interesse histórico-cultural que é preciso nós preservarmos.

Costumamos muitas vezes a falar da geografia de lugares históricos. Isso quer dizer que nós precisamos de conservar os lugares, torná-los mais atractivos, tendo em conta a intenção dos últimos governos de alavancar o País para o turismo.

Os turistas chegam a São Tomé e Príncipe, quase que não têm algo para ver, para admirar. Por isso, subscrevo que comecemos em tornar os nossos lugares histórico-culturais mais atractivos.

Espero que esse Governo continue nesta senda, nesta prática, tendo em atenção que o anterior governo, uma das coisas que fez, foi repor a estátua de Fernão Dias. Foi um gesto extremamente importante. É preciso reconhecer que sem a reposição dessa estátua, seria difícil nós conseguirmos comemorar o 3 de Fevereiro, com toda a pomba e circunstância que nós comemoramos, o tal memorial. Por isso que é extremamente importante, termos em atenção a isto. É preciso darmos uma atenção especial a Fernão Dias, aliás Ana Bom.

Outra questão tem a ver com, já que estamos a falar do Ministério, o comércio, continuamos com uma pedra enorme no nosso sapato, que se chama “o arroz do Japão”. Eu queria que o Governo explicasse qual é a estratégia que tem adoptado para a distribuição e venda do arroz do Japão. O que nós temos estado a ouvir é que o arroz do Japão está sendo vendido em todo lugar, incluindo até a Assembleia Nacional também vende arroz do Japão...

Uma voz: — Kiê!

Risos.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — ...nós tivemos imagens, inclusive de sacos de arroz a circular nos corredores da Assembleia.

Eu estou a falar com conhecimento de causa. Eu sei o que estou a falar...Por isso, é preciso que o Governo defina qual é a estratégia para a venda do arroz do Japão.

Não só, o arroz de Japão tem estado a servir de moedas de troca. Muitas vezes, as pessoas que participaram da campanha não têm como ocupar determinados lugares de promessa, fomos informados que alocaram toneladas, ou seja, sacos, milhares de sacos de arroz para compensar os serviços.

Murmúrios.

Por isso, gostaria que o governo dissesse, em termos concretos, o quê, com que estratégia está a usar para a venda do arroz? Criticou-se muito o governo anterior, com relação à essa questão...

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Mas isso não é orçamento?

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — ...Por isso pediria que o Governo também esclarecesse, Sr. Presidente, sim.

O Sr. **Presidente**: — É apenas para entrar no âmago da questão que está sendo discutida. Nós não estamos aqui a vender arroz, nem comprar arroz...

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Tem o armazém de arroz lá?

Sr. **José António Miguel** (ADI): — Ainda não! Eu ainda não tenho armazém de arroz. Mas é verdade. É assim, nós sabemos. Estamos a querer tapar o sol com a peneira. Sabemos, que, de facto, questiona-se a questão da venda de arroz de Japão. Mas, pronto, está no vosso critério, fazerem como bem entenderem. Não é?

San Tomé flá: «*n'guê sa liba kabalú só ça dónu dê*». Está no vosso critério, façam como quiserem, mas eu estou a chamar atenção que o Governo defina, claramente, qual é a estratégia para a venda de arroz. Muito obrigado.

Murmúrios gerais.

O Sr. **Presidente**: — Peço aos Srs. Deputados para entrarem na discussão do Orçamento, aquilo que está inscrito no Orçamento, fazendo propostas concretas!

Nós não estamos aqui a vender o arroz, nem estamos a comprar o arroz. Ainda que arroz circulasse no corredor da Assembleia, não é isso que está em discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sra. Ministra do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria, quando vejo para o seu orçamento, depois de ter ouvido a sua entrevista na Rádio, o número de preocupação que tem em relação ao seu Ministério, digo que a senhora não tem nada! Está sem nada para fazer. Porque não tem dinheiro para fazer. É pena! É pena, tratando-se do turismo, o sector em que queremos apostar, os investimentos são muito escassos para essa área, por um lado.

Por outro lado, há alguns itens aqui no Orçamento, por exemplo, como diz a rubrica 5898 «Construção de Memorial de 3 de Fevereiro», 3 milhões de dobras. Eu não sei se isso é construção ou manutenção. Se é dívida, que fosse dito.

Depois, também diz: «Construção da estátua de Rei Amador», 915 000 dobras, talvez o que falta pagar da estátua!

Temos 500 000 dobras para preservação e valorização da cultura nacional, é uma verba irrisória. Não vai chegar para aquilo que a Sra. Ministra disse, na sua entrevista, que é a valorização da cultura nacional. Por isso, faça o que pode, com o que tem, mas faça o melhor.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado Arlindo Ramos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú. Tem pouco tempo.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, primeiro, tenho que gastar mesmo um bocadinho desse tempo microscópico, que ainda resta, para dizer que o Deputado que veio aqui e disse que na Assembleia vende-se arroz, isso é um acto de irresponsabilidade da sua parte, Sr. Deputado! Tenho que lhe dizer assim, porque o senhor sabe que os funcionários da Assembleia quotizaram entre eles, compraram o seu arroz. Eles têm o direito, sim, na qualidade de cidadãos comprar o seu arroz e cada um pegou aqui na Assembleia e levou. Que mal há nisto? Dizer que na Assembleia vende-se arroz é triste isto.

Mas, o que me traz aqui não é isso. O que me traz aqui é partilhar a minha tristeza com o facto de ter notado que apenas 0.7% do Orçamento está destinado ao Turismo. Pouquíssimo! Porque, se quisermos, efectivamente, apostar no Turismo, o caminho seria abrir um pouco mais o leque.

Queria solicitar, mas vou propor isso por escrito. Nós, no ano passado, fizemos um acto central de 21 de Dezembro, que correu muito bem. Gostava de propor a Mesa para que este ano, 21 de Dezembro, no acto central ou a actividade comemorativa de 21 de Dezembro, possamos ir lá para Ana Bom, fazer lá o acto central, como forma de despertar o interesse do País naquele espaço.

Aplausos do MLSTP/PSD e PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Danilson Cotú. Está registada a preocupação.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Gostaria de felicitar a Sra. Ministra pela coragem de assumir este Ministério, como disse o colega que me antecedeu, não é fácil, porque não vai conseguir fazer omeletes sem esses devidos ovos, por mais que sejam ovos da terra ou de aviário.

Vou ser muito directo. Em termos de turismo, já se disse aqui que se tem orientado, aliás, São Tomé e Príncipe está entre os 10 destinos turísticos. Se nós não tivermos as estruturas hoteleiras, turísticas que possam absorver os próprios visitantes, torna-se difícil, porque alguns turistas que vêm para São Tomé são uns coitados mais pobres, que vêm refugiar um bocado, ficar aqui faz a sua pequena economia. Portanto, gostaria de que houvesse uma revolução na própria Direcção do Turismo e mesmo que houvesse uma envolvência de todo o país, para que houvesse infra-estrutura turística, de modo que possa abarcar todos esses visitantes. Para tal, obviamente o Estado tem que fazer a sua mobilização.

Portanto, ao nível dos Deputados, a nossa intervenção é mais para estimulá-la, apoiá-la, em conjunto com sectores.

Da Direcção do Turismo, tenho um caso, que me informaram, tratam às vezes umas pessoas, dando licença com pedido. Conheço um caso acerca de 8 meses, que antiga directora, nem atende, nem passa. Eu não sei como é que esta isso.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente Guilherme Octaviano.
Estava a pedir a palavra, Sr. Deputado José António Miguel?

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Pedi esclarecimento para informar meu caro colega Deputado que a gente não deve fazer confusão nas coisas.

Eu não me referi aos funcionários da Assembleia Nacional, nunca!

Por isso quando se esta a falar, é preciso ter atenção. Porque eu não faço politiquice.

Já deram conta que eu não faço politiquice.

Murmúrios.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — ...O que eu disse, e disse bem, é que o arroz circulou nos corredores da Assembleia.

Inclusive, chamamos atenção directamente aos Deputados, que estiveram a fazer isso. Chamamos atenção, é só isso.

Vendeu, circulou, correu aí nos corredores, eu disse isso. Mas é preciso ter atenção. Eu não faço politiquice.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado José António Miguel.

Portanto, já não temos mais inscritos.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Quintas.

O Sr. **António Quintas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria, talvez de fazer apenas um apelo. Nem temos tempo para intervenções mais profundas.

Sobre esse Sector de Turismo, penso tão importante quanto financiamento, tão importante quanto ao investimento, a questão de organização, parece-nos muito mais candente nesse momento, e desburocratização.

Disse aqui alguém, o colega que me antecedeu, que São Tomé está referenciado, como os dez destinos mais importantes.

Devemos ter medidas que não custam dinheiro, para poder acompanhar esse processo. E uma dessas medidas é a desburocratização.

Hoje para fazer se registo de uma unidade hoteleira, ou uma *Guest House*, a burocracia que subjaz a isso é bastante contundente. Precisamos facilitar e eliminar todas as barreiras que obstaculizam esse processo, no sentido de permitir que haja mais espaço, mais operadores, e que se faça de facto o turismo.

Sr. Ministro, aquilo que exigem hoje a um pequeno operador é qualquer coisa como impraticável: planta aprovada, os terrenos desanexados, vistorias, o montante a se pagar, penso que o mais importante do que dinheiro para investir nesse ramo, é desburocratizar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado António Quintas.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sra. Ministra, não trago uma grande contribuição, mas uma preocupação. Tendo em conta que estamos a falar deste sector, gostaria de aproveitar para colocar essa questão.

Tendo em conta que o seu sector tem carência de verbas, pela próxima, a Sra. Ministra vai ter que insistir, para que coloquem um pouco mais.

Temos uma iniciativa bastante boa no Distrito de Lobata, que é a nossa zona de Micoló.

É uma zona turística que recebe muitos turistas, quer turistas nacionais, quer estrangeiros.

No entanto, é necessário melhorar algumas coisas naquela localidade.

Ao nível dos turistas nacionais, somos pobre contentado, vamos nos virando. Mas ao nível de turistas internacionais, é preciso que haja alguns balneários, naquela localidade.

É necessário, para evitar que nós danifiquemos as nossas praias.

Estou aqui neste púlpito, não posso entrar em detalhes, mas penso que poderão entender, aonde eu quero chegar.

Portanto, é preciso que haja balneários naquela localidade. É um sector que tem muita entrada de turistas nacionais e internacionais.

Portanto, já houve muitas reclamações de turistas internacionais que dirigiram-se a mim, directamente, fiquei um pouco envergonhada.

No entanto, um grupo de turista teve que desistir daquele local, porque não tinha onde resolver algumas situações.

Muito obrigada, Sra. Ministra, eu não podia levar essa preocupação comigo.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sra. Deputada Alda Ramos.
Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, estive aqui a reflectir, é verdade que a área do turismo tem dificuldades financeiras, para a implementação de alguns projectos, que podemos considerar extremamente importantes, para desenvolvimento do próprio sector, mais estamos aqui a reflectir sobre a taxa de turismo.

Há uma taxa que se cobra, podíamos sugerir que o fundo proveniente desta taxa fosse utilizado para a requalificação dessas zonas turísticas, que estamos a referir.

Era só essa opinião.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado José António Miguel.

Não temos mais inscritos, Sra. Ministra do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria, o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna.

Tem a palavra a Sra. Ministra do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria.

A Sra. **Ministra do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria** (Maria da Graça Lavres): — Sr. Presidente, Caros Colegas, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Antes de mais, gostaria de agradecer a contribuição de todos os Deputados aí presentes. Quanto mais contribuem para melhoramento do meu trabalho.

Em primeiro lugar, a Deputada Paula Tavares falou-nos aqui da marca de São Tomé, e falou-nos de Ana Bom.

Eu nem queria falar muito da marca de São Tomé, porque o que falamos de uma coisa e a que referiu é outra muito importante. Ana Bom para nós é muito importante.

Ana Bom é um marco histórico da entrada dos portugueses, em São Tomé e Príncipe. É muito importante que nós tenhamos condições de pegar Ana Bom.

Há um Deputado que disse, não cheguei lá, mas vou rematar duma vez, porque tenho pouco tempo.

Falou de Ana Bom, para festejarmos o dia 21 de Dezembro. Só se eu não conseguir. Se conseguir, estaremos lá e convido-vos a todos a estarem comigo e ajudarem-me também.

Aplausos.

A preservação de Ana Bom Sr. Deputado José António Miguel, é a nossa preocupação. Não só Ana Bom, como outros pontos turísticos de grandes e pequenas referências.

Se pudermos, faremos tudo para elevar São Tomé, no turismo, porque sabemos que é uma das portas de entrada que temos.

Quanto ao arroz de Japão, não tenho muito a lhe dizer. A única coisa que lhe posso dizer é que estamos decididos, que maior parte dos comerciantes que poderem adquirir arroz para venda, o terão. Só isso.

O Sr. Deputado Arlindo Ramos, a construção do memorial 3 de Fevereiro, é dívida, sim. Mais aonde é que esta o senhor? É dívida, sim!

Estátua de Rei Amador, é dívida, sim!

O pouco recurso que temos, para a valorização da cultura nacional, vamos fazer utilizar o melhor que podemos. O que podemos fazer este ano fazemos, o que não pudermos, faremos no ano próximo.

O Sr. Deputado Danilson Cotú, é Ana Bom, já tem a resposta.

O Sr. Deputado Guilherme Octaviano, sendo São Tomé e Príncipe, escolhido entre os 10 destinos para o turismo em 2019, acredita que também estamos a fazer de tudo. Temos o Projecto Revive, que já assinamos o acordo e está tudo preparado. Temos oito casas das roças identificadas, a primeira já vai começar que é Diogo Vaz, terra da nossa querida Deputada, e tudo pensando em estâncias turísticas, instalações e infra-estruturas para receber os turistas.

Quanto à questão de licença, tem razão, porque as encontramos congeladas. Estão a começar a sair mais frequentemente. Vamos ver se conseguimos resolver esse problema.

O Deputado António Quintas falou-nos da organização e desburocratização dos serviços, com toda razão.

Se não fizermos isso não avançaremos. A questão de cobrar aqui, não sei quê, é uma questão também de organização. Mas tem que se saber fazer as coisas.

As coisas têm que ser feitas como elas são, para não haver desequilíbrio. Havemos de dar conta disso, e rever qualquer coisa que não esteja a correr da melhor forma.

A Sra. Deputada Alda Ramos falou de Micoló. Deputada Alda, são a minha paixão, Micoló e Fernão Dias.

Se eu tivesse orçamento, a senhora ia ver o que faria em Fernão Dias.

Murmúrios.

A Sra. **Ministra do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria:** — Faria muita mudança. Este ano de certeza que não vamos, não vamos prometer aquilo que não podemos dar.

Mas no próximo ano, eu também vou lutar para que o orçamento melhore, porque precisamos pegar nestes lugares todos.

Relativamente aos balneários, estamos a pensar já em fazer a partir da cidade capital, para outras zonas praias e tudo. Mas isso tem que ser com calma, vai-se fazendo paulatinamente.

A taxa do turismo é outro problema que temos que resolver, porque há muitos serviços, como, por exemplo, o aeroporto que recebe a nossa taxa de turismo, e que ainda não nos devolveram. Temos que trabalhar para eles nos devolverem o dinheiro, para pegarmos e utilizarmos noutras instâncias.

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado, Sra. Ministra do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria. Temos mais três inscritos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos (ADI):** — Sr. Presidente, Sra. Ministra, eu vim cá porque nos dias anteriores, não quis intervir sobre esta matéria, mas sendo a senhora responsável pela área turística, é sobre os vistos, a isenção. Visto, chamado visto turístico.

Sabe, o País tem um regime jurídico de estrangeiro, que estabelece diferentes tipos de vistos, desde turismo, trabalho, temporário, de fixação de residência, portanto são vários vistos e único visto que não se cobra oficialmente, é o visto turístico.

Por isso, ligado a esse problema de entrada de estrangeiro, eu gostaria que a Sra. Ministra, isso é uma sugestão, avalia-se em termos do fluxo de entrada dos turistas. Qual é o fluxo que temos nesse momento, com a isenção de visto? Qual é o nível que temos de entrada de estrangeiros e também em termos daquilo que é o controlo sobre a permanência do estrangeiro em São Tomé e Príncipe?

Porquê que eu falo isso? O visto turístico nunca foi uma fonte de receita para ninguém, nem para a embaixada, nem para o próprio serviço. Nunca foi! O visto turístico, na altura, a filosofia era de facilitar, porque havia muita reclamação dos estrangeiros que queriam visitar São Tomé e Príncipe na altura, mas a burocracia de atribuição desse visto era muito grande. Por isso, se optou para a isenção desse visto. Em termos também daquilo que são os objectivos da CPLP, que é garantir a mobilidade também dos seus cidadãos.

Agora essa abrangência de isenção a alguns países, portanto isso é uma avaliação que a Sra. Ministra pode fazer, de acordo com o crescimento que se tem do Turismo no País. Mas a minha preocupação maior está na colaboração da Direcção do Turismo sobre a permanência do estrangeiro no País. Porquê que eu falo isso?

Em São Tomé, o que foge ao controlo das autoridades são-tomenses, são as chamadas casas particulares de aluguer. Muitas vezes, os estrangeiros no Aeroporto dizem que vão para o Hotel Pestana ou Miramar, enquanto vão para uma casa particular, o Estado nunca tem o controlo. Por isso, há uma necessidade também de termos um levantamento daquilo que são as casas particulares de aluguer ao Turismo. Por isso, eu pediria a Sra. Ministra que fizesse esse trabalho e ajudaria também os serviços de segurança a controlar melhor os estrangeiros.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Ekneide dos Santos. Pediu a palavra?

O Sr. **Ekneide Santos (ADI):** — Não!

O Sr. **Presidente:** — Portanto, já não temos inscritos. A Sra. Ministra quer esclarecer mais alguma questão? Se for o caso.

A Sra. **Ministra do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria:** — Tem sim.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra Sra. Ministra do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria.

A Sra. **Ministra do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria:** — Srs. Deputados, esta questão de visto turístico está a ser estudada. Quando for o momento oportuno dar-vos-emos uma satisfação cabal como vai ficar o assunto.

Sobre o fluxo de turistas, não lhe posso dizer muita coisa, mas posso dizer que a medida daquilo que temos para receber, temos estado a recebê-los. Toda gente está a ver como é que os aviões vêm

sobrelotados. Neste momento, ainda temos como os termos aqui, porque está a ser feito com certa sustentabilidade, a medida das nossas posses.

Quanto ao controlo dos turistas, sabemos muito bem que, desde que houve isenção dos vistos os hotéis têm feito esse trabalho, as *Guest house* também. Mas também não podemos controlar justamente o que o senhor disse sobre as casas particulares que recebem os turistas.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo (MCI)**:— Sr. Presidente, Sra. Ministra, a minha preocupação é, como seu Ministério está ligado ao Comércio. Quando estivamos a discutir o Orçamento na generalidade, foquei aquilo que é o comércio ao nível nacional. Pelo menos estive a consultar o Orçamento, não vi nenhuma política para a área do Comércio. Falei, na altura, de alguns produtos que consumimos fora de prazo. Para dizer a Sra. Ministra também que o marco de São Tomé, se pudesse conhecer um pouco a história de cada povo e de cada distrito, seria muito bom. Se vamos ver nos marcos, temos a história do povo Angolar, temos o Pico de Maculu e de Cão Grande, os turistas precisam de conhecer a história do povo angolar. Por isso, há necessidade também de sair um pouco fora da cidade de Água Grande tentar ouvir também a história do povo do sul.

O Sr. **Presidente**:— A Sra. Ministra do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria tem mais alguma questão? Não é o caso. Portanto, já não há nenhum inscrito nesse Ministério. Há uma proposta concreta que chegou a Mesa.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra Sra. Ministra do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria.

A Sra. **Ministra do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria**: — Sra. Deputada Beatriz Azevedo, o assunto dos marcos que se falou aqui, é de Ana Bom, o que a Senhora referiu. Mas a marca que falamos aqui não é marca como Ana Bom, é a marca dos produtos nacionais, certificação da água, certificação de farinha de matabala e marcas de outras coisas mais elevadas. Isso custa muito caro, por isso que tem essa alocação.

Agora quanto aos marcos históricos, com tempo vamos visitar os sítios todos, vamos ter que conhecê-los. Sou do Príncipe, mas conheço São Tomé, conheço Angolares, já estive lá.

Portanto, o Ministério do Comércio o que tiver que fazer para chegar lá, vai fazer uma coisa boa daqui a pouco. Está em curso um trabalho de descentralização que a senhora vai bater palmas daqui a pouco.

Aplausos.

O Sr. **Presidente**:— Muito obrigado, a Sra. Ministra do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria, portanto como a explicação dada a proposta que chegou a Mesa cai por terra.

Portanto, não havendo mais inscrito está encerrado o Ministério do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria.

Passemos de imediato ao Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

Protestos de alguns Srs. Deputados

O Sr. **Presidente**:— Está programada, temos que fechar. O Regimento diz que não pode exceder três dias. Portanto, se não concluirmos hoje, amanhã teremos que ficar até a meia-noite.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Cassandra.

O Sr. **Carlos Cassandra (ADI)**:— Sr. Presidente, antes de começar a minha intervenção, gostava só de fazer um reparo, sei que já ultrapassamos um bocadinho. Estamos aqui na questão de barcos que andam no nosso mar. Governo, faça favor, Sr. Primeiro-Ministro, Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, peça a nossa irmã Ruanda, para nos ajudar também com um satélite, que lançou agora um grande satélite, para nós controlarmos os nossos barcos ali. Peça isso no quadro da cooperação!

Protestos.

Credo perseguição! Ah! *Auó ê, hum...*

O Sr. Presidente, a minha intervenção começará imediatamente. Tenho uma proposta de aditamento para fazer, estamos no capítulo da discussão do Ministério Planeamento, Finanças e Economia Azul. Daí que penso que na leitura da proposta, não deve descontar os minutos, Sr. Presidente!

Protestos.

Srs. Deputados, passo a ler a minha proposta de aditamento, prestem atenção, se faz favor!

Proponho aditar um ponto n.º 13, no Capítulo II - Execução Orçamental, artigo 8.º da Lei n.º 8/2019- Lei do Orçamento Geral do Estado, que ainda não tem número, com a redacção a seguir:

Ponto n.º 1, no quadro da Lei n.º 8/2004 – Lei das Receitas Petrolíferas, o Governo orientará o Banco Central para proceder a transferência de 7% da Verba da Conta Nacional de Petróleo que o Estado tem direito de acordo ao artigo 18.º da Lei-Quadro das Receitas Petrolíferas para a Conta Especial aberta para o efeito junto ao Governo Regional...

Murmúrios.

Prestem atenção!

... e a Câmara Distrital de Caué, os dois distritos mais prejudicados.

Ponto n.º 2, prestem atenção, senhores! Oiça a minha proposta depois para o senhor discutir, não a blá blá blá. Pare e tenha a calma!

Ainda na Lei supracitada, o Governo deve orientar as entidades competentes para proceder à transferência dos 7 a 10% dos valores das receitas do Petróleo, bónus de assinaturas e de mais receitas afins para a conta do Governo Regional do Príncipe e a entidade pública de Caué.

Ponto n.º 3, o ministro da tutela orienta os técnicos das Finanças para proceder, no quadro do OGE, a criação de um novo código, projecto e actividade para o enquadramento do aditamento acima referido.

Ponto n.º 4, é criada uma nova lei e/ou decreto regional ou distrital, para definir as balizas para execução específica dessa verba ao nível Regional e do Distrito de Caué, onde deverá contar com a participação da sociedade civil, partidos políticos com assento parlamentar, nacional, regional e distrital ao nível do Governo Regional e da Câmara Distrital de Caué.

Sr. Presidente, esta é a minha proposta para ser votada e aprovada, Srs. Deputados!

Risos.

Para o Distrito de Caué e a Região Autónoma do Príncipe, Srs. Deputados, a Lei n.º 8/2004 é clara! Quando o Governo usar qualquer verba das receitas petrolíferas, deve entregar directamente, independentemente de outros apoios, as Câmaras entre 7% e 10%. A Lei é clara, aqui quero ver os Srs. Deputados que vão votar contra Caué e a Região Autónoma do Príncipe.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Cassandra, muito obrigado. Vai continuar?

O Sr. **Carlos Cassandra** (ADI): — Sim, Sr. Presidente! São muitos os dossiês. Para terminar a minha intervenção, Sr. Presidente, gostava de perguntar ao Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, por que é que nas rubricas, na especialidade, em comparação com o Orçamento Geral do Estado 2018, não encontro qualquer aumento ao nível salarial do pessoal da função pública. Daí, quero perguntar ao Sr. Ministro, se vai aumentar ou não, se vai ajustar ou não o salário da função pública.

Murmúrios.

...Acalmem-se senhores! Não encontro...

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD):— Vocês não aumentaram e querem aumentar agora?

O Sr. **Carlos Cassandra** (ADI): — Pois é Sr. Deputado! Por causa disto, é preciso dizer que o governo anterior de Patrice Trovada reajustou o salário 2014/2015...

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos...

O Sr. **Carlos Cassandra** (ADI): — Houve reajuste, sim senhor! Inclusive na Assembleia, tivemos aumento 2014/2015, 2015/2016, 2016/2017. Tivemos uma percentagem, sim senhor, de reajuste. Toda a função pública teve! O governo anterior entrou em 2014.

Oiço: “nós herdámos fardo”. Balões de fardo! Este país está cheio de balões de fardo!

Risos.

Qual é o governo que não herdou? O governo de Patrice Trovada, quando entrou em 2014?

O governo da troika de Gabriel Costa, quando entrou em 2012, empregou cerca de 2000 funcionários públicos, patenteou praças militares, inclusive o Sr. Ministro, que está cá hoje, foi nessa altura. Quando o governo de ADI entrou, suportou todas as despesas e ninguém disse nada!

Isto é a verdade, Srs. Deputados!

Portanto, o povo quer saber porque ouviu falar de melhorias na campanha. Como é melhoria, se os senhores entram no Governo e não tem nenhum aumentozito para a população. Onde é que estão aqueles blá blá blá da campanha?

O povo não quer ouvir que não há dinheiro!

Murmúrios.

Sr. Presidente, estão a me perseguir! Os Deputados dos Grupos Parlamentares do poder, perseguem o Deputado...

Murmúrios.

Uma voz: — Um Deputado malcriado!

O Sr. **Carlos Cassandra** (ADI): — Posso continuar, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente:**— Só um bocado, Sr. Deputado. Tenha calma...

O Sr. **Carlos Cassandra** (ADI): — Penso que o Sr. Vice-Presidente já conseguiu meter lá uma calmazita, então, acho que posso continuar...

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, vamos com calma, Sr. Deputado,...

O Sr. **Carlos Cassandra** (ADI): — Sr. Presidente, mandou-me parar e o tempo está a contar.

O Sr. **Presidente:**— Entre no âmago da questão, Sr. Deputado. Está bem, vamos dar-lhe um minuto. O Sr. Deputado está a falar muito, mas ainda não apresentou nada com relação ao Orçamento.

O Sr. **Carlos Cassandra** (ADI):— Sr. Presidente, a este nível falei o que eu tinha que falar. O Sr. Presidente está a dizer que eu estou a fugir ao Orçamento, mas eu estou a dizer que o Orçamento de 2018...

Murmúrios.

Eu não fugi, Sr. Presidente! O que eu estou a dizer é que não vi qualquer aumento significativo, na rubrica de pagamento de salários ao pessoal, entre 2018...

Uma voz: — Propõe!...

O Sr. **Carlos Cassandra** (ADI): — Estou a propor o aumento, para fazer um reajuste entre o que foi plasmado Orçamento de 2018 e o que está plasmado no Orçamento de 2019. É especialidade! É capítulo da despesa com o pessoal!

Agora, o Sr. Ministro vem dizer-me: há ou não. Há isto, há essa percentagem...

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Já disse aqui e não vai dizer mais...

O Sr. **Carlos Cassandra** (ADI): — Outro ponto, Sr. Presidente, já disse o essencial, depois cada um tira as suas ilações.

Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul...

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Várias vezes vende o País, vai para país de fora....

Risos.

O Sr. **Carlos Cassandra** (ADI): — Ah! O senhor é racista ou xenófobo? Afinal Sr. Deputado?

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — O senhor quer vender isto!

O Sr. **Carlos Cassandra** (ADI): — Ai é? Está bem!

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — O senhor quer vender isto!

O Sr. **Carlos Cassandra** (ADI): — Ah, o senhor é racista? Está bom!

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Não venda isto!

O Sr. **Carlos Cassandra** (ADI): — Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul...

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Isso é um bocado frustração.

O Sr. **Carlos Cassandra** (ADI): —... a nível do Orçamento Geral do Estado, eu também não vejo no capítulo, na especialidade, estou a falar, porque o seu Ministério também abarca a descentralização. Não há qualquer verba, não está espelhado o apoio de Japão naquilo que foi oferta de materiais de construção. Gostava de saber, onde está espelhado no Orçamento, esta parte de apoio que vai direcionada à Região Autónoma do Príncipe e quem são os comerciantes que vão tomar dianteira e outras informações julgadas necessárias sobre essa matéria...

Uma voz: — Ele gosta mais de dinheiro!

Por último, Sr. Ministro do Planeamento. Finanças e Economia Azul...

Uma voz: — Qual é a rubrica?

O Sr. **Carlos Cassandra** (ADI): — Materiais de construção...

Sr. Ministro, gostaria de lhe pedir que me pudesse pagar o meu *per diem*, ou seja, subsídio diário. A Assembleia Nacional recusa-se em pagar meu *per diem*.

Eu sou Deputado, eleito na Região Autónoma do Príncipe, tenho a minha residência fixa, no Príncipe, e eu preciso. A Assembleia não me paga. Porque um deputado do Grupo Parlamentar da oposição, porque eu falei do arroz do Japão, deu ordens...

O Sr. **António Quintas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, problema pessoal!

O Sr. **Carlos Cassandra** (ADI): — Preciso receber o meu dinheiro. Sr. Ministro, eu lhe peço! Se não resolverem essa questão, depois não digam que Carlos Correia é malcriado...

Murmúrios gerais.

...Se quiser podemos falar aqui entre nós...

O Sr. **Presidente:** — Está mesmo em off. Enquanto o senhor não se cingir na matéria, vai falando para nós aqui dentro e para fora não vão ouvir.

Uma voz: — Era melhor solução, é interno da Assembleia!...

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado acha que é matéria para este momento?

O Sr. **Carlos Cassandra** (ADI): — O senhor não seguiu todos requisitos. Recebeu ordem de outros Deputados, estou a falar com documentos...

O Sr. **Presidente:** — Mas, acha que esta agora a falar alguma coisa que tem a ver com Orçamento?

Umaz vozes: — Não!

O Sr. **Carlos Cassandra** (ADI): — Não, é a descentralização!

Umaz vozes: — Não, aceita!

O Sr. **Carlos Cassandra** (ADI): — Fui falar com ele, com respeito! Mais de cinco vezes a fazer-lhe entender a lei!

Murmúrios.

O Sr. **Presidente:** — Vou passar a palavra a dois Deputados inscritos, António Barros e Arlindo Ramos.

No entanto, a Mesa não pode continuar a aceitar que sempre o mesmo Deputado tente perturbar todos os trabalhos da Assembleia. Não é por ser Deputado é que deve faltar com respeito a toda a gente, inclusive à Nação. Nada lhe acontece e o senhor continua na mesma senda.

Temos que tomar uma decisão! Se o Sr. Deputado tem a sua razão, sabe quais são os mecanismos para tratar dos assuntos. Nós não vamos entrar nesse pormenor aqui, porque haverá momento para todos os Deputados saberem o que está a passar.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, às vezes, tenho dificuldade de saber, se esta é uma Casa Parlamentar ou se é um círculo onde se assiste algumas palhaçadas de alguns palhaços.

Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, tomo a palavra para esclarecer aqui duas dúvidas. No orçamento do Governo Regional, estou nesta Casa, há mais de 8 anos, essa é a minha terceira legislatura consecutiva e há sempre uma verba que vai para ampliação do Hospital Manuel Quaresma Dias da Graça. No entanto, esta ampliação nunca acaba. Estamos a falar de um sector, que requer alguma explicação, porque nós vimos aqui o Sr. Ministro falar da dívida que o anterior governo contraiu com a evacuação de doentes.

Se calhar, essa infra-estrutura podia contribuir para minimizar essa situação. Fala-se de um bloco operatório. Não tenho bem a certeza! Como repetidamente tem estado a aparecer no Orçamento, queria um esclarecimento para saber o que é que tem estado a se passar ao longo desses anos.

Há uma rubrica 3574, construção da estrada Gaspar-Sundy. Eu não sei se estou mal informado, mas a informação que eu tive no início é que estas obras eram financiadas por HBD. Agora, eu não sei, aparece aqui no Governo, aliás são obras que já estão em execução e na sua recta final. Não sei se foi uma confusão. Eu não consigo compreender, se de facto for HBD que financiou, como é que está aqui. Caso fossem obras já financiadas por HBD, propunha aqui uma alteração do nome dessa rubrica, porque há um outro troço de estrada que vai de Océ, agora chamado de Terra Prometida, para Ponta do Sol e que liga Sundy, que também está em péssimas condições, tanto é que os moradores lá já fizeram barricadas, porque com a reabilitação da estrada da Sundy aquela estrada ficou como estrada alternativa e está totalmente degradada. Daí que, se as obras da estrada de Sundy já estão financiadas por HBD, ia propor a mudança de nome desta rubrica para usar essa verba e dar o tratamento ao troço de estrada que vai de Terra Prometida a Ponta do Sol e que vai, conseqüentemente, ligar a Sundy.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado António Barros.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, com a resolução do Governo que uniformiza o valor do orçamento da Assembleia Nacional, gostava de aproveitar agora a discussão do orçamento das Finanças para dizer que há necessidade de se proceder a algumas alterações para constar do relatório final. Vou apontar esses aspectos que eu tive que escrever bonitinho. No capítulo das receitas, donativos, na página 1 de 2, onde se previa, para 2019, o apoio directo ao Orçamento, no valor ...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça a apresentação com mais calma para outros Deputados apanharem.

Disse 1 de 2?

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sim...

O Sr. **Presidente**: — É TOFE, tabela de operações financeiras do Estado?

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — TOFE, sim senhor!

Onde diz o apoio directo ao Orçamento, no valor de 223.494 milhões, passa a ser 239.209 milhões...

Uma voz: — Diga só a rubrica...

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Diga? É na TOFE. Página 1 de 2, Assembleia Nacional...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem isto.

O Sr. **Danilson Cotú**: — Eu tenho, posso fornecer

O Sr. **Presidente**: — Então, seria bom distribuir antes...

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Não tenho tanto assim.

O Sr. **Presidente**: — Pelo menos para líderes parlamentares e ao Governo.

Uma voz: — Estão corrigidos?

O Sr. **Presidente**: — Sim dos Deputados não estão corrigidos...

O Sr. **Danilson Cotú**: — Sr. Presidente, é que o Governo diz que já tem tudo corrigido, mas...

O Sr. **Presidente**: — ...os Deputados não têm.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — ...Os Deputados não têm. Por isso, fico sem saber o que é que faço...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado distribui uma folha para cada grupo parlamentar e faz apresentação. Portanto, isto tem a ver com a resolução do Governo. O Governo já alterou os anexos. Como não tiramos cópias para todos os Deputados, seria bom que todos tivessem, mais ou menos a ideia das alterações que foram feitas. Estando já alterado pelo Governo não carece de deliberação.

Vou pedir a Mesa para fazer a cópia, amanhã, e distribuir para todos os Deputados.

O Sr. Deputado Danilson Cotú continua? Ou já fez alteração. Amanhã, traremos as cópias para os respectivos Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ekneide Santos.

O Sr. **Ekneide Santos** (ADI): — Sr. Presidente, vou directamente para aquilo que eu sei e dar a minha contribuição. Vou para o capítulo da descentralização. Primeiramente, gostaria de solicitar um esclarecimento ao nível do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul. Vejo aqui uma rubrica para Câmara Distrital de Lembá, construção de via de acesso de Bairro de Água Tomá.

Pelo menos, pelo conhecimento que tenho, as transferências no Programa de Investimento Público para as Câmaras Distritais, não existem rubricas de projectos no Orçamento Geral do Estado, ou seja, as rubricas dos projectos das Câmaras Distritais devem constar no Orçamento das Câmaras Distritais.

Se existe aqui uma rubrica que o próprio Estado, as Finanças Públicas, vai financiar, quer dizer que as outras Câmaras também podem trazer projectos para serem financiados. Não sei se me fiz entender?

Repito, A Câmara Distrital de Lembá tem a transferência do Estado, a previsão, dois milhões, por ano. Mas tem mais uma verba de um projecto de construção de uma estrada, que, no meu entender, deveria constar no Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, mas entra neste Orçamento ao nível do Governo Central. Neste caso, qualquer outra Câmara pode também trazer aqui projectos para serem incluídos no Orçamento, porque as Finanças vão pagar directamente. Eu, pela primeira vez, vejo isto. Deixo claro, não estou nada contra a construção dessa estrada, nem contra a Câmara de Lembá. É uma chamada de atenção, porque nós podemos estar aqui a abrir precedentes para outras Câmaras. Porque senão, Água Grande, Mé-Zóchi poderão apresentar, Caué vai apresentar e por aí fora. Estou a referir à página 7 de 7, na rubrica da Câmara Distrital, última página, a rubrica 5647.

Resumindo, esta Câmara passa a ter 3,5 milhões de investimentos. Por um lado, comparando com outras propostas de transferência, Caué fica com 2 000, Cantagalo que também tem um número de população que justifica, fica inferior, a 3 000, portanto, eu precisava de entender, de facto, porque é que está incluído este projecto nesta rubrica para esta Câmara?

Por outro lado, gostaria de lamentar, como recém-autarca, gostaria de dar a minha contribuição e dizer que eu ouvia, ouvia sempre, enquanto era autarca, as pessoas reclamavam tudo quanto é descentralização. As Câmaras não funcionam! Eu dizia sempre: será que os Deputados aprovam aquilo que realmente os distritos precisam?

Dou um exemplo bem prático da Câmara de Água Grande. Hoje, estou à vontade para falar daquilo que eu sei. Falo como alguém que é residente deste Distrito e quero dar a minha contribuição, independentemente de qualquer poder político que esteja em Água Grande.

Falamos muito da cidade e dos problemas de Água Grande, todos nós conhecemos. E Água Grande tem um investimento previsto de 4 milhões. É verdade que é um valor idêntico ao do ano passado, mas nós estamos a reclamar sempre que a cidade precisa de melhorias, precisa disso e estamos a falar de 4 milhões. E dos 4 milhões que estão propostos, nós sabemos que Finanças não conseguem transferir todo este valor. Pelo menos, se conseguisse transferir esse valor, poder-se-ia fazer alguma coisa com esse valor. E não é só a cidade, as pessoas lembram da cidade, falam da cidade e as localidades do Distrito de Água Grande? As obras das localidades do Distrito de Água Grande? Quando eu digo Água Grande, falo dos outros distritos, mas estou a falar daquilo que sei e da minha contribuição. Portanto, deveríamos dar uma atenção especial ao poder local. Fala-se muito da descentralização mas, infelizmente, a descentralização só fica nos discursos. A descentralização fica aqui na Assembleia Nacional e eu fico triste, quando muitos Deputados sabem quais são as competências de cada instituição deste país. Quando as pessoas falam e os Deputados falaram aqui do sistema de drenagem, reabilitação de estradas da cidade

capital, mas sempre continua a imputar responsabilidade às Câmaras, principalmente em Água Grande, capital. Qualquer chuva que caia e provoque enchente na cidade atribui-se à Câmara. Mas nós sabemos que não é responsabilidade da Câmara. Aprovamos aqui no Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, o valor de drenagem. Se fosse da responsabilidade da Câmara deveria ser transferido esse valor para as câmaras, e então, aí sim, as câmaras passariam a ter responsabilidade com as redes de esgotos, com as estradas, com a manutenção, entre outros. Mas não é toda gente sabe. Finanças sabem, os Deputados aprovaram aqui e portanto, o que aconteceu comigo, Sras. e Srs. Deputados, eu não gostaria que acontecesse com os outros meus colegas.

Aplausos.

Portanto, este é o meu apelo. Nós não podemos estar a carregar cruzes daquilo que nós não fizemos. E sempre eu dizia, está no Orçamento de qual Ministério a reabilitação de estradas da cidade capital, esburacadas! Manutenção e rede de esgotos, não está no orçamento das câmaras. Sabem porquê? Porque sempre o grande bolo do orçamento, há sempre pessoas que querem gerir. Mas no momento de assumir a responsabilidade, todo o mundo foge.

Aplausos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Ekneide Santos.
Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, muito boa tarde.

Só queria um esclarecimento. Nós, no princípio do ano, tivemos uma visita da Secretária de Estado de Cooperação de Portugal, se não me enganar. Em que veio reavaliar o Programa Estratégico de Cooperação (PEC). Essa reavaliação, eu não sei qual o impacto que teve, mas, se teve algum impacto, não reflecte nenhum projecto proveniente desse Programa. Falo concretamente de um projecto de que se tem conhecimento e sobre o qual se falou muito há dois anos, que é apoio ao sector privado, uma linha de crédito de 10 milhões de euros, se não me enganar. Essa linha de crédito, o governo português, talvez durante esse tempo todo, nunca conseguiu desbloquear e na renegociação que se fez desse Programa PEC, eu não sei se continua a haver esse apoio ao sector privado. Por isso é que gostaria que o Sr. Ministro me esclarecesse qual o resultado dessa avaliação que fez a Secretária de Estado. Outra questão, eu vejo aquisição de equipamentos para SAFE, implementação de SAFE, quer dizer, esse projecto SAFE, eu sei que não está no fim ainda mas é um projecto que já leva muitos anos. Até agora ainda continuamos a ter no orçamento implementação do sistema SAFE. Gostaria de saber qual é o problema que existe na aquisição de equipamentos. Sabemos e pode ser que os computadores estejam já cansados. É necessário renovar o parque de SAFE, mas a implementação com uma verba de 3 milhões, eu não sei de que implementação se está a falar. Por isso, eu gostaria de pedir algum esclarecimento sobre essa matéria. Fico por aí.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton do Rosário.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Na sequência da intervenção do Sr. Deputado Arlindo Ramos, relativamente sobre a questão da implementação do SAFE. O que vim pedir ao Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul, relativamente à questão do projecto SAFE é uma melhor harmonização dos serviços das Finanças. O que é que se denota desse projecto? É que o sistema foi implementado nas diferentes direcções das Finanças em São Tomé e até agora esse projecto não chegou às Finanças da Região Autónoma do Príncipe. Por isso, gostaria de perceber junto ao Ministro se essa adopção orçamental no capítulo do Projecto SAFE, se é para estender e modernizar os serviços das Finanças regional?

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, apenas um esclarecimento. A folha avulsa que se distribuiu, é para não tirarmos trinta cópias dos anexos, portanto aí está resumido tudo quanto que foi a resolução do Governo, quanto à alteração do orçamento.

Tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul** (Osvaldo Vaz): — Sr. Presidente, vou começar pela primeira questão que é o apoio de Japão, relativamente a materiais de construção. Bom, como se diz, há continuidade de Estado. O governo cessante já tinha feito contracto juntamente com a Câmara de Comércio, com empresários e o que esse Governo fez foi simplesmente não alterar nada porque já tinham feito as encomendas e, por sinal, os produtos já estavam aí no porto. Nós, simplesmente, cumprimos as formalidades. As pessoas estavam seleccionadas e eu nem sei se são do Príncipe, se são de

Caué, se são de Mé-Zóchi, só sei que são empresários são-tomenses não é, e levaram os materiais. Isto está a ser tratado com a Câmara de Comércio e os tais empresários. Só recorde ter falado com dois empresários desses, é o senhor Mamas e os outros que falaram comigo, mas nós não alteramos nada e nem incluímos nenhum nome nesse processo porque já estava tudo organizado e não queríamos voltar nada para trás.

Quero dizer ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados que pela informação que recebi do tesouro que faz os pagamentos, eu não ouvi nenhum aumento salarial nem em 2018 e nem em 2017. Eu não vi aumento salarial no tesouro, mas não sei se se fez outros pagamentos. No tesouro eu não vi. Gostaria de dizer que faço aquilo que estiver na lei e não sentirei ameaças de ninguém seja de quem for. Estou à vontade e para que ninguém me pudesse ameaçar. Porque eu também não aceito. Por isso quem estiver a ameaçar está a perder tempo. Isso não me amedronta. Sr. Deputado, a questão de PEC e a Sra. Secretária de Estado da Cooperação, o que nos disseram é que nós temos que nos preocupar com o COMPAC que o governo são-tomense assinou no ano passado em Dezembro. No COMPAC é que temos que lutar para conseguir apoio ao empresariado, por isso o sector privado só que no mínimo para São Tomé é muito alto e estamos a negociar juntamente com Cabo Verde, tendo em conta a pequenez dos países para conseguirmos valores mais baixos como projecto mínimo.

É o que posso falar-vos de COMPAC. SAFE é isto mesmo. Primeiro, alguns equipamentos e outro. Queremos estender o SAFE a Príncipe, as Câmaras, porque só está na Administração Central é por isso que está a ser financiado pelos nossos parceiros multilaterais que estão a acompanhar o processo. Querem que também as Câmaras e a Região Autónoma de Príncipe, todos estejam integrados no SAFE. Por isso, este é o montante que está ali.

O Sr. Deputado António colocou a questão do Príncipe sobre ampliação do Hospital Quaresma Dias da Graça consta nos orçamentos que está em curso, é um contracto do governo regional e se se quiser fazer alguma alteração podemos contactar o governo regional. Quanto à questão de Lembá também preocupou-nos. São obras que se iniciou e houve quase que envolvimento nos pagamentos, quanto do governo central como da autarquia. Então o governo central como assumiu especificamente, queríamos terminar esse processo tanto em central como em Lembá, o processo de desembolso. Então foi por causa disto e acho que foi uma confusão que se criou e que nós efectivamente não podemos parar, era para colocarmos em Lembá. Mas Lembá também diz ok, é uma coisa que foi assumida ao nível nacional como é que vai carregar o nosso *plafond* que já é pouco? Porque os nacionais já tinham dado pontapé de saída. Porquê não sei, e não quis entrar também no detalhe só resolver. Foi essa questão que aconteceu em Lembá. Por isso é que só o distrito de Lembá é que tem este valor que de facto não está correcto e estou de acordo consigo. Se nós colocássemos esse montante no distrito de Lembá, o montante seria tão alto e que outros distritos também iriam dizer como é que Lembá tem este com um compromisso central. E porque Lembá é que está a acompanhar o processo. Construção da estrada Gaspar é um projecto que a União Europeia sempre prometeu financiar. Efectivamente, no caso Príncipe quem financiou a estrada foi HBD...

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD):— Só solicitei, não tenho certeza disso.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Ah! Seria bom que ficasse porque é a proposta que veio do Príncipe, não é, para harmonizarmos as coisas. Não sei, mas qualquer das formas os Srs. Deputados melhor poderão explicar as coisas.

O Sr. **Presidente**: — Não temos mais inscritos, mas temos uma proposta sobre a Mesa, não está presente o proponente, portanto, a Mesa rejeita. Não havendo mais inscritos, nenhuma outra proposta concreta, podemos encerrar o capítulo da discussão, na especialidade, do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul, dando por encerrada esta sessão e retomaremos amanhã às 9 horas.

Eram 17 horas e 35 minutos.